



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

E

CONTAS

2001

Relatório de Actividades e Contas

ÍNDICE

1. CORPOS GERENTES

2. PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE

3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

3.1. Introdução

3.2. Reflexão

3.3. Enquadramento da Misericórdia no contexto da Solidariedade Social

3.3.1. Relações Institucionais

3.4. A Administração Geral da Irmandade

3.4.1. Mesa Administrativa, Definitório

3.4.2. Área da Saúde

3.4.3. Área Social

3.4.4. Área do Ensino e Formação Profissional

3.4.5. Área da Cultura e Culto

3.4.6. Área do Bem Estar e Ambiente

3.4.7. Gestão do Património

3.4.8. Gestão dos Recursos Humanos

3.4.9. Gabinete de Comunicação e Imagem

3.4.10. Gabinete de Organização e Métodos

3.4.11. Gestão Financeira

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Consolidadas

4.1.1. Balanço

4.1.2. Demonstração de Resultados

4.1.3. Demonstração de Origem e Aplicação de Fundos

4.2. Anexo às Demonstrações Financeiras

4.3. Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

4.4. Hospital da Prelada (Dr. Domingos Braga da Cruz)

4.5. Departamentos Centrais e Restantes Estabelecimentos

4.6. Exploração Departamental

4.6.1. Departamentos Centrais

4.6.2. Saúde

4.6.3. Apoio Social

4.6.4. Ensino e Formação Profissional

4.6.5. Cultura e Culto

4.6.6. Bem Estar e Ambiente

5. PARECER DO DEFINITÓRIO

Relatório de Actividades e Contas

1. CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente em exercício

— Abílio Manuel Aranha Furtado Mendonça, Dr.

Secretários

— António Alves Teixeira do Carmo, Dr.

— Jaime Moutinho Furtado

Relatório de Actividades e Contas

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

— José Luís de Abreu do Couto Amorim Novaes

Vice-Provedores

— José Guimarães dos Santos, Dr.

— Rui Ortigão Oliveira, Eng.º

Mesários

— António Mendes Pedroso, Coronel

— António Silva Santos

— Filipe Gonçalves Sousa Macedo, Dr.

— Guilhermina Maria Santos Leal, Dr.^a

— João Luiz Mariz Rozeira

— Luís Queirós

— Nuno António Salgado Zenha Soeiro Lacerda

Relatório de Actividades e Contas

DEFINITÓRIO Efectivos

Presidente

— António José Avides Rodrigues Sarmento, Eng.º

Vice-Presidente

— Joaquim Luís Espírito Santo Mendes Vasconcelos, Dr.

Secretária

— Maria Laura Estrada Pereira

Vogais

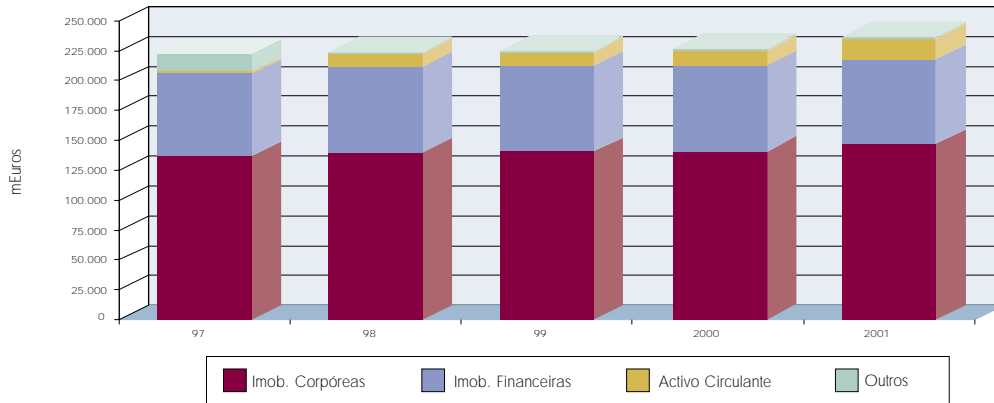
— João Manuel Borges Antão

— Paulo Barros Teixeira da Mota, Dr.

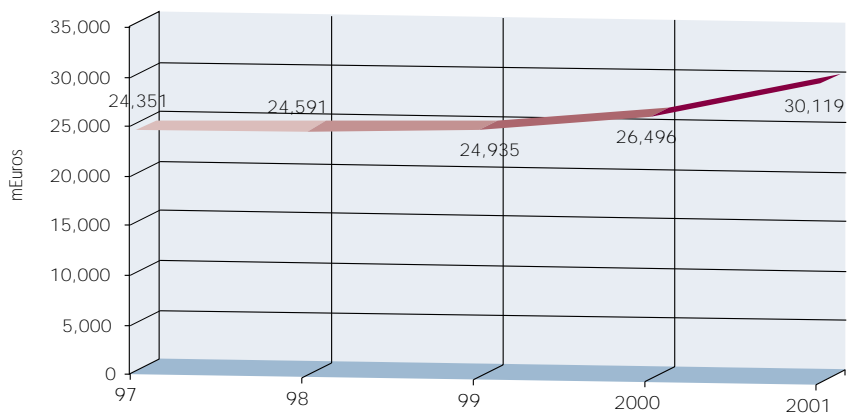
Relatório de Actividades e Contas

2. PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE

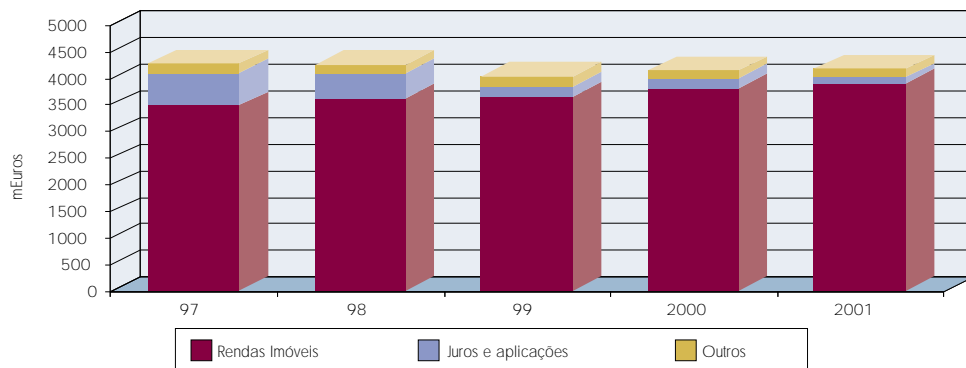
Activo Liquido Total



Prestação de Serviços + Vendas

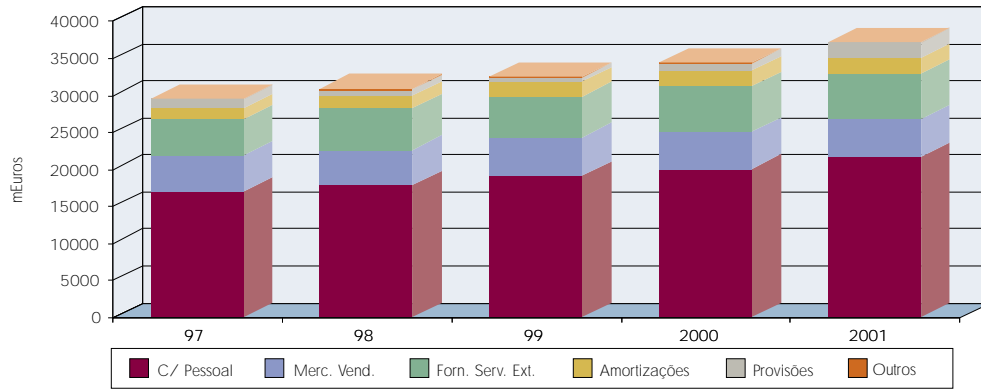


Proveitos Financeiros

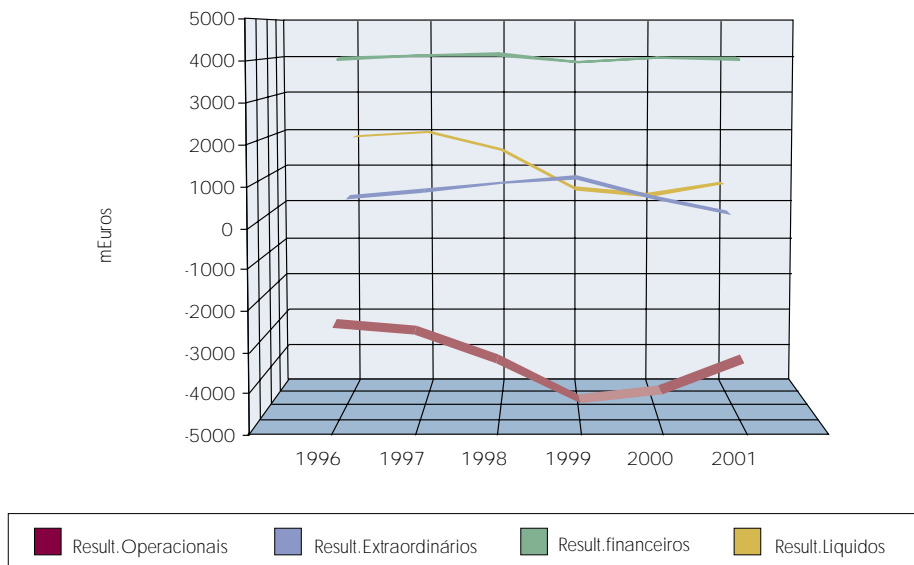


Relatório de Actividades e Contas

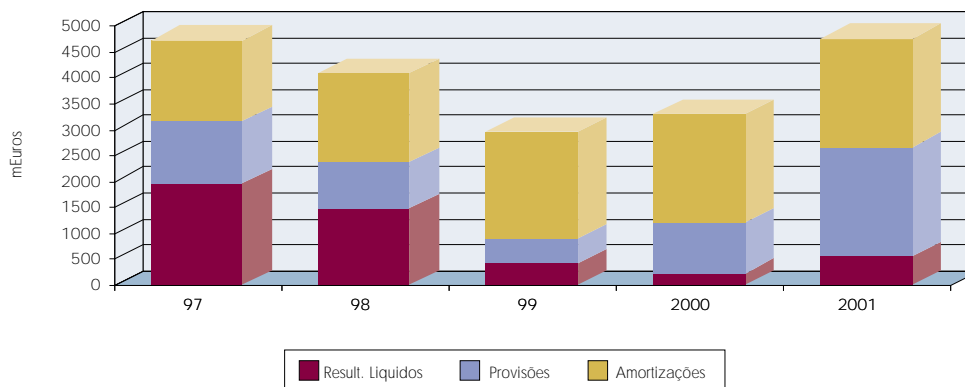
Custos Operacionais



Resultados



Cash Flow



3.1. Introdução

Dos tempos longínquos da história do imenso Brasil conta-se que o incansável missionário Padre Anchieta pediu aos índios que lhe levassem as malas para uma aldeia distante, mas que tinha pressa de lá chegar. Carregaram as malas e andaram dois dias. Ao terceiro dia pararam. “Então”, perguntou o missionário. “Eu disse que tinha muita pressa e vocês pararam?” um deles explicou: “É que nós viemos depressa demais e a nossa alma ficou lá para trás. Temos que esperar aqui, até que ela chegue”.

A reflexão transcrita serve, e bem, para introduzir o Relatório de Actividades e de Contas da Santa Casa da Misericórdia do Porto do ano de 2001, em cumprimento do que ordena o Compromisso. Da sua leitura se colherá a certeza de que os membros da Sua Mesa Administrativa e o seu Provedor, durante o ano e apesar de tantas e tamanhas vicissitudes, não tiveram de parar por lhes ter ficado a alma para trás. E não ficaram, nunca, à espera de nada, pois o desânimo, o cansaço ou a contrariedade em ocasião alguma lhes quebraram o entusiasmo, a determinação e o dinamismo que colocaram na viagem.

A abundância das actividades da nossa prestigiada Instituição, algumas grandiosas e fundamentais, bem como os montantes financeiros que as suportaram, e aqui se registam para o futuro, demonstram, à saciedade, que a alma nunca nos ficou para trás. Que nunca parou. Que não esmoreceu, sequer.

É com natural, legítimo e gratificante orgulho, que apresento à Irmandade este Relatório, o último da série de seis anos consecutivos em que tive a honra de presidir, como Provedor, aos destinos da nossa Instituição e em que, apesar dos sobressaltos, das contrariedades e da força das intensões menos coerentes ou desajustadas, os supremos desígnios da Santa Casa prosseguiram dentro dos ritmos regulamentares e o seu crescimento não foi afectado, bem como os níveis de qualidade e de humanização dos apoios prestados, sempre orientados para a dignificação da pessoa humana que está presente em todos aqueles que nos procuram. Na Administração da Misericórdia continuou a trilhar-se a senda da inovação e da melhoria, na

Relatório de Actividades e Contas

incomparável solidariedade que promove, pelo seu alargamento, pela sua qualificação, pela dignificação dos utentes e dos colaboradores, sempre antecedida de reflexão intensa e fundamentada, bem ajustada às realidades, tanto da dinâmica das pessoas quanto aos valores em envolvência.

As páginas deste documento agrupam-se em duas partes distintas. Na primeira descrevem-se os acontecimentos e as actividades que encheram a agenda da Santa Casa durante os doze meses do ano e que são fruto das tarefas levadas a cabo pela Mesa Administrativa a favor da população carenciada que lhe recorreu e que abrigou, na demanda de um quotidiano com maior dignidade e mais humanismo. Na segunda parte, o relatório de contas, demonstra-se, com valores e com números, a gestão financeira da Santa Casa durante o ano, face ao orçamento aprovado, a seu tempo, pela Irmandade. Deste modo o Relatório, em seu conjunto, sendo um sinal de respeito aos direitos dos Irmãos, levando ao seu conhecimento as actividades desenvolvidas e o modo como se administraram os valores, torna-se, também, um repositório de acontecimentos, de gestos, de projectos e de obras com o que a história da Misericórdia se vai constituindo e alargando.

Quero expressar os melhores agradecimentos aos representantes dos Ministérios da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social nas pessoas dos respectivos ministros e dos seus mais altos colaboradores. Com eles, durante o ano, mantivemos muitos contactos no intuito de estudar e atingir soluções para os problemas emergentes numa lógica de cooperação profícua e eficaz: Dentro de um âmbito de maior proximidade, também expresse igual agradecimento aos dirigentes da Administração Regional de Saúde e do Centro Regional Distrital da Segurança Social, pessoas com as quais o diálogo foi sempre possível, aberto, proveitoso para ambas as partes.

Ao nível das autoridades autárquicas não posso deixar sem grata referência de admiração e de reconhecimento aos Senhores Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais do concelho do Porto e de Vila Nova de Gaia, onde encontramos sempre aberta, uma porta de compreensão e de apoio nos relacionamentos inerentes à resolução de diversos problemas.

Relatório de Actividades e Contas

Aos diversos órgãos de comunicação social, da escrita, da sonora ou da imagem, deixo palavras de consideração e de apreço pelo modo digno e respeitador com que divulgaram os acontecimentos e os actos solenes levados a efeito pela nossa Instituição.

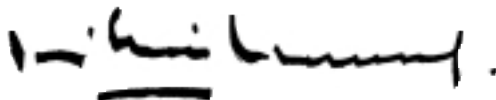
Saúdo a Mesa da Assembleia Geral, o seu presidente em exercício e os demais membros, pela colaboração pertinente que deram aos assuntos da Mesa Administrativa e expresso uma palavra de especial gratidão ao Definitório e ao seu Presidente, sempre atento e sempre disponível, com pareceres fundamentados e criteriosos sobre os temas que lhe foram propostos.

Saúdo, finalmente, os membros da Mesa Administrativa pelo seu contributo permanente, sábio e determinante, muito valioso e imprescindível na pressocução dos projectos que tivemos em mãos e que levamos a bom termo.

A última referência é para os colaboradores, esteios que seguram a engenharia administrativa, técnica e social da actividade tão diversificada e tão integrante como a da Misericórdia do Porto. Com a sua entrega às tarefas que lhes estão confiadas permitem que as Mesas eleitas marquem presença ou se afastem e que a vida da Santa Casa prossiga serena e sem quebras, porque eles, na sua experiência e na sua dedicação, permanecem, constantes, no acompanhamento dos problemas, sem percalços, ultrapassando as vicissitudes. São o elo da continuidade consistente e do crescimento sustentado.

A todos os Irmãos, alguns tão interessados na estabilidade da Misericórdia, uma palavra de conforto e de confiança no futuro. A Misericórdia do Porto é perene, tal como tem perenidade o aparecimento de novos homens bons. Como tem acontecido desde a origem até ao presente e acontecerá de agora até à diluição do tempo na eternidade, pois a sua alma, a alma viva e dinâmica dos homens bons, nunca ficará para trás, não vai parar nem, sequer, esmorecer.

O Provedor



(José Luís Novaes)

3.2. Reflexão

O actual Governo da Misericórdia foi eleito para o triénio 1996/98 mas, por razões diversas, viu prolongado o mandato por mais um triénio tendo havido, entretanto, quer na Mesa Administrativa quer na Assembleia Geral uma profunda alteração em razão da turbulência criada.

Sendo este o último relatório a apresentar pelos actuais corpos gerentes é devida uma reflexão ainda que necessariamente sintética, para que fique a constar na nossa história.

Toda a turbulência girou à volta de dois princípios fundadores e fundamentais da Misericórdia, e por isso princípios com 500 anos de História. Alguns entendiam que os conflitos internos da Misericórdia deveriam ser julgados e apreciados em tribunais comuns e não derimidos pela Autoridade Religiosa, como determina claramente toda a Legislação Portuguesa aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social e o nosso Compromisso; alguns ainda, entendiam que os Mesários poderiam ser remunerados renegando um dos princípios fundamentais desta Irmandade, o Voluntariado.

Servir no Governo da Misericórdia é servir a caridade ofertando aos outros o tempo, o trabalho e o saber de cada um. O princípio do Voluntariado é uma das traves mestras da solidariedade e da acção caritativa e, por isso, sempre lembrado e incentivado no Magistério da Igreja.

É bem claro o nosso Compromisso quando nos define como uma Associação de Fiéis constituída na Ordem Jurídica Canónica, sujeita ao Ordinário Diocesano. Quer isto dizer que face à Legislação Portuguesa e Canónica somos uma Universalidade de Pessoas e de Coisas ordenadas a um fim consentâneo com a missão da Igreja, prosseguindo esses fins em nome da própria Igreja, de acordo com os seus princípios e a sua sã Doutrina.

A nossa Misericórdia é considerada pelo Ordenamento Jurídico Português uma Associação Pública de Fiéis sujeita à vigilância da Autoridade Eclesiástica competente reconhecendo-lhe o poder de velar para que a nossa Instituição se mantenha na integridade da Fé e dos Costumes.

É também por isso que o Ordenamento Jurídico Português reconhece que os eleitos para os cargos do governo das Misericórdias, os compromissos e demais regulamentos, os planos, orçamentos e contas bem como as vendas de património tem de ter o acordo do Ordinário Diocesano.

Relatório de Actividades e Contas

O Senhor Professor Barbosa de Melo e o Senhor Doutor Lopes Cardoso, em pareceres emitidos a pedido da Mesa da Assembleia Geral e do Definitório tornam clara esta sã subordinação. Ao Senhor Engenheiro Paulo Vallada, Doutor Abílio Aranha e Engenheiro António Sarmento enquanto Presidentes da Assembleia Geral e do Definitório bem como aos Irmãos, cujas intervenções em defesa dos Princípios Fundacionais da nossa Irmandade, constam das actas da Assembleia Geral, muito ficamos a dever.

Felizmente que o conflito de concepções foi resolvido tendo sido possível elaborar listas únicas, eleitas em Novembro de 2001, que assumem a certeza de que a Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma Associação de Fiéis que tem por finalidade única e exclusiva cumprir o Evangelho, praticando as diversas obras de Misericórdia de acordo com os ensinamentos da Doutrina da Igreja.

Estão assim criadas condições para que o Governo eleito para a nossa Misericórdia torne, de facto, a nossa Irmandade numa “Tenda de Encontro” com Deus, com a Humanidade, com a Caridade, com a Reconciliação, numa “Tenda e Santuário” de partilha e de empenho pelos outros.

A Mesa que agora cessa funções agiu, sempre, tendo em atenção, como profusamente ensina o Magistério da Igreja, que o bem comum da sociedade inteira reside no Homem, na sua dignidade desde a sua concepção, procurando afirmar a nossa Misericórdia cada vez mais como verdadeiro “Santuário de Vida” e como centro essencial à “Civilização do Amor”. Se assim continuar a ser feito a Misericórdia do Porto tornar-se-á num sinal de uma nova mentalidade social, de um renovado e vigoroso testemunho de abnegação, atenção, solicitude e acolhimento ao próximo - o idoso, o doente terminal, o dependente, o menino não nascido, o órfão, o órfão de pais vivos, a família, o estrangeiro, o jovem, o excluído, o solitário.

Criamos condições, deixando estruturas e meios, que poderão ser mais desenvolvidas, para aprofundar o Serviço da Caridade a favor da vida e do desenvolvimento integral do Homem.

A Misericórdia do Porto anunciará de facto o Evangelho, será um agente evangelizador, pelo testemunho de vida, de procedimentos, de obras, respostas únicas à questão que S. Tiago nos põe “De que aproveitará, irmãos, a alguém dizer que tem fé se não tiver obras?”.

Para isso temos a obrigação de chamar ao Serviço da Caridade, ao anúncio do Evangelho da Vida, todos os Irmãos que o queiram e otimizar não só os meios humanos que aqui trabalham, muitos de

Relatório de Actividades e Contas

excepcional qualidade, como os meios materiais ao nosso dispor, seguindo sempre uma gestão criteriosa e prudente, que nos trouxe até hoje, evitando o investimento de risco elevado e mal calculado que possa pôr em perigo o nosso futuro e, acima de tudo, a nossa independência e o respeito e veneração que merecem os nossos doadores.

Foi tudo isto que procuramos fazer, o melhor que soubemos, é isto que sabemos que vai continuar a ser feito pelos que nos sucederem.

O Mesário Secretário-Geral,



(Nuno Lacerda)

3.3. Enquadramento da Misericórdia no contexto da Solidariedade Social

A obra de solidariedade social da nossa Misericórdia desenvolvida ao longo dos seus 500 anos de existência, notável e histórica, sem paralelo, sempre a favor da orla mais frágil da população portuense, é fruto da generosidade de tantos e tantos irmãos devotados aos objectivos da fraternidade cristã, dentro dos parâmetros das obras de misericórdia, sustentada pelas ofertas de uma pleiade ímpar de benfeitores que a brindaram, nos seus testamentos, no correr dos anos.

Uma obra de Solidariedade Comunitária muito alargada. Abrangente e integrada. Dos idosos sem apoio aos doentes de todas as maleitas, dos dependentes da droga, do jogo, ou do álcool, aos desalojados e aos sem-abrigo, dos sem trabalho aos sem pão para viver, das vítimas da agressão e da injustiça, aos presos e aos sem direitos humanos, dos sem documentos aos imigrantes forçados e desumanamente tratados... uma Misericórdia colocada, como o bom samaritano do evangelho, no caminho por onde passa tanta gente desprovida do mundo de hoje que, caída na borda da estrada, espera a mão amiga para o primeiro cuidado e para a recolha seguinte em casa digna, carinhosa, fraterna. Uma obra de solidariedade que envolve os excluídos da história, as vítimas da globalização dos mercados, as gentes que não conseguem competir, nem lutar. Porque, ainda hoje, são abundantes os números das estatísticas daqueles que passam fome, da má distribuição dos bens, das despesas astronómicas em luxos e armamentos, da exploração dos emigrantes, das crianças, das mulheres...

A Misericórdia do Porto não tem passado ao lado de tanta gente sofredora, voltando as costas para não ousar ver, como aqueles de que fala, nos evangelhos, a parábola do bom samaritano. Bem pelo contrário. Nem os afazeres profissionais, nem o medo de sujar as mãos, tão pouco o receio das complicações, impediram a Santa Casa de se debruçar sobre todos os caídos da estrada. É que os caídos são homens e o homem é o caminho que a Santa Casa deve percorrer para cumprir a sua missão. Mesmo que seja necessário ir ao seu encontro, pois que, hoje, uma parte dos caídos, dos excluídos e dos marginalizados, vítimas de carências de toda a espécie, não vem ter connosco. Não caminha, já, pelo seu pé. Outros nem gritar podem. Poderíamos fazer o nosso percurso sem os ver, se os não o quisermos ver e ouvir. O nosso próximo, hoje, é aquele de quem nos aproximamos. Há os novos pobres, os novos escravos, as novas vítimas da exclusão. Ser pobre, em nosso tempo, não significa, apenas, não ter dinheiro. Pode-se ser pobre porque se é idoso, porque se está só, porque se é analfabeto, porque não se tem relações dentro da

Relatório de Actividades e Contas

estrutura hospitalar ou médica, onde se recebem cuidados de saúde, e mais... e mais!... As beiras dos caminhos onde caem os viandantes vítimas, são, tantas vezes, escorregadias, cheias de morros onde se escondem ladrões, com precipícios que os encobrem e afastam de quem passa. Ir à procura e ao encontro.

No seu percurso de benfazer a Santa Casa tem-se esforçado por detectar as pobrezaas de hoje, arrasando a dureza dos morros, suavizando a irregularidade dos precipícios, dando guarida, saúde e carinho, como o bom samaritano, dentro do espírito da doutrina evangélica, estudada e vivida, segundo a solidariedade social cristã de uma Igreja que se renova e se moderniza na defesa da dignidade e do respeito de todos os homens.

Jean Rostand escrevia em um dos seus livros: “creio que não há nenhuma vida, por muito degradada, deteriorada, relaxada ou empobrecida que esteja, que não mereça respeito e que não se defenda com afinco. Eu penso que o valor de uma sociedade radica em assumir, em aceitar, o dispendioso luxo, que supõe para ela a carga dos incuráveis, dos inúteis, dos incapazes. Eu mediria o seu grau de civilização pelo esforço e pela vigilância a que se obriga por mero respeito à vida...”.

Todo o bem fazer da nossa Santa Casa, como se concluirá da leitura deste Relatório, se situou dentro deste objectivo, no respeito e na defesa da vida; no assumir, para resolver, os problemas dos pobres, dos doentes, dos incapazes; no esforço e na vigilância para manter na nossa sociedade, um grau civilizacional que dignifique as pessoas e as suas comunidades.

3.3.1. Relações Institucionais

Constatamos que hoje, sózinhos, não podemos resolver os problemas sociais. Temos de partilhar forças e competências, tanto ao nível do levantamento das necessidades, quanto ao das soluções e do financiamento. Instituições, Organizações Não Governamentais, Assistência Social e de Saúde do Estado, pouco poderão fazer sem unirem as mãos e os esforços em colaboração. Neste mundo da globalização em que os problemas tem de ser resolvidos globalmente, a solidariedade institucional é um caminho obrigatório. Daí que a Misericórdia do Porto, pela sua Mesa Administrativa, tenha mantido relações de diálogo, de reflexão, de presença e de participação com os Organismos do Estado e das Autarquias, da Igreja Diocesana e de Obras Sociais Paroquiais, da Sociedade em geral. Esteve representada

Relatório de Actividades e Contas

em todos os eventos do calendário do secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, tanto nas assembleias gerais como nas reuniões de trabalho e de esclarecimento, bem como nos encontros do Secretariado Distrital da mesma União, sempre com a presença de um ou mais elementos da Mesa, teve voz actuante na inventariação e na procura de resolução dos problemas agendados.

Nas relações com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com as Irmandades e as Ordens Terceiras da nossa cidade, com a Fundação para o Desenvolvimento da Zona História do Porto, com as paróquias de S. Nicolau e da Vitória, manteve-se o procedimento participativo adequado, convencidos de que a união faz a força e de que da coordenação inteligente das tarefas da fraternidade nascem sinergias valiosas para aproveitamento de recursos técnicos, humanos e materiais.

3.3. Administração Geral da Irmandade

Durante o ano a que se refere este Relatório de Actividades a Mesa Administrativa pautou a sua actuação pelo respeito e a observância integral do Compromisso e do estatuto Orgânico, bem como pelas normas governamentais do regimento das Instituições de Solidariedade Social.

As duas Assembleias Gerais Ordinárias impostas pelo Compromisso, isto é uma a ter lugar no final do mês de Março para discussão e aprovação do Relatório e Contas do ano 2000, e, outra, em meados do mês de Novembro relacionada com o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2002, aconteceram dentro das normas específicas e ambos os documentos foram aprovados. Realizaram-se no auditório do Hospital da Prelada-Dr. Domingos Braga da Cruz, como tem sido hábito.

Para além das Assembleias Gerais Ordinárias, realizaram-se mais duas. estas, porém, para eleição dos membros dos Órgãos Sociais da Misericórdia. Ambas tiveram lugar na Sala de Reuniões do Departamento Central, à Rua das Flores.

A primeira, no dia 4 do mês de Fevereiro, foi convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, Dr. Abílio Aranha, e informava que o fazia “nos termos do artigo 60.º e 64.º do Compromisso e das demais disposições do regulamento Eleitoral e tendo em atenção a sentença proferida pelo Tribunal Cível da Comarca do Porto - 9.º Juízo -, a 20 de Novembro de 2000, no Processo

Relatório de Actividades e Contas

n.º 1403/98, convoco a Assembleia Geral da Irmandade para a continuação da convocada para o dia 29 de Novembro de 1998, afim de se proceder à eleição dos Corpos Gerentes, relativamente ao triénio 1999/2001, que termina em 31 de Dezembro de 2001”. Decorrida a votação contaram-se 693 votos de outros tantos Irmãos que participaram do acto eleitoral. A vitória foi atribuída à lista A, liderada pelo Provedor, Senhor José Luís Novaes, com 368 votos para a Mesa Administrativa (contra 310 da lista B); 371 para o Definitório (contra 311); e 373 votos para a Mesa da Assembleia Geral (contra 309). A lista B era liderada pelo Senhor Dr. Manuel Leal Freire. A cerimónia de posse da Mesa eleita chegou a estar marcada mas, entretanto, um Irmão impugnou o acto eleitoral com base no facto de terem votado elementos da Irmandade admitidos como Irmãos após a convocatória das eleições de Novembro de 1998, e que tinham sido impedidas por uma providência cautelar interposta e de que, esta Assembleia era continuação. Novo impasse surgiu, assim, para a regularização da gerência normal da Santa Casa.

A segunda Assembleia Eleitoral ocorreu no dia 25, o último domingo do mês de Novembro, como regulamenta o Compromisso.

Apenas uma lista se apresentou ao sufrágio dos Irmãos, como lista de unidade e de consenso.

Os números resultantes do escrutínio foram os seguintes: o total de votos entrados na urna foi de 268; os apurados como nulos: para a Mesa da Assembleia Geral 6, para a Mesa Administrativa 17, para o Definitório 12. O resultado final da votação: Mesa da Assembleia Geral 262 votos, Mesa Administrativa 251 e Definitório 256. A Mesa da Assembleia Eleitoral declarou regular a eleição e os novos eleitos tomaram posse dos cargos na data regulamentar marcada no Compromisso.

3.4. A Mesa Administrativa, Definitório

A Mesa Administrativa reuniu com periodicidade quinzenal. A Comissão Executiva, no âmbito das suas competências, reuniu semanalmente e as decisões de gestão corrente foram submetidas à ratificação da Mesa Administrativa. O Conselho Geral do Hospital da Prelada-Dr. Domingos Braga da Cruz reuniu em conformidade com o seu regulamento e as suas decisões foram submetidas, sempre, à aprovação da Mesa. Quanto ao Definitório, órgão de acompanhamento da administração da Misericórdia, de fiscalização ao desenvolvimento

Relatório de Actividades e Contas

do plano de actividades e cumprimento dos valores orçamentais e de obediência às normas do Compromisso, teve presença sensível e de muita valia na vida da Instituição, durante todo o ano. Reuniu, periodicamente, tanto com os seus membros, como com a Mesa Administrativa para acompanhamento regular e para tomada de conhecimento dos assuntos, como para prestação de conselho e de apoio. A seu tempo elaborou os pareceres para figurarem no Plano de Actividades e Orçamento, bem como para o Relatório de Actividades e de Contas.

Um índice

Para facilitar a leitura e a consulta deste documento e de acordo com o plano de fundo de organização e distribuição das actividades da Misericórdia por áreas, estabelecimentos, como índice ou roteiro este esquema: Área da Saúde; Área do Apoio Social; Área do Ensino e da Formação Profissional; Área da Cultura, do Culto e do Gabinete de Comunicação e Imagem; Área dos Recursos Humanos; Área da Gestão do Património; Área do Bem Estar e Ambiente; Gabinete de Organização e Métodos e Área da Gestão Financeira.

3.4.2. Área da Saúde

Hospital da Prelada

1. Introdução

Tal como as gerências anteriores, o exercício de 2001 desenvolveu-se com o enquadramento dos seguintes grandes objectivos:

- Melhorar a qualidade e eficiência da prestação de cuidados
- Melhorar as infra-estruturas técnicas
- Modernizar o sistema de gestão
- Desenvolver os Recursos Humanos

Como pode verificar-se pelas contas do exercício, incluídas em local próprio do Relatório e Contas, foi possível prosseguir estes objectivos com salvaguarda da situação de equilíbrio económico e financeiro atingido pelo Hospital.

No entanto, como se depreende da análise do Balanço, as dívidas de Terceiros ao Hospital têm aumentado de ano para ano, o que se verificou também no exercício de 2001. A causa deste aumento — que, embora seja um activo no Balanço do Hospital, *diminui as suas disponibilidades financeiras* — situa-se no facto de o Instituto de Gestão Informática e Financeira dos Serviços de Saúde (IGIFS), apesar do conhecimento da situação, ter mantido fixo o montante dos pagamentos, enquanto que o volume da facturação que lhe é endereçada tem beneficiado das sucessivas actualizações das Tabelas Hospitalares. Por outro lado, e como adiante se demonstra, a produção do Hospital, ou seja o número de doentes tratados, tem aumentado. Consequentemente, o montante em dívida pelo Serviço Nacional de Saúde acompanhou essa evolução.

Este facto preocupou o Hospital que desenvolveu actuação em dois sentidos:

1.º — *Obter a revisão do montante mensal pago pelo IGIFS* a título de adiantamento e a benefício de posterior conferência e acerto de contas: — foi conseguido um aumento de 42.000 contos/mês no montante do adiantamento mensal (504.000 contos/ano). O montante corrigido está já a ser assumido pelo IGIFS;

2.º — Incluir no processo de renegociação do Acordo de Cooperação com o Serviço Nacional de Saúde — cujas bases foram já aceites pela

Relatório de Actividades e Contas

Administração Regional de Saúde do Norte — uma *cláusula de actualização automática daquele montante pago a título de adiantamento e de vinculação a acerto de contas anual*, por forma a prevenir desfasamentos tão acentuados como o que agora foi atingido.

2. Actividade assistencial

O ano 2001 registou alguma melhoria no grau de aproveitamento da capacidade instalada. No entanto e como já se referiu no Relatório de 2000, sendo o Hospital da Prelada predominantemente cirúrgico, a demora média dos doentes no internamento (5,7 dias numa média que abrange um Serviço de Medicina Física e de Reabilitação!) e a própria percentagem de ocupação das camas (69%) já não podem ser muito melhoradas. Por isso, tal como se referiu em anos anteriores, um aumento de produção, que as listas de espera justificam, só poderá ser conseguido pelo aumento dos recursos existentes, designadamente pela maior disponibilidade de tempos operatórios.

A decisão de aumentar a capacidade instalada está dependente da possibilidade de financiamento do acréscimo de actividade assim permitido, muito mais do que da capacidade de suportar o investimento inicial. Era, portanto, de fundamental importância a contratualização de serviços por parte do Ministério da Saúde.

Os contactos negociais desenvolvidos em 1999 e sem seguimento no ano de 2000, foram intensificados em 2001 pondo o acento tónico na demonstração do interesse para o Hospital e sobretudo para o Serviço Nacional de Saúde de uma contratação adicional de serviços, dado que, precisamente por se tratar de uma produção adicional, serão de esperar economias nos custos unitários, economias essas associadas à maior rentabilização das infraestruturas já existentes.

Como acima se refere, foi possível concluir a fase da negociação com a Administração Regional de Saúde do Norte, aguardando-se agora a assinatura e formalização do acordo conseguido. Este acordo é importante porque vem garantir a continuação nos próximos anos da cooperação com o Serviço Nacional de Saúde, globalmente responsável por mais de 90% da clientela, abrindo, portanto, perspectivas de expansão da actividade do Hospital. No entanto, ele representa também um importante desafio à capacidade de melhoria da produtividade e das condições de funcionamento dos Serviços. Obriga, além disso, a encontrar novas formas de garantir o comprometimento de todo o pessoal, absolutamente indispensável para os resultados projectados.

Relatório de Actividades e Contas

Nos quadros seguintes descreve se a evolução da produção e dos indicadores de eficiência nos últimos três anos, para o sector convencionado e para o sector privado:

Quadro 1 – Evolução da produção – Enfermarias

| | 1999 | 2000 | 2001 |
|-------------------------|--------|--------|--------|
| Doentes Saídos | 8533 | 8877 | 9364 |
| Consulta Externa | 55448 | 55553 | 56330 |
| Intervenções Cirúrgicas | 8222 | 8602 | 9001 |
| Análises Clínicas | 101273 | 103099 | 102360 |
| Radiologia | 16146 | 15950 | 16056 |
| Tratamentos Fisiátricos | 426309 | 426609 | 409060 |

Quadro 2 – Indicadores de eficiência – Enfermarias

| Indicador | 1999 | 2000 | 2001 |
|---------------------------|--------|--------|--------|
| Demora Média | 5,9 | 5,7 | 5,7 |
| Percentagem de ocupação | 66% | 66% | 69% |
| Doentes Saídos/Cama | 39,1 | 39,0 | 43,0 |
| Doentes Saídos/Médico | 258,6 | 269,0 | 286,8 |
| N.º Consultas/Médico | 1680,2 | 1683,4 | 1707,2 |
| N.º Operações/Sala/Dia | 5,5 | 5,7 | 6,0 |
| N.º Operações/Anestesista | 1370,3 | 1433,7 | 1500,1 |

Quadro 3 – Indicadores Quartos Particulares

| Indicador | 1999 | 2000 | 2001 |
|-------------------------|-------|-------|------|
| Doentes Saídos | 1477 | 1476 | 1447 |
| Intervenções Cirúrgicas | 1467 | 1426 | 1425 |
| Demora Média | 6,4 | 6,6 | 4,7 |
| Percentagem de ocupação | 65,2% | 65,3% | 61% |
| Doentes Saídos/Cama | 38,8 | 38,8 | 38,1 |

Relatório de Actividades e Contas

3. Infra-estruturas técnicas

No ano de 2001, o investimento concretizado do Hospital foi de 76.694 contos, discriminado pela forma seguinte:

| | |
|---|----------------|
| Edifícios | 24.295 contos; |
| Equipamento biomédico | 35.063 contos; |
| Instalações Técnicas Especiais | 10.623 contos; |
| Mobiliário e Equipamento Inform. e administrat. . . | 9.713 contos. |

4. Sistema de Gestão

4.1 - Tecnologias da informação

Prosseguiu durante o ano de 2001 o esforço referido no Relatório precedente de levantamento, análise e procura de solução ou de acertos pontuais para as dificuldades surgidas, nos módulos instalados da informatização global do Hospital, procurando consolidar a integração dos módulos existentes, de modo a garantir a plena operacionalidade das novas aplicações informáticas. Exigiram especial atenção as adaptações exigidas pela transição para o Euro, sem comprometer a possibilidade de comparar com a informação de anos anteriores.

No que respeita a novas áreas de informatização foi possível iniciar no ano 2001 os trabalhos visando a actividade do Bloco Operatório.

No que respeita à aquisição de hardware, o esforço de renovação de equipamento abrangeu vários postos de trabalho, quer pelas exigências de novas rotinas implantadas quer pela substituição do equipamento de que já dispunham e que se encontrava obsoleto.

4.2 - Gestão ambiental

O Hospital tem procurado melhorar continuamente o seu desempenho ambiental.

Sobre os avanços já conseguidos (desactivação do incinerador, concretizada em 1999, com redução drástica das emissões gasosas, e implantação da gestão dos resíduos assente na triagem na fonte o que permitiu reduzir em cerca de 50% o volume de resíduos a tratar, aumentar a segurança do pessoal e a higiene do Hospital e assegurar

Relatório de Actividades e Contas

um destino ambientalmente correcto para os resíduos produzidos), especial atenção foi dispensada em 2001 ao problema do tratamento dos efluentes em que se regista uma excessiva concentração de cloretos.

Prosseguem os esforços em colaboração com os Serviços responsáveis pelo Ambiente no sentido de superar este problema, não estando ainda afastada a hipótese de ser necessária uma estação de tratamento de esgotos que, embora prevista na programação inicial do Hospital, nunca foi concretizada.

5. Recursos Humanos

5.1 - Efectivos

Quadro 4 - Pessoal existente em 31 de Dezembro

| | Dotação 31-12-99 | 2000 | 2001 | Varição 2000-2001 |
|---------------------------------------|---------------------|------------|------------|----------------------|
| Pessoal Dirigente | 2 | 2 | 3 | 1 |
| Médicos | 40 | 40 | 40 | 0 |
| Enfermeiros | 177 | 176 | 176 | 0 |
| Técnicos Diagnóstico e Terapêutica | 28 | 28 | 28 | 0 |
| Técnicos Superiores | 8 | 9 | 10* | +1 * |
| Administrativo e Técnico-profissional | 75 | 77 | 79 | +2 |
| Pessoal Auxiliar | 148 | 148 | 148 | 0 |
| Operários | 23 | 23 | 23 | 0 |
| Outros | 1 | 1 | — | -1 |
| Total | 502 | 504 | 507 | 3 |

* 1 colaborador a meio tempo, anteriormente em regime de prestação de serviços

Como comentário global referir-se-á apenas que a estabilidade conseguida no número de efectivos ao serviço do Hospital demonstra a atenção dispensada à gestão dos recursos humanos.

5.2 - Rotação de Pessoal

A rotação do pessoal foi, em termos globais, elevada, embora não tanto como em 2000. No ano 2001 verificaram-se 67 entradas e 55 saídas

Relatório de Actividades e Contas

(contra 76 entradas e 80 saídas em 2000). O sector com mais peso nesta rotação foi o de Enfermagem, no qual foram admitidos 34 enfermeiros e 29 saíram por rescisão unilateral do seu contrato de trabalho. Vem depois o Pessoal Auxiliar, com 17 entradas e 17 saídas, por caducidade dos contratos a termo, celebrados para substituir pessoal nos períodos de férias ou por ausências prolongadas de elementos doentes.

5.3 - Contratos a termo e prestação de serviços

No final de 2001, o Hospital tinha 12 colaboradores contratados a termo - 6 a termo certo e 6 a termo incerto - na sua maioria Auxiliares de Acção Médica (8), para colmatar as ausências prolongadas de pessoal destacado nos serviços de prestação directa de cuidados.

Foi também necessário manter a contratação de vários profissionais de enfermagem, em regime de prestação de serviços, para minorar as dificuldades que se verificaram com ausências de enfermeiros em situação de baixa prolongada ou de licença de maternidade.

5.4 - Absentismo e Acidentes de trabalho

A taxa global de absentismo aumentou 0,5%, atingindo 7,4%, o que deverá considerar-se dentro dos valores normais (de 6 a 10%). Sectorialmente, o grupo dos técnicos de diagnóstico e terapêutica apresenta uma taxa muito elevada (18,1% em 2001 contra 12,6% em 2000).

Durante o ano de 2000 registaram-se 39 acidentes de trabalho, dos quais 22 sem perda de dias de trabalho. Os restantes 17 ocasionaram 394 dias de baixa. Na distribuição destes acidentes por grupo profissional destacam-se os enfermeiros com 20 e o pessoal auxiliar com 12 acidentes.

Em comparação com o ano anterior houve aumento do número de acidentes (+4) e diminuição do número de dias de trabalho perdidos (-86 dias). A avaliar pela duração média das situações de baixa ocasionadas, parece não haver variação sensível quanto à gravidade dos acidentes ocorridos num e noutro ano (22,85 e 23,17 dias em 2000 e em 2001, respectivamente)

5.5 - Formação profissional

O Hospital continuou a apoiar ao longo do ano 2001 a formação do seu Pessoal através de subsídios de deslocação e/ou dispensa de serviço para a frequência de cursos, congressos e outros eventos similares.

Relatório de Actividades e Contas

Essas facilidades beneficiaram:

- 39 médicos
- 20 enfermeiros
- 8 técnicos de diagnóstico e terapêutica
- 8 auxiliares de acção médica
- 8 operários e
- 8 técnicos superiores.

Serviços de Saúde

No curso do ano 2001 o universo de Utentes inseridos na actividade dos Serviços de Saúde foi próximo dos 2.000 Utentes e composto por:

A – Utentes dos Estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, no total de 486 Utentes.

1 – na valência de Terceira Idade (Lar Nossa Senhora da Misericórdia (78 Utentes), Lar Pereira de Lima (26 Utentes), Lar D. Francisco de Noronha (26 Utentes), Centro de Acolhimento de Emergência a Idosos (23 Utentes), Lar Quinta do Marinho (34 Utentes), Hospital de S. Lázaro (89 Utentes) e Serviço de Apoio Domiciliário (28 Utentes) e que representam em Dezembro 2001 um total de 304 Utentes.

2 – na valência de Apoio a Crianças deficientes visuais/multi-deficientes do Instituto S. Manuel (50 Utentes) e Crianças deficientes auditivas/multideficientes do Instituto Araújo Porto (45 Utentes) e Crianças com deficiência social do Colégio Barão Nova Sintra (87 Utentes) num total de 182 Utentes.

B – Utentes agregados à Sede dos Serviços de Saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto, situada no Piso 3 do Hospital da Prelada, no total de 1.214 Utentes organizados em 2.326 Processos Clínicos das várias Especialidades.

1 – Aposentados da Santa Casa da Misericórdia do Porto, no total de 175 Utentes.

2 – Colaboradores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1.022 Utentes.

3 – Membros dos Órgãos Sociais, 25 Utentes.

4 – Outros (Unicef, outras Instituições), 85 Utentes.

Relatório de Actividades e Contas

Neste Universo de Utentes as principais características de actuação clínica desenvolvem-se nas disciplinas de:

Clínica Geral, Terceira Idade, Pediatria (Primeira idade), Especialidades diversas (Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Cardiologia, Psiquiatria, Medicina do Trabalho).

Localização dos Serviços de Saúde

Estão sediados no Piso 3 do Hospital da Prelada, em espaço físico compatível constituído por 2 Gabinetes de Consulta, 1 Gabinete Administrativo, 1 Sala de espera, arrumos e WC. Dispõe de extensão telefónica e fax de acesso directos.

Equipe

1. Funcionária administrativa efectiva
2. Equipe de médicos: Constituída no total por 9 Médicos, sendo 4 Médicos do quadro efectivo (2 Médicos Especialistas de Clínica Geral, 1 Médico Especialista de Pneumologia, 1 Médico Especialista de Oftalmologia) e 5 Médicos prestadores de serviços (1 Médico Especialista de Medicina do Trabalho, 1 Médico Especialista de Psiquiatria, 1 Médico Especialista de Cardiologia, 1 Médico Especialista de Otorrinolaringologia).
3. Equipe de enfermagem: Constituída por 14 elementos de Enfermagem, sendo 3 Enfermeiras efectivas e 11 Enfermeiras(os) prestadores de serviços.

Acordos de Cooperação

1. Mantêm-se em vigor o Acordo de Cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Administração Regional de Saúde do Norte.
2. Acordo de actividade, verbal, entre os Serviços de Saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto e os Serviços Especializados do Hospital da Prelada.
3. Acordo de actividade entre os Serviços de Saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto e o Centro de Saúde de S. João da Faculdade de Medicina do Porto.
4. Acordos de actividade, verbais, com Laboratórios de Análises Clínicas, Gabinetes de Imagiologia, Especialidades e Exames Subsidiários.

Relatório de Actividades e Contas

Registos de actividade

O número de Consultas Médicas e Actos Médicos de prescrição foi próximo de 7.000. Estão organizados 2.812 Processos Clínicos das várias especialidades.

As Taxas de cobertura ao representarem a percentagem de utilizadores e frequentadores do Serviço de Saúde em relação ao Universo total de Utentes são consideradas como índices de actividade dos próprios serviços bem como, de certa forma, como índice de satisfação de quem o procura, sabendo de antemão que os mesmos são inteiramente gratuitos para os seus frequentadores bem como não tem carácter obrigatório.

Na Sede dos Serviços de Saúde e em relação aos Colaboradores a taxa de cobertura foi de 87% e para os Aposentados foi de 96%. Salienta-se também o número de 110 Utentes relacionados directamente (Membros dos Órgãos Sociais) ou indirectamente (Unicef e outros) com a Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Nos Estabelecimentos, diariamente, a Equipe dos Serviços de Saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto, efectua visitas in loco, dispondo de Gabinetes de Saúde nos mesmos e disponibilizando assim os seus préstimos, no âmbito de Consultas de Clínica Geral, Cardiologia, Psiquiatria e actividade de Enfermagem aos Utentes dos Estabelecimentos. Esta actividade é programada e assumida como de rotina, durante os dias úteis da semana, mas é também garantida em atitude não programada e de chamada durante os períodos de fim de semana e feriados. A taxa de cobertura nos Estabelecimentos é de 99%.

3.4.3. Área Social

Gabinete de Acção Social e Animação (G.A.S.A.)

O presente relatório pretende dar conta da actividade desenvolvida no Gabinete de Acção Social e Animação durante o ano de 2001.

Atendimento Social

Ao nível do Atendimento Social registou-se um total de 620 casos. O mês onde se registou maior incidência de atendimentos (68) foi em Janeiro, tendo sido o mês de Agosto o de menor incidência (20).

Relatório de Actividades e Contas

O maior número por motivo de atendimento continua a ser os relacionados com o internamento com Lares de Idosos (430).

Lares de Idosos

No ano de 2001 inscreveram-se 373 pessoas para internamento em lar e reforçaram o pedido de internamento 57. Em lista de espera para internamento em Lar estão 915 utentes. Este total resulta do acumulado das inscrições existentes entre 1999 e 2001. Relativamente ao movimento de utentes nos 5 Lares de Idosos e Centro de Emergência da Santa Casa da Misericórdia do Porto registaram-se 41 saídas (14 homens e 27 mulheres) e 48 entradas (15 homens e 33 mulheres).

No dia 10 de Junho, cerca de 80 utentes dos Lares de idosos visitaram o Casino da Póvoa, onde almoçaram, assistiram ao espectáculo de variedades e alguns até dançaram. Foi um dia de festa, alegria e felicidade para todos, que não se cansaram de felicitar e agradecer à Santa Casa esta feliz iniciativa.

Centro de Recursos

O Centro de Recursos – Ajudas Técnicas – em 2001 apoiou 105 famílias, sendo 10 os casos apoiados pela 1.^a vez.

D. Lopo de Almeida

Cumriu-se mais um ano a tradição em homenagem a D. Lopo de Almeida através da programação da cerimónia e selecção dos 5 homens, assim como, da aquisição das peças e vestuário e da logística necessária para o dia 29 de Janeiro, em articulação com o Departamento de Recursos Administrativos.

Festa de Natal

Mais uma vez, o Gabinete de Acção Social e Animação integrou o grupo organizador da Festa de Natal da Misericórdia do Porto, destinada aos colaboradores, seus filhos e a todos os colaboradores, que se realizou no dia 15 de Dezembro, na Casa Diocesana de Vilar.

Cabaz de Natal

Foi feita a distribuição de 100 cabazes a famílias carênciadas. A sua distribuição ocorreu de dia 17 a 21 de Dezembro.

Relatório de Actividades e Contas

Habitação Social

No ano de 2001 foi feita a aplicação informática das famílias abrangidas pelo acordo de Adesão ao Programa Especial de Realojamento, celebrado com o Instituto Nacional de Habitação, em programa de formato “zip”.

Serviço de Apoio Domiciliário

Durante o ano de 2001 foram prestados serviços diurnos, de Segunda a Domingo, férias e feriados, a um total de 43 utentes, dos quais, 20 homens e 23 mulheres.

Tipologia dos Serviços

Fornecimento e administração de refeições 30 utentes; tratamento de roupas 9 utentes; cuidados de higiene e conforto 19 utentes; limpeza de habitação 7 utentes; cuidados de saúde (administração de medicamentos) 11 utentes; adaptação de habitação 7 utentes.

Para além destes serviços, foram realizadas ao longo do ano outras actividades como sejam:

Passeio das Luzes, pela cidade do Porto. Peregrinação ao Santuário de Fátima.

Foi actualizado o Regulamento do Serviço de Apoio Domiciliário que foi posto em execução após aprovação da Mesa Administrativa e parecer favorável do Definitório.

Outros

A Directora do Gabinete de Acção Social e Animação, esteve presente no Seminário Europeu subordinado ao tema “Acesso ao Alojamento para Grupos Desfavorecidos”, que decorreu em 14 e 15 de Setembro, em Bruxelas. Participação nas Jornadas de Sensibilização para o Euro promovidas pela Comissão do Euro, integradas no Forum Euro Porto, organizado pela Câmara Municipal do Porto.

Participação em curso de formação para Implementação do Sistema de Gestão de Qualidade em Lares de Idosos, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, promovida no âmbito do PLANO AVÔ.

Relatório de Actividades e Contas

Lares de Idosos

No ano de 2001 foi dada continuidade ao trabalho realizado em anos anteriores, tendo por objectivo uma melhor prestação de cuidados e, por conseguinte, uma melhoria a nível de qualidade de vida dos Utentes.

Acompanhamento individual dos residentes

Este trabalho compreende a observação directa e contínua dos idosos internados, permitindo o trabalho individual com cada um.

A percepção da alegria e da tristeza, dos conflitos, das alterações do estado de saúde, por toda a equipa, favorece a individualização do utente e a possibilidade de encontrar novos meios de actuação.

Este trabalho - quase anónimo - e aquele em que se pede maior esforço de todos pois representa uma atenção constante, – dia e noite – a cada um.

Satisfação das necessidades Básicas

- Cuidados de saúde.
- Alimentação adequada ao grupo etário e necessidades decorrentes do estado de saúde.
- Acompanhamento religioso.
- Actividades lúdicas e de lazer.

Movimento de doentes

Entradas 53 utentes; falecimentos 45 utentes; internamento temporário 13 utentes; transferência para outro estabelecimento 1 utente.

Grau de dependência dos utentes

Grandes dependentes (não come por mão própria, não anda, não se lava só) 75 utentes; dependentes (não anda, não se lava só, come por mão própria) 76 utentes; parcialmente dependentes (necessitam de ajuda na higiene e na locomoção) 75 utentes; Autonomos, 67 utentes.

Relatório de Actividades e Contas

Actividades culturais, recreativas, turísticas e religiosas

Para além das actividades em conjunto – carnaval, sardinhada, magusto e festa de Natal salientamos o esforço em aliar a parte recreativa à parte cultural (Casa de Tormes, Casa Museu Marta Ortigão Sampaio, Mosteiro de Alcobaça, Quinta de St.º Inácio).

Como experiência inovadora salientamos a ida ao Casino da Póvoa com almoço, variedades e baile. Simultaneamente cada Lar promoveu a ocupação dos idosos no dia a dia, isto é, animação de grupos vindos do exterior, participação em colónia de férias, época balnear, actividades manuais, participação em solenidades religiosas.

Estágios

Os Estabelecimentos foram solicitados para facultar estágios em diversas áreas, pelas seguintes Instituições:

- Centro de Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia do Porto;
- Escola Superior de Educação Paula Frassinetti;
- Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto;
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória.;
- Fundação Filos;
- Instituto Piaget;
- Cruz Vermelha Portuguesa.

Visitas de estudo

Salientamos a visita de estudo de um grupo de agentes de Geriatria da Eslovénia e da Finlândia e ainda do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Igreja Metodista do Porto e do Instituto para o Desenvolvimento Social.

Acções de Formação

- “Algumas Problemáticas da Terceira Idade” pelo Professor Doutor João Barreto.
- Seminário “Família e Exclusão Social” promovido pelo Núcleo Distrital do Porto da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e a Rede Europeia das Famílias Monoparentais.
- Curso “Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade em Lares de Idosos”.

Relatório de Actividades e Contas

Casa da Rua

A Casa da Rua foi inaugurada em 14 de Março de 1999, com a missão de fornecer alimentação e alojamento aos sem abrigo e a todos os carenciados, tratando-lhes ainda da sua roupa e dando-lhes possibilidades de cuidarem da sua higiene pessoal.

Procurou-se assim, dar um lar condigno, ainda que provisório, a quem o não tem.

Apesar da obra de apoio e solidariedade social que a Casa da Rua tem desenvolvido a sua manutenção, até à data, tem sido da exclusiva responsabilidade desta Santa Casa, apesar de frequentemente instituições particulares e estatais recorrerem aos seus serviços, sem pagarem o que quer que seja.

Por este motivo, no ano de 2001, diligenciou-se junto do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, para que fossa assinado um acordo de cooperação que permitisse a concessão de um subsídio mensal para a Casa da Rua. Tal foi acordado, e conforme o prometido, espera-se que tal acordo seja assinado em breve, com efeitos a partir de Outubro de 2001. Esperamos que o prometido seja cumprido.

Elaborou-se também o Regulamento Interno da Casa da Rua. O qual foi aprovado pela Mesa Administrativa e mereceu a concordância do Definitório.

Serviços Prestados

Refeições – Durante o ano de 2001 foram servidas as seguintes refeições:

Pequeno-almoço – 1.655 (média diária – 5), Almoço – 18.029 (média diária – 50), Jantar – 17.371 (média diária – 48)

Alojamento

Durante o ano verificaram-se cerca de 2.900 dormidas, o que dá uma média diária de 8 dormidas.

Balneário

O balneário foi utilizado cerca de 2.200 vezes, o que dá uma média de 6 utentes/dia.

Relatório de Actividades e Contas

Lavandaria

O número de utentes que utilizam esta valência é cada vez maior. Estima-se que recorreram a este serviço cerca de 30 pessoas por mês, algumas das quais mais de uma vez por semana.

Distribuição de Roupa

Distribuíram-se peças de roupa sempre que isso foi solicitado e desde que as houvesse em armazém.

Actividades Sociais Internas

Com o objectivo de promover laços de amizade e solidariedade entre os utentes, comemorou-se o dia de aniversário de cada um, sempre que disso existiu conhecimento. O Carnaval e o dia de S. Martinho foram comemorados de acordo com as tradições populares.

O Natal e o Ano Novo foram devidamente comemorados como é tradição nas famílias portuguesas. Nestes dias os utentes são considerados convidados da Santa Casa e receberam pequenas lembranças.

Integração na Comissão Organizadora da Festa de Natal da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Colaboração com outras Instituições

A “Casa da Rua” representada pela sua Directora colaborou nas seguintes actividades:

Integração no grupo de trabalho liderado pela Câmara Municipal do Porto que visa, entre outros objectivos, a instalação de equipamento informático em todas as Instituições que apoiam os sem abrigo, para que fiquem ligadas entre si via Internet.

No seminário da FEANTSA, em Bruxelas, no dia 14 e 15 de Setembro, onde foram tratados os problemas dos sem abrigo. Neste Seminário, que não teve custos para a Santa Casa, também tomou parte a Directora do G.A.S.A.

Acção de Formação “Compreender e Intervir sobre o Fenómeno da Prostituição de Rua”, no âmbito do Projecto de Rua em Rua, que se realizou de 27 de Setembro a 14 de Dezembro.

Relatório de Actividades e Contas

Em conclusão

O Plano de Actividades para 2001 foi cumprido no principal. Algumas actividades não foram realizadas por falta de meios.

Nestas podemos referir o Apoio Psico-Social e, em parte, a Formação Social e Humana por falta de Psicólogo. Referimos porém, que esta falta está, em princípio, sanada pois já foi aprovada pela Mesa Administrativa, a admissão de um Psicólogo para prestar serviço na Casa da Rua e no Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Casa de Santo António).

Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica - Casa de Santo António

Infelizmente não foi possível pôr em funcionamento esta valência por constantes atrasos na entrega da obra pelo empreiteiro.

Julga-se que tal venha a acontecer no início de 2002.

Apesar disso, fizeram-se todas as diligências para que logo que a obra seja entregue se equipe o Centro e seja possível pô-lo a funcionar o mais depressa possível.

Para isso:

Elaborou-se o Regulamento Interno do Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica que foi devidamente aprovado pela Mesa Administrativa e obteve parecer favorável do Definitório.

O Regulamento foi enviado, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 323/2000 de 19 de Dezembro, ao Instituto de Solidariedade e Segurança Social para aprovação superior.

Elaborou-se o quadro provisório de pessoal que foi devidamente aprovado pela Mesa Administrativa e iniciado recrutamento do pessoal;

Elaborou-se a lista de equipamento considerado indispensável ao normal funcionamento do Centro, o qual já começou a ser adquirido.

Solicitou-se ao Instituto da Solidariedade e Segurança Social elaboração do respectivo Acordo de Cooperação. Pelo seu ofício n.º 083975, de 17 de Dezembro de 2000 o Instituto da Solidariedade e da Segurança Social informou ser intenção dar prioridade à organização do processo no início de 2002.

Relatório de Actividades e Contas

Solicitou-se ao Instituto da Solidariedade e Segurança Social para dar por findo o Acordo de Cooperação, celebrado para a Obra de Recuperação de Mulheres - Obra de Santo António, porquanto a mesma se encontra desactivada desde há anos.

O Centro de Acolhimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, na pessoa da sua Directora, também tomou parte em Seminários e Colóquios realizados no exterior referentes a esta Problemática e outras relacionadas com a Área Social.

3.4.4. Área do Ensino e Formação Profissional

Colégio de Nossa Senhora da Esperança

O Colégio de Nossa Senhora da Esperança, manteve o apoio ao nível do ensino do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e, ao nível do pré-escolar (Creche e Jardim de Infância) a cerca de 300 crianças e jovens. Foi aprovado em Conselho Pedagógico o plano anual de actividades, enquadradas no âmbito dos conteúdos programáticos das várias disciplinas.

Centro de Formação Profissional

O Centro de Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia do Porto, durante o ano de 2001, desenvolveu a sua actividade ao abrigo dos programas de Aprendizagem, Escolas Oficinas, Conservação do Património Cultural e Leonardo De Avinci, para os quais foram apresentadas e aprovadas as respectivas candidaturas, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, e pelo Programa Comunitário Sócrates e Leonardo De Avinci.

Assim ao abrigo do Programa Aprendizagem foram apoiados social e profissionalmente 78 jovens, 6 dos quais concluíram o seu Curso, tendo transitado 72 para 2002, repartidos pelos cursos de operador gráfico, electricista de manutenção, carpinteiro de limpos do nível II (equivalência ao 9.º ano), e técnico assistente de serviços pessoais e à comunidade do nível III (equivalência ao 12.º ano).

Ao abrigo do Programa Escolas Oficinas, desenvolveu-se o curso de hortofruticultura, tendo sido apoiados 6 desempregados.

Ao nível do Programa Conservação do Património Cultural (CPC), desenvolveu-se o 2.º ano, e foi aprovada a candidatura para o 3.º ano do Curso de Conservação e Restauro de Pintura em Cavalete,

Relatório de Actividades e Contas

envolvendo 10 formandos, bem como fora aprovada a candidatura a um estágio em Itália para os mesmos formandos do Programa Comunitário Leonardo De Avinci.

Desta forma a Santa Casa contribui, decisivamente, para a inserção de todos quantos a ela recorreram para a sua valorização profissional. O acompanhamento social e profissional dos jovens e dos desempregados, que todos os anos ocorrem a esta estrutura da Santa Casa, garantirá, por certo, uma inserção social e profissional duradoura de pessoas sem abrigo ou mal alojadas e sem emprego.

Apresentaram-se também duas candidaturas a dois estágios profissionais um na área dos recursos humanos e outro de educadora de infância, tendo as mesmas sido aprovadas.

Manteve-se o apoio à empregabilidade de jovens e desempregados de média e longa duração através da estrutura complementar, Clube de Emprego/Univa

Ao nível dos sectores oficiais, nomeadamente do sector gráfico, executaram-se todos os serviços solicitados pela Instituição e também do exterior. Ao nível da marcenaria/carpintaria, recuperaram-se móveis antigos e executaram-se pequenos serviços de carpintaria.

A brigada de parques e jardins, apesar do seu diminuto número de colaboradores, tratou e apoiou o arranjo e a conservação dos espaços ajardinados e de lazer dos Estabelecimentos da Instituição e dos terrenos do Hospital do Conde de Ferreira.

Instituto de S. Manuel

Durante o ano de 2001, o Instituto S. Manuel apoiou 55 crianças/jovens deficientes, multideficientes e normovisuais através das valências de: Centro de Actividades Ocupacionais, Sócio Educativo, Técnicas Específicas, Actividades de Tempos Livres e Lar de Apoio, valências essas para as quais existe protocolo de cooperação com a Segurança Social. Foi todavia realizado o estudo para a criação de uma nova valência de um Lar Residencial, tão necessário para as crianças e jovens deste Estabelecimento.

Visitas a exposições, passeios, festas convívios, foram algumas das actividades levadas a cabo e com a participação dos utentes.

É de assinalar o 12.º prémio recebido a nível nacional do concurso “Luis Braille”.

Relatório de Actividades e Contas

Para além disso, prestou-se apoio psicossocial às famílias dos alunos/utentes grandes dependentes.

Facultaram-se alguns estágios a jovens licenciados e não licenciados, nomeadamente do Instituto Superior da Maia e da Universidade Portucalense.

Centro Professor Albuquerque e Castro – Braille

No ano de 2001 o Centro Professor Albuquerque e Castro editou e transcreveu para o Sistema Braille, obras de carácter informativo, recreativo, cultural e didáctico, nomeadamente revistas, jornais, livros etc.. Foram distribuídos por diversas instituições para apoio a cegos, a saber: Instituto Britânico, Biblioteca Municipal do Porto, Espaço T, Universidade Portucalense, Jornal de Notícias, Caixa Geral de Depósitos, etc.

Foi revisto o preço do volume braille.

Foi elaborado protocolo de cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto - Centro Professor Albuquerque e Castro e a Universidade Lusíada, através do Projecto “Sistemas de apoio a invisuais”, nomeadamente através da reconversão das impressoras de agulhas para impressoras braille de ligação informática e da colaboração de estagiários na reparação e manutenção dos equipamentos informáticos de braille.

Foram realizadas reuniões com a Segurança Social tendentes à eventual revisão/actualização do protocolo de cooperação existente entre a Santa Casa e aquela entidade.

Instituto de Araújo Porto

Em referência a outros relatórios anteriores, este Estabelecimento tem a sua intervenção junto da pessoa portadora de deficiência auditiva e multideficiência, que compreende um conjunto de medidas diversificadas e complementares nos domínios da prevenção, da educação especial, da reabilitação psicossocial, de apoio sócio-familiar, das ajudas técnicas, da cultura, do desporto e da recreação, que visem favorecer a autonomia pessoal.

Nas áreas de intervenção da Educação Especial, constituída como modalidade de Educação que decorre em todos os níveis do ensino público, particular e cooperativo e que visa o desenvolvimento integral

Relatório de Actividades e Contas

da pessoa com necessidades educativas específicas, bem como a preparação para uma integração plena na vida activa, considerando de que cada problemática apresenta um determinado conjunto de características que definem, e que a manifestação dessas características varia consideravelmente de indivíduo para indivíduo.

O Instituto Araújo Porto apoia a integração escolar e social de 45 crianças e jovens portadores de deficiência auditiva, multideficiência e outros, com flexibilização curricular com projectos alternativos para muitos deles, diversificando técnicas de ensino/aprendizagem, visando uma autonomia progressiva dos alunos, desenvolvimento de responsabilidades, de aquisição de aptidões sociais facilitadoras da interacção, comunicação e integração grupal/social dentro da perspectiva da independência pessoal.

Desenvolvimento da oralidade dentro de uma metodologia de comunicação, em gabinetes de terapia de fala e nas salas de aula. Outras alternativas de comunicação, quando existe um diagnóstico que comprove a existência de condicionamentos intelectuais e psíquicos efectivos graves que impedem a uma eficaz utilização da língua oral (linguagem gestual; método verbotonal).

As valências relativas às actividades desenvolvidas decorre de protocolo de cooperação entre a Santa Casa e a Segurança Social, futuramente também com o Ministério da Educação.

Colégio do Barão de Nova Sintra

Este Estabelecimento foi e continua a ser intervencionado ao nível das suas instalações. A sua acção consubstancia-se fundamentalmente no apoio a crianças e jovens através das valências protocoladas com a Segurança Social (Lar de Jovens e Actividades de Tempos Livres). Paralelamente a esta acção e no sentido da sua complementaridade, promoveram-se estágios profissionais de educação social com o objectivo de desenvolver actividades extracurriculares, visando alterar/corrigir comportamentos, introduzindo novos recursos e novos métodos educativos. Procedeu-se à implementação de formação na área da prevenção da toxicodpendência, no sentido de dotar os intervenientes de instrumentos de integração e ocupação.

Concretizaram-se em parcerias, actividades fora do contexto institucional sob a responsabilidade dos diferentes técnicos das diferentes áreas: Psicologia, Educação Social e Animação Sócio-Cultural e Serviço Social, no sentido de criar campos de estudo e intervenção para a promoção de reajustamentos comportamentais.

3.4.5. Área da Cultura e Culto

Arquivo Histórico

1 – Introdução

O presente relatório refere-se ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2001.

Com a sua elaboração, pretende dar-se uma visão global das actividades levadas a cabo e outras iniciadas, por este Serviço, durante o período supracitado.

2 – Restauro e Encadernação de Documentação

2.1. Foram tratados 173 livros, dos quais 151 foram restaurados e 22 revestidos com novas encadernações.

3 – Actividades desenvolvidas no Arquivo Histórico

3.1. Colaboração na redacção da publicação “Grandes Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto”, vol. II.

3.2. Continuação da elaboração de fichas, resultantes de uma análise e estudo pormenorizado de cada unidade de instalação, existente no Arquivo Histórico, com vista à elaboração de um novo Roteiro ou Inventário. Dessas fichas consta também um comentário acerca do estado de conservação da documentação.

4 – Por sugestão do então Mesário da Cultura, foi elaborado um Plano de Transferência dos Arquivos Histórico e Geral, Sala de Leitura e gabinetes de trabalho.

5 – Inventariação da documentação incorporada na Biblioteca.

6 – Venda e oferta de publicações:

- História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, I vol. – 7 exemplares;
- História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, II vol. – 14 exemplares;
- Grandes Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, I vol. – 89 exemplares;
- Grandes Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, II vol. – 80 exemplares;
- Manuscritos, Pintura e Escultura da Misericórdia do Porto – 54 exemplares;

Relatório de Actividades e Contas

- Origens e Desenvolvimento de Um Grande Estabelecimento de Assistência e Caridade – 1 exemplar.

Um dos objectivos básicos dos Arquivos consiste em dar à consulta os fundos documentais, tanto à Instituição Produtora - Administração e Administrados - como a investigação em geral. Foram efectuadas 413 consultas, sendo o número de espécies documentais requisitadas do Arquivo Histórico 225 e de Biblioteca 188.

Património Artístico

Infraestruturas

As obras de instalação de aquecimento e a reparação do soalho da Igreja Privativa, que decorreram sob a orientação do Departamento do Património, vêm melhorar o nível de conforto e as condições ambientais do Património Artístico integrado no templo. A par destas acções, foi efectuada a limpeza e a consolidação, com produtos específicos, do pavimento em granito da capela-mor, nave e entrada da Igreja.

Colocação de mais um sino, nota Lá, no conjunto já existente na Igreja Privativa, melhorando-se assim as capacidades sonoras não só do relógio como também dos recursos melódicos dos sinos.

Inventariação do Património Artístico

Deu-se continuidade à inventariação do Património Artístico, nomeadamente do Colégio de Nossa Senhora da Esperança (tarefa ainda não concluída). Inventariação informática das colecções de Ourivesaria e de Paramentaria. Inventariação dos retratos de Benfeitores em reserva do Instituto Araújo Porto, trabalho este realizado pelos formandos do Curso de Conservação e Restauro de Pintura, no âmbito da disciplina de “Inventariação, Diagnóstico e Registo”. Após o regresso do estágio que está a decorrer em Florença proceder-se-á à informatização dos registos e às propostas de tratamento.

Registe-se a doação de 4 painéis – óleo sobre tela, que integravam um retábulo de capela particular oferecidos a esta Santa Casa por um seu Ilustre e Dedicado Irmão, o senhor José Luís Novaes, que em muito vieram enriquecer o nosso espólio artístico.

Relatório de Actividades e Contas

Conservação e Restauro

Coordenação pedagógica do Curso de Conservação e Restauro de Pintura, sob a direcção do Centro de Formação Profissional, a decorrer na Santa Casa da Misericórdia do Porto, com particular atenção ao estágio que se iniciou em Outubro, na Università Internazionale dell'Arte, em Florença, ao abrigo do Programa Leonardo da Vinci. O referido estágio terminará no final do mês de Março de 2002, sendo de registar o apreço manifestado pelos professores daquela prestigiada universidade sobre a qualidade da formação ministrada pela Santa Casa da Misericórdia do Porto ao grupo dos 10 beneficiários. Registe-se ainda que todos os formandos obtiveram bom aproveitamento no final do 1.º trimestre.

Continuação das acções de conservação e restauro de algumas obras de pintura e de mobiliário, nomeadamente do Colégio de Nossa Senhora da Esperança e de algumas peças destinadas à Obra de Santo António.

No âmbito do Curso de Conservação e Restauro de Pintura, foram concluídos os trabalhos de conservação e restauro de 11 retratos de Benfeitores e respectivos relatórios, que se realizaram sob a orientação dos formadores das disciplinas de formação tecnológica e prática. Início de estudos de diagnóstico de várias obras de pintura de temática religiosa pertencentes à Santa Casa da Misericórdia do Porto, que irão ser intervencionadas pelos formandos, após a conclusão do estágio, sob a orientação dos professores.

No que se refere ao Órgão de Tubos da Igreja Privativa, não obstante o seu restauro integral, ocorrido em 1997, surgiram pedidos para a melhoria das suas capacidades musicais, nomeadamente o aumento do número de registos, com o objectivo de possibilitar a execução de um maior número de obras musicais. O organeiro responsável apresentou uma proposta, que não foi presente à Mesa Administrativa, por se presumir ser dispendiosa, e também devido à possível falta de apoio científico na realização desta iniciativa. Optou-se por exigir junto do organeiro as habituais tarefas de afinação e harmonização, assumidas durante 10 anos, de acordo com as suas obrigações contratuais.

Divulgação

Edição do 2.º volume da obra “Grandes Beneméritos da Misericórdia do Porto”, sob direcção do Ex.^{mo} Senhor Dr. Estêvão Samagaio. O serviço colaborou na investigação e na preparação do material fotográfico que integra a referida publicação.

Relatório de Actividades e Contas

Nova edição de desdobráveis de divulgação do Património Artístico, nas línguas portuguesa, inglesa, francesa e castelhana.

Devido à falta de apoios externos, nomeadamente da Sociedade “Porto 2001”, deixou de estar patente ao público a colecção de Ourivesaria, decisão que se baseou na necessidade de reduzir as despesas com a segurança que uma colecção deste tipo acarreta.

Realização da exposição “Aprender, Conservar, Perpetuar”, ainda no âmbito no Curso de Conservação e Restauro de Pintura. que decorreu na Galeria de Benfeitores. A referida mostra, organizada pela coordenação, formandos e formadores, incluiu os retratos dos Benfeitores tratados pelos formandos, exercícios de cor e de técnicas variadas e de materiais e equipamentos utilizados na Conservação e Restauro. Na inauguração do evento, muito concorrida, estiveram presentes individualidades com responsabilidades nesta área. A exposição foi inaugurada pelo Senhor Provedor e pelo Director do Centro de Emprego do Porto. O evento inclui um recital de órgão realizado na Igreja Privativa.

Esteve patente ao público a exposição de fotografia “Kid 5”, organizada pelo “Espaço T” e Colégio do Barão de Nova Sintra, no âmbito da acção de formação desenvolvida por esta Associação com os alunos deste Estabelecimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Cedência da Galeria dos Benfeitores para a realização da exposição de Pintura “Coreografias de Sonho entre Porto e Goa”, da autoria de Maria Antónia Jardim – A . Sinai.

Cedência da Galeria dos Benfeitores à Fundação da Juventude para a realização da conferência “As parcerias Portugal – Brasil no Séc. XXI – um palco privilegiado para as Artes”, proferida pelo Dr. Miguel von Hafe Perez, responsável pela área de Artes Plásticas e Arquitectura da Porto 2001.

Participação da Santa Casa da Misericórdia do Porto na iniciativa da Porto 2001 “Letras em Trânsito”, coordenada pelo escritor Mário Cláudio. O percurso E, teve início na Galeria dos Benfeitores, com a leitura de uma passagem da obra de Arnaldo Gama “Um Motim Há Cem Anos”, que refere o átrio da Misericórdia como palco dos acontecimentos naquele motim. De seguida, o grupo de participantes visitou a exposição, tendo sido muito apreciada a visita guiada à pintura “Fons Vitae”.

Participação da Igreja Privativa no evento da Porto 2001 “Pontes de Sonho”.

Relatório de Actividades e Contas

Ainda no âmbito da divulgação do Património Cultural, salienta-se a visita do ilustre historiador Prof. Doutor José Hermano Saraiva, para preparação de um excelente documentário sobre o Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, que foi inserido no seu habitual programa televisivo “Horizontes da Memória”, desta vez dedicado à cidade do Porto Capital Europeia da Cultura. Foram também feitas filmagens na Igreja Privativa destinadas a um programa televisivo dedicado a Nicolau Nasoni.

Foi prestado o atendimento aos estudantes e público em geral, em visita ao núcleo de exposições, assim como aos investigadores que se encontram a desenvolver trabalhos científicos sobre o Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Salienta-se a presença de uma delegação da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de S. Salvador da Baía, que nos visitaram acompanhados por elementos da Mesa Administrativa da Misericórdia de Gaia.

Culto

O Compromisso da nossa Misericórdia, na última frase do seu artigo 4.º, adverte que no sector especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o Culto e a acção pastoral nas suas Igrejas e Capelas. O que aconteceu, a seu tempo, no decurso do ano de 2001.

Em todas as Igrejas e Capelas da Instituição estiveram os capelães, em número de oito, no pleno exercício das suas obrigações que, para além das celebrações litúrgicas diárias e dominicais, como a Santa Missa, fizeram o acompanhamento religioso e espiritual dos utentes e dos colaboradores. Nem esqueceram as devoções mais arraigadas nos cristãos, como é o caso da Via-Sacra nas sextas-feiras da Quaresma e da devoção a Nossa Senhora no mês de Maria, em Maio, e do Rosário, em Outubro.

A celebração da Missa foi diária na Igreja Privativa, na Igreja de Nossa Senhora da Esperança, na Capela do Hospital da Prelada, na Igreja do Instituto de Araújo Porto e na Igreja do Hospital do Conde de Ferreira. Nas Capelas ou Oratórios dos outros Estabelecimentos a celebração da Eucaristia foi semanal, ao sábado ou ao domingo, mas de molde a ser participada.

Na Igreja Privativa, onde as cerimónias litúrgicas dos dias mais festivos se revestem de solenidade e tem a participação dos membros

Relatório de Actividades e Contas

da Mesa Administrativa e dos outros órgãos sociais, realizaram-se as celebrações anuais com destaque para o aniversário da morte de D. Lopo de Almeida, as solenidades da Semana Santa, a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Misericórdia, e a festa do Sagrado Coração de Jesus, com o baptismo de uma jovem e a administração da Primeira Comunhão e da Profissão de Fé a grupos de crianças que frequentaram a Catequese no núcleo desta Igreja.

Com partida da Igreja Privativa e organizada pela Capelania realizou-se uma peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em que tomaram parte os colaboradores da acção pastoral, com preparação e sustentáculo espiritual às actividades culturais, catequéticas e corais que se desenvolvem à sombra da Igreja da Misericórdia.

Mesmo na Capela do Hospital do Conde de Ferreira que a Misericórdia restaurou, apesar de a unidade de saúde, durante o ano, ainda ter permanecido sob a alçada do Ministério da Saúde, como aliás, durante os anos da nacionalização, houve sempre um capelão em exercício e as acções litúrgicas foram celebradas atempadamente, incluindo os sufrágios pelo fundador, nomeadamente na memória anual do seu falecimento.

Foram cumpridas todas as obrigações de sufrágio pelos Irmãos que faleceram no correr do ano, pelos benfeitores e os legados pios de que a Irmandade está incumbida, e mesmo no dia obrigatório, para aqueles que tem data marcada.

Nos Estabelecimentos de Ensino não foi descurada a formação religiosa cristã e a organização das cerimónias de Primeira Comunhão e de Profissão de Fé. Igualmente nos Lares, os Idosos nas horas de solidão e de sofrimento foram temperados pelos confortos espirituais, bem como houve atenção à preparação e à administração do Sacramento da Santa Unção.

Os sufrágios solenes pelos Fiéis Defuntos, no início do mês de Novembro, foram celebrados, tanto na Igreja Privativa como no Cemitério.

3.4.6. Área do Bem Estar e Ambiente

Parque de Campismo da Prelada

Durante o ano de 2001 esta estrutura social da Santa Casa, como suporte à actividade turística, ao lazer e ao descanso, o seu Parque de Campismo, continuou a desempenhar a sua vocação a favor de quantos

Relatório de Actividades e Contas

demandam a nossa cidade e a região norte para conhecer e para repousar e que elegem o convívio com a natureza, com o silêncio e com o ambiente saudável como lugar de poiso à sua estadia.

Muitos turistas estrangeiros procuraram o Parque de Campismo da Misericórdia e partiram de 57 nacionalidades diferentes. De salientar a presença de pessoas de vários países de Leste e de repúblicas africanas, sem deixar de mencionar os provenientes de países da Ásia e da América Latina. Entretanto, com mais elevado número de campistas sobressai a França, com 4.207 dormidas; a Alemanha com 4.175 dormidas; a Itália com 3.499; e a Espanha com 3.494 e Portugal com 2.006 dormidas. Na totalidade foram 13.906 campistas a passar pelo Parque de Campismo da Misericórdia e que perfizeram o número de 28.937 dormidas.

No decurso do ano, conforme iam sendo necessárias e para além dos trabalhos de limpeza e higiene dos espaços, mesmo os ajardinados e florestados, das ruas, das baterias de sanitários e outras estruturas de uso comum dos campistas, foram realizadas as obras de manutenção e de conservação indispensáveis.

Quinta d'Alva

A rentabilização do espaço agrícola da propriedade da Misericórdia sita em Barca d'Alva, no concelho de Freixo de Espada à Cinta, mereceu grande empenho durante o ano a que se refere este Relatório de Actividades.

Assim, para além dos trabalhos e investimentos menores no dia a dia de uma quinta para produzir rendimento, há que assinalar como medidas importantes de futuro: a surriva e a despedragem de 7 hectares de terreno para o plantio de 30 mil pés de vinha; a enxertia de 10 mil bacelos; a replantação de 400 árvores de citrinos dalmão e de 500 novas oliveiras.

No respeitante à instalação de conduta para rega atingiram 1.900 metros no que respeita a vinha nova e 1.000 no terreno de olival.

No tocante à produção da fruta, referem-se alguns números na última colheita, Setembro último de 2001. Arrecadaram-se 102 toneladas de uvas, 96 das quais foram transformadas em vinho de benefício, (62 pipas) e as restantes consumidas como uva de mesa nos estabelecimentos de apoio social da Misericórdia.

Relatório de Actividades e Contas

Na olivicultura, uma área de intervenção agrícola em alta na quinta, onde a renovação do olival mais antigo e a plantação de novo tem prosseguido bem como a sua rega gota a gota, na última safra foram colhidas 32 toneladas de azeitonas para conserva e 22 para reduzir a azeite.

No referente aos frutos mencionam-se 30 toneladas de citrinos. Na área das horticolas colheram-se mais de 5.000 quilos.

A área habitacional turística da propriedade, onde a estadia é agradável e o serviço de refeições saudável e regional, tem sido procurado por muitos irmãos para descanso e para poiso na descoberta dos atractivos da região.

3.4.7. Gestão do Património

Durante o ano de 2001, o Departamento de Património desenvolveu a sua actividade em diversas frentes, com destaque para a valorização do Imobiliário. Durante o ano, continuaram em apreciação cerca de 30 projectos de valorização de prédios ou terrenos, sempre de acordo com os Planos Directores Municipais respectivos.

A conservação dos edifícios da Santa Casa, quer aqueles em que estão sediados os Estabelecimentos de Apoio Social, quer os que estão arrendados, mereceu grande e constante atenção, não só pela intervenção dos operários da brigada permanente de obras, mas, também, pelo recurso a firmas de construção civil, uma vez que não temos profissionais em certas áreas, outros porque a necessidade e o volume da intervenção o aconselhava.

As intervenções de manutenção e de conservação a cargo do pessoal privativo, na lista dos espaços onde decorrem acções administrativas, sociais e educativas da Instituição, passaram pelos Departamentos Centrais e Igreja Privativa, pelos Lares de D. Francisco de Noronha, da Quinta do Marinho, Pereira de Lima, Nossa Senhora da Misericórdia e Hospital de S. Lázaro, Centro de Alojamento de Emergência de Idosos, Casa da Rua, Colégio de Nossa Senhora da Esperança e do Barão de Nova Sintra, Instituto de S. Manuel e de Araújo Porto, Parque de Campismo, Centro de Formação Profissional, Blocos Habitacionais do Luso, de Costa Cabral, da Foz e do Lima, Alameda Eça de Queirós, Bairro Monteiro dos Santos, Igreja Nossa Senhora da Esperança e em cerca de 20 outros prédios de rendimento na cidade do Porto.

Relatório de Actividades e Contas

Com recurso a empresas de construção civil, contratadas no mercado, houve intervenções de conservação em 20 locais diferentes, com obras de alguma dimensão, em alguns deles.

Como obras de maior realce que conjugaram tarefas de projecto, licenciamento, concursos, fiscalização em financiamentos volumosos, mencionam-se as seguintes: renovação e ampliação da consulta externa do Hospital da Prelada; continuação da remodelação total do Colégio do Barão de Nova Sintra; construção do prédio onde vai sediar-se o Centro de Acolhimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, na Praça 9 de Abril, onde apenas a fachada principal do edifício antigo foi conservada. Conservação de toda a envolvente exterior do bloco habitacional da Foz, jazigos no Cemitério Municipal de Agramonte e outros mais.

Também foi entregue a arquitectos a elaboração de projectos para espaços de propriedade da Santa Casa com vista ao seu aproveitamento no futuro.

3.4.7. Gestão dos Recursos Humanos

O presente relatório pretende dar conta das actividades desenvolvidas no ano de 2001, que passo a enumerar:

1. O programa de avaliação de desempenho foi executado nos períodos de 23/03 a 30/05. O relatório final foi homologado pela Mesa Administrativa de 21/06/2001.
2. Gestão corrente de todos os assuntos do Departamento dos Recursos Humanos, de acordo com as orientações da Mesa Administrativa (contratações, exonerações, substituições, transferências etc).
3. Apoio às Direcções dos estabelecimentos, e à Obra de Santo António, cujo funcionamento foi programado para iniciar no princípio do ano de 2002.
4. Criação de um sistema mensal para o control de assiduidade.
5. Promoções e Reclassificações dos Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, para cumprimento de uma das metas propostas pela Mesa Administrativa em funções.

Relatório de Actividades e Contas

Evolução da dotação dos Quadros de Pessoal:

| Estabelecimento | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | Variação |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Brigada Parque e Jardins | 0 | 6 | 6 | 6 | 4 | -2 |
| CAC – Arquivo Histórico | 4 | 4 | 3 | 2 | 2 | 0 |
| CAC – Património Artístico | 1 | 2 | 3 | 4 | 2 | -2 |
| Casa da Cultura e Desporto | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Casa da Rua | 0 | 0 | 14 | 14 | 14 | 0 |
| Centro Alojamento Emergência Idosos | 0 | 0 | 12 | 13 | 13 | 0 |
| Centro de Formação Profissional | 23 | 23 | 24 | 24 | 25 | 1 |
| Centro Professor Albuquerque e Castro | 19 | 19 | 19 | 19 | 17 | -2 |
| Colégio Barão de Nova Sintra | 40 | 36 | 35 | 37 | 35 | -2 |
| Colégio Nossa Senhora Esperança | 45 | 44 | 48 | 46 | 46 | 0 |
| Departamento Contabilidade Finanças | 13 | 13 | 13 | 13 | 13 | 0 |
| Departamento Património | 35 | 33 | 32 | 29 | 31 | 2 |
| Departamento Recursos Administrativos | 24 | 23 | 24 | 24 | 24 | 0 |
| Departamento Recursos Humanos | 5 | 6 | 5 | 3 | 3 | 0 |
| Gabinete Jurídico | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Gabinete Acção Social e Animação | 11 | 11 | 10 | 9 | 7 | -2 |
| Gabinete Comunicação e Imagem | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Gabinete de Organização e Métodos | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 0 |
| Gabinete Religioso e Culto | 8 | 9 | 10 | 9 | 9 | 0 |
| Hospital São Lázaro | 63 | 62 | 60 | 70 | 61 | -9 |
| Instituto Araújo Porto | 34 | 33 | 37 | 37 | 36 | -1 |
| Instituto S. Manuel | 40 | 38 | 36 | 36 | 37 | 1 |
| Lar D. Francisco Noronha | 21 | 23 | 22 | 22 | 22 | 0 |
| Lar Nossa Senhora da Misericórdia | 0 | 34 | 35 | 36 | 38 | 2 |
| Lar Pereira de Lima | 20 | 19 | 19 | 19 | 18 | -1 |
| Lar Quinta do Marinho | 22 | 19 | 20 | 19 | 20 | 1 |
| Obra de Santo António | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Parque de Campismo da Prelada | 8 | 7 | 6 | 6 | 6 | 0 |
| Quinta de Barca d'Alva | 3 | 5 | 5 | 5 | 7 | 2 |
| Quinta da Manuela | 2 | 2 | 2 | 2 | 0 | -2 |
| Serviços de Saúde | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 0 |
| TOTAL | 451 | 479 | 508 | 512 | 498 | -14 |

3.4.9. Gabinete de Comunicação e Imagem

Vocacionado para lançar no exterior a imagem correcta da Santa Casa, divulgando, sobretudo, a sua acção distribuída por tantos sectores do apoio social, o Gabinete de Comunicação e Imagem, para além dos contactos com os Órgãos de Comunicação e do convite para a presença

Relatório de Actividades e Contas

nas celebrações e nos acontecimentos da Instituição, centra a sua actuação primordial no Boletim quadrimestral que se chama pelo nome genérico de “Santa Casa da Misericórdia do Porto”.

No ano de 2001 foram publicados os três números da praxe, de conteúdo literariamente cuidado e com imagem gráfica digna, de molde a cativar interesse.

Previlegiando a recensão dos acontecimentos e das actividades da Instituição, tanto genericamente, como no referente à vida dos seus Estabelecimentos, continuou a ser distribuído gratuitamente a todos os Irmãos, a Misericórdias e Associações de Solidariedade Social, Organismos Governamentais e Autárquicos.

As páginas do Boletim da Misericórdia, veículo de comunicação e de conhecimento, são uma agenda onde se gravam conteúdos alargados da sua acção e que poderão ajudar, no futuro, à elaboração da história.

O Gabinete também organiza, mensalmente, o Boletim de Informação Interna, que é distribuído por todos os colaboradores. Para além de dar a conhecer actos e deliberações da Mesa Administrativa, mesmo os referentes à vida profissional dos colaboradores, informa sobre a vida interna de departamentos e estabelecimentos, no jeito de incentivar ao interesse e à participação. Reserva sempre uma página para a cultura e história da instituição e uma palavra de actualidade para reflexão que, com a recensão dos aniversários, agrada e prende à leitura.

O responsável do gabinete foi chamado a participar num Seminário Internacional sobre Comunicação e Informação, organizado pela Federação Europeia das Associações que trabalham com os Sem-Abrigo, de que a Santa Casa é associada e que se realizou na cidade de Bruxelas.

3.4.10. Gabinete de Organização e Métodos

O ano 2001, foi o ano de consolidação do software de gestão implementado nos Departamentos Centrais, no ano 2000, constituído pelos módulos de Contabilidade Geral, Analítica e Orçamental, Imobilizado, Gestão de Terceiros, Bancos, Caixa e Gestão de Tesouraria, Aprovisionamento, Pessoal e Vencimentos.

O Gabinete de Organização e Métodos, teve ainda um papel primordial na adopção da nova moeda, nomeadamente:

- Participação no grupo de trabalho criado para a implementação do Euro;

Relatório de Actividades e Contas

- Inventariação precisa e completa de todos os sistemas e aplicações que foram influenciados pelo Euro,
- Avaliação do impacto do Euro no sistema de informação;
- Planeamento e execução dos trabalhos de conversão de bases de dados e software desenvolvido internamente;
- Acompanhamento do planeamento e conversão de dados do software fornecido por terceiros;
- Actualização dos sistemas operativos, software de escritório e controladores de periféricos para suporte do símbolo do Euro;
- Participação na formação realizada para os colaboradores sobre a problemática do Euro.

Ainda durante o ano 2001 o Gabinete de Organização e Métodos, continuou a desenvolver as suas actividades habituais das quais se destacam:

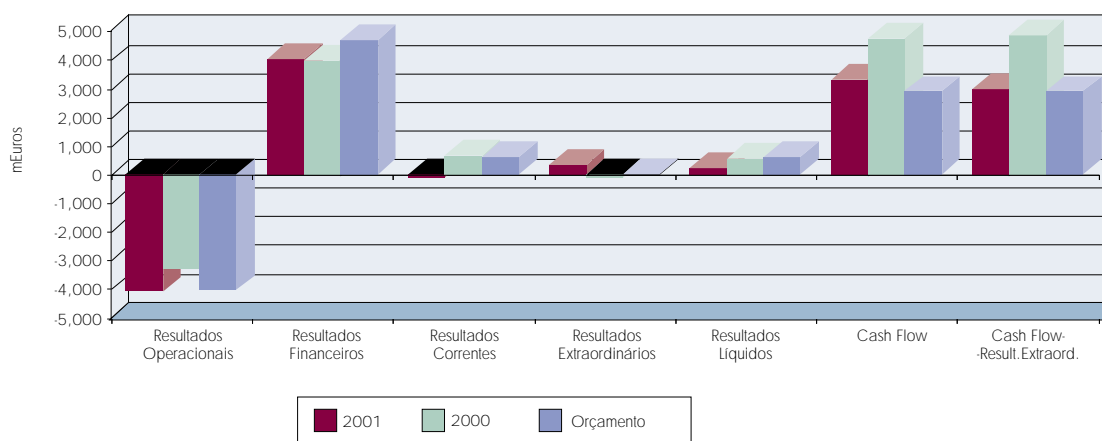
- Gestão da rede informática dos Departamentos Centrais;
- Apoio aos utilizadores,
- Manutenção do parque informático;
- Aquisição e actualização de hardware e software;
- Desenvolvimento de software específico;
- Formação Profissional.

Relatório de Actividades e Contas

3.4.11. Gestão Financeira

Durante o ano de 2001, a Mesa Administrativa continuou a gerir de forma integrada os recursos financeiros da Instituição.

- Ao nível da Gestão e afectação racional de recursos:



• Da análise comparativa, expressa em modo gráfico, pode-se inferir as seguintes conclusões:

- resultados líquidos: atingido o valor de € 551.927, que representa um aumento de € 332.323, face ao exercício anterior;
- cash flow: numero resultante da adição dos resultados líquidos com amortizações e provisões, registou, em 2001, um valor de € 4.744.290, superior, em 30 %, em relação ao ano de 2000;
- cash flow-resultados extraordinários: correspondendo aos resultados correntes acrescidos das amortizações e provisões, consubstancia os verdadeiros resultados da actividade da Santa Casa. Neste exercício, esta rubrica atingiu os € 4.850.815 contra os € 2.980.010 do ano anterior, representando, assim, um acréscimo de € 1.870.805, ou seja, superior em 63% relativamente ao ano transato.

Relatório de Actividades e Contas

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Consolidado

4.1. 1. Balanço

| Activo | Notas | 2001 | | 2000 | |
|--|-------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Activo bruto | Amortizações e provisões | Activo líquido | Activo líquido |
| IMOBILIZADO: | | | | | |
| Imobilizações incorpóreas: | | | | | |
| Despesas de investigação e desenvolvimento | 10 | 5,062.21 | 3,965.44 | 1,096.77 | 2,109.21 |
| Imobilizações corpóreas: | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | 39,405,822.95 | 76,194.19 | 39,329,628.76 | 39,354,471.03 |
| Edifícios e outras construções | | 94,006,239.31 | 12,335,919.85 | 81,670,319.46 | 82,596,754.77 |
| Equipamento básico | | 10,856,098.10 | 8,697,695.22 | 2,158,402.88 | 2,535,100.46 |
| Equipamento de transporte | | 617,536.59 | 382,097.32 | 235,439.27 | 292,877.59 |
| Ferramentas e utensílios | | 103,395.53 | 84,422.45 | 18,973.08 | 26,685.94 |
| Equipamento administrativo | | 3,456,424.67 | 2,447,089.63 | 1,009,335.04 | 1,186,817.01 |
| Taras e vasilhame | | 7,072.76 | 2,069.74 | 5,003.02 | 5,241.08 |
| Outras imobilizações corpóreas | | 10,189,545.46 | 194,392.14 | 9,995,153.32 | 10,014,551.26 |
| Imobilizações em curso | | 12,707,796.20 | | 12,707,796.20 | 4,234,088.59 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | | 168,538.72 | | 168,538.72 | 193,479.74 |
| | 10 | 171,518,470.29 | 24,219,880.54 | 147,298,589.75 | 140,440,067.47 |
| Investimentos financeiros: | | | | | |
| Investimentos financeiros: | | | | | |
| Participações de capital | 10 e 34 | 222,118.14 | 27,358.37 | 194,759.77 | 194,759.77 |
| Obrigações e títulos de participação | 10 | 7,865.29 | | 7,865.29 | 7,865.29 |
| Investimentos em imóveis | 10 | 70,356,141.68 | 683,455.89 | 69,672,685.79 | 69,788,262.46 |
| Outras aplicações financeiras | 10 | 94,676.83 | | 94,676.83 | 94,676.83 |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | 10 | 361,360.96 | | 361,360.96 | 2,022,694.96 |
| | | 71,042,162.90 | 710,814.26 | 70,331,348.64 | 72,108,259.31 |
| CIRCULANTE: | | | | | |
| Existências: | | | | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 41 | 578,852.10 | | 578,852.10 | 576,729.08 |
| Produtos acabados e intermédios | 42 | 57,968.56 | | 57,968.56 | 45,828.15 |
| | | 636,820.66 | 0.00 | 636,820.66 | 622,557.23 |
| Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo: | | | | | |
| Clientes de cobrança duvidosa | 23 e 34 | 0.00 | | 0.00 | 626,877.09 |
| Outros devedores | 51 | 46,044.50 | | 46,044.50 | 37,790.93 |
| | | 46,044.50 | 0.00 | 46,044.50 | 664,668.02 |
| Dívidas de terceiros - Curto prazo: | | | | | |
| Clientes, c/c | | 1,713,817.58 | | 1,713,817.58 | 2,522,182.37 |
| Utentes, c/c | | 39,204.72 | | 39,204.72 | 28,574.25 |
| Utentes de cobrança duvidosa | 23 | 12,685.41 | 12,685.41 | 0.00 | 0.00 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 23 e 34 | 14,844,790.21 | 4,395,408.94 | 10,449,381.27 | 5,804,837.54 |
| Adiantamentos a fornecedores de imobilizado | | 0.00 | | 0.00 | 13,896.51 |
| Sector público administrativo | 49 | 678,789.25 | | 678,789.25 | 297,937.83 |
| Outros devedores | 23, 34 e 51 | 889,110.84 | 213,412.29 | 675,698.55 | 718,786.08 |
| | | 18,178,398.01 | 4,621,506.64 | 13,556,891.37 | 9,386,214.58 |
| Títulos negociáveis: | | | | | |
| Outras aplicações de tesouraria | | 0.00 | | 0.00 | 2,992,787.38 |
| Depósitos bancários e caixa: | | | | | |
| Depósitos bancários | 52 | 2,539,982.17 | | 2,539,982.17 | 1,852,380.87 |
| Caixa | | 36,824.95 | | 36,824.95 | 11,133.84 |
| | | 2,576,807.12 | | 2,576,807.12 | 1,863,514.71 |
| Acréscimos e diferimentos: | | | | | |
| Acréscimos de proveitos | 50 | 255,143.56 | | 255,143.56 | 800,052.72 |
| Custos diferidos | 50 | 861,645.89 | | 861,645.89 | 844,453.49 |
| | | 1,116,789.45 | | 1,116,789.45 | 1,644,506.21 |
| Total de amortizações | | | 24,907,301.87 | | |
| Total de provisões | | | 4,648,865.01 | | |
| Total do activo | | 265,120,555.14 | 29,556,166.88 | 235,564,388.26 | 229,724,684.12 |

(Montantes expressos em Euros)

| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | NOTAS | 2001 | 2000 |
|--|--------------|------------------------------|------------------------------|
| FUNDO SOCIAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS | | | |
| Fundo social | 36 e 40 | 146,824,394.58 | 146,824,394.58 |
| Reservas de reavaliação | 40 | 48,358,882.93 | 48,358,882.93 |
| Reservas especiais | 40 | 105,931.72 | 105,931.72 |
| Resultados transitados | 40 | 16,091,472.43 | 16,207,274.64 |
| Resultado líquido do exercício | 40 | 551,927.55 | 219,604.25 |
| | | <u>211,932,609.21</u> | <u>211,716,088.12</u> |
| PASSIVO: | | | |
| Provisões para outros riscos e encargos | 34 | <u>4,273,200.76</u> | <u>4,669,605.56</u> |
| Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo: | | | |
| Dívidas a Instituições de Crédito | 53 | 3,849,124.24 | |
| Outros credores | 51 | <u>1,743,819.55</u> | <u>1,934,517.10</u> |
| | | <u>5,592,943.79</u> | <u>1,934,517.10</u> |
| Dívidas a terceiros - Curto prazo: | | | |
| Dívidas a instituições de crédito | 53 | 140,700.28 | 20,035.38 |
| Fornecedores, c/c | | 1,754,768.34 | 1,440,499.85 |
| Adiantamentos de clientes | | 2,006.73 | 2,790.08 |
| Fornecedores de imobilizado, c/c | | 581,310.31 | 202,641.25 |
| Sector público administrativo | 49 | 781,289.75 | 562,567.68 |
| Outros credores | 51 | <u>435,186.13</u> | <u>381,739.85</u> |
| | | <u>3,695,261.54</u> | <u>2,610,274.09</u> |
| Acréscimos e diferimentos: | | | |
| Acréscimos de custos | 50 | 3,060,458.94 | 2,697,144.58 |
| Proveitos diferidos | 50 | <u>7,009,914.02</u> | <u>6,097,054.67</u> |
| | | <u>10,070,372.96</u> | <u>8,794,199.25</u> |
| Total do capital próprio e do passivo | | <u><u>235,564,388.26</u></u> | <u><u>229,724,684.12</u></u> |

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2001.

4.1.2. Demonstrações de Resultados por Naturezas

| CUSTOS E PERDAS | NOTAS | 2001 | 2000 |
|--|--------------|----------------------|----------------------|
| CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS | 41 | 5,192,484.09 | 5,058,817.92 |
| FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | | 6,098,396.86 | 6,104,616.61 |
| CUSTOS COM O PESSOAL: | | | |
| Remunerações | | 16,891,828.72 | 15,591,659.98 |
| Encargos sociais: | | | |
| Pensões | 31 | 1,355,761.24 | 1,373,840.05 |
| Taxa Social Única/Outros | | 3,290,594.71 | 3,022,765.40 |
| AMORTIZAÇÕES | 10 | 2,089,700.38 | 2,105,352.76 |
| PROVISÕES | 34 | 2,102,662.63 | 972,933.48 |
| IMPOSTOS | | 13,308.64 | 14,482.43 |
| OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS | | 38,571.25 | 39,912.42 |
| (A) | | <u>37,073,308.52</u> | <u>34,284,381.05</u> |
| JUROS E CUSTOS SIMILARES | 45 | 173,647.55 | 122,988.91 |
| (C) | | <u>37,246,956.07</u> | <u>34,407,369.96</u> |
| CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS | | | |
| Outros | 46 | 1,187,356.82 | 1,007,319.35 |
| (E) | | <u>38,434,312.89</u> | <u>35,414,689.31</u> |
| IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO | 6 | - | - |
| (G) | | <u>38,434,312.89</u> | <u>35,414,689.31</u> |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 551,927.55 | 219,604.25 |
| | | <u>38,986,240.44</u> | <u>35,634,293.56</u> |
| Resultados operacionais: (B) - (A)..... | | <u>-3,328,287.10</u> | <u>-4,110,485.06</u> |
| Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =..... | | <u>3,986,740.22</u> | <u>4,012,209.50</u> |
| Resultados correntes: (D) - (C) =..... | | <u>658,453.12</u> | <u>-98,275.56</u> |
| Resultados antes de impostos: (F) - (E)=..... | | <u>551,927.55</u> | <u>219,604.25</u> |
| Resultado líquido do exercício :(F) - (G)=..... | | <u>551,927.55</u> | <u>219,604.25</u> |

(Montantes expressos em Euros)

| PROVEITOS E GANHOS | NOTAS | 2001 | 2000 |
|---|--------------|----------------------|----------------------|
| VENDAS | | 179,069.90 | 174,768.89 |
| PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | 44 | 29,939,973.33 | 26,324,001.60 |
| | | <u>30,119,043.23</u> | <u>26,498,770.49</u> |
| VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO | 42 | 12,140.40 | (1,272.58) |
| TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO | | 495,221.41 | 525,417.71 |
| PROVEITOS SUPLEMENTARES | | 426,208.28 | 445,576.66 |
| COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO | 47 | 2,636,102.49 | 2,661,751.11 |
| OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS | | <u>56,305.61</u> | <u>43,652.60</u> |
| (B) | | 33,745,021.42 | 30,173,895.99 |
| | | | |
| PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS | 45 | 4,160,387.77 | 4,135,198.41 |
| (D) | | <u>37,905,409.19</u> | <u>34,309,094.40</u> |
| | | | |
| PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS | | | |
| Outros | 46 | <u>1,080,831.25</u> | <u>1,325,199.16</u> |
| | | | |
| (F) | | <u>38,986,240.44</u> | <u>35,634,293.56</u> |

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

4.1.3. Demonstrações de Origem e Aplicação de Fundos

| ORIGEM DE FUNDOS | NOTAS | 2001 | 2000 |
|--|-------|----------------------|---------------------|
| INTERNAS: | | | |
| Resultados transitados | 40 | 1.302.842,21 | 2.091.569,32 |
| Resultado líquido do exercício | | 551.927,55 | 219.605,75 |
| Amortizações: | | | |
| - de investimentos financeiros | 10 | 115.576,66 | 115.576,46 |
| - de imobilizado corpóreo | 10 | 2.088.687,93 | 2.104.343,53 |
| - de imobilizado incorpóreo | 10 | 1.012,45 | 1.012,56 |
| Variação de provisões | 34 | 208.140,94 | 862.461,47 |
| | | <u>4.268.187,74</u> | <u>5.394.569,09</u> |
| EXTERNAS: | | | |
| Aumento dos capitais próprios: | | | |
| Reservas especiais | | - | 9.975,96 |
| Movimentos financeiros a médio e longo prazo: | | | |
| Diminuição de investimentos financeiros | 10 | 1.738.589,53 | 952,70 |
| Diminuição imobilizações | 10 | 15.813,50 | 693.448,79 |
| Diminuição das dívidas de terceiros | | 1.862.236,54 | 627.921,71 |
| Aumento das dívidas a terceiros | | 3.658.425,78 | - |
| | | <u>7.275.065,35</u> | <u>1.322.323,20</u> |
| Diminuição dos fundos circulantes | | - | - |
| | | <u>11.543.253,09</u> | <u>6.726.868,25</u> |
| AS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES SÃO EXPLICADOS POR: | | | |
| Variações Activas | | | |
| Aumento das existências | | 14.258,75 | - |
| Aumento das dívidas de terceiros | | 6.018.837,55 | 3.734.295,35 |
| Aumento das disponibilidades | | - | 295.572,67 |
| Aumento de acréscimos e diferimentos (Activo) | | - | 127.108,67 |
| Diminuição das dívidas a terceiros | | - | 1.591.674,06 |
| Diminuição dos fundos circulantes | | - | - |
| | | <u>6.033.096,30</u> | <u>5.748.650,75</u> |

4.2. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2001

(Montantes expressos em Euros - €)

1. Nota Introdutória

A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto (“Instituição”), também denominada Santa Casa da Misericórdia do Porto, ou simplesmente Misericórdia do Porto, tem a sua sede na Rua das Flores, nº 15, Porto.

A actividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas: assuntos sociais, que inclui, nomeadamente, a sub-área da saúde (Hospital da Prelada) e de apoio social; ensino e formação profissional; cultura e culto; bem-estar e ambiente; gestão do património; gerando as suas receitas mais significativas nas áreas da saúde (Nota 44) e de apoio social (Nota 47), bem como as resultantes de aplicações financeiras e de outros investimentos (Nota 45).

As notas que seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Instituição ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2000, apresentadas apenas para efeitos comparativos bem como as notas deste anexo que contêm informação do exercício de 2000, foram apenas para efeitos de apresentação convertidos em milhares de Escudos para Euros.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001 estão pendentes de aprovação pelos correspondentes corpos gerentes. No entanto a Mesa Administrativa entende que as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001 irão ser aprovadas sem alterações significativas pela Assembleia Geral de Irmãos.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Imobilizações corpóreas*

- i) *Imobilizações corpóreas afectas ao Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”* - As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1991 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. Adicionalmente no exercício de 1993, a Instituição realizou uma reavaliação extraordinária da rubrica “Terrenos e recursos naturais”, baseada numa avaliação efectuada pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, para efeitos da Contribuição Autárquica, cujo

impacto nos capitais próprios, naquela data, ascendeu a € 36.145.390. No exercício de 1996, a Instituição realizou outra reavaliação extraordinária utilizando os coeficientes de desvalorização monetária previstos na Portaria nº107/96, de 10 de Abril aplicável aos restantes bens, cujo acréscimo dos valores teve por contrapartida a rubrica “Reservas de reavaliação” no montante de € 2.257.455.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos |
|--------------------------------|------|
| Edifícios e outras construções | 25 |
| Equipamento básico | 6 |
| Ferramentas e utensílios | 4 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento administrativo | 6 |
| Outras imobilizações corpóreas | 6 |

ii) *Departamentos Centrais e restantes estabelecimentos* - As imobilizações corpóreas, recebidas por herança, doação ou adquiridas até 1 de Janeiro 1990, encontram-se registadas pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de € 78.061.871. As imobilizações corpóreas adquiridas após essa data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações das imobilizações corpóreas adquiridas, doadas ou herdadas a partir de 1 de Janeiro de 1990 (as anteriores não estão a ser amortizadas pela Instituição) são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos |
|--------------------------------|------|
| Edifícios e outras construções | 50 |
| Equipamento básico | 6 |
| Ferramentas e utensílios | 4 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento administrativo | 6 |
| Outras imobilizações corpóreas | 6 |

b) *Investimentos financeiros*

As “Participações de capital”, “Obrigações e títulos de participação” e “Outras aplicações financeiras” encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas de uma provisão para reduzir aquele custo ao valor estimado de realização. Os rendimentos resultantes são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A rubrica “Investimentos em imóveis” engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afectas à actividade operacional da Instituição. Os imóveis, recebidos por herança ou doação ou construídos até 1 de Janeiro 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi, naquela data de, aproximadamente, € 64.095.000 e aqueles

realizados após essa data encontram-se registados ao custo de aquisição. As amortizações dos investimentos em imóveis posteriores a 1 de Janeiro de 1990 (os anteriores não estão a ser amortizados pela Instituição) estão a ser efectuadas linearmente durante um período de 50 anos e são registadas como custos e perdas financeiros na rubrica “Amortizações de investimentos em imóveis” (Nota 45).

c) *Conservação e reparação*

Os encargos com conservação e reparação de edifícios são registados como custos diferidos e posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados num período de três anos (Nota 50).

d) *Existências*

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. Os produtos acabados encontram-se valorizados a preços de mercado.

e) *Especialização de exercícios*

A Instituição regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas nas rubricas “Acréscimos e diferimentos” (Nota 50).

f) *Jóias de admissão*

As jóias de admissão pagas pelos utentes para aquisição do direito de ocupação vitalícia de apartamentos em lares de terceira idade de propriedade da Instituição, são diferidas na rubrica "Proveitos diferidos" (Nota 50) e reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica “Prestação de serviços”, em parcelas iguais e ao longo de um período de seis anos, a contar da data da utilização efectiva do apartamento pelo utente.

Importa referir ainda que, independentemente do valor das jóias pagas pelos utentes, a Instituição factura mensalmente uma renda que visa cobrir custos associados com a alimentação, tratamento de roupas, cuidados de higiene e saúde (excluindo medicamentos), rendas estas reconhecidas directamente na demonstração de resultados.

g) *Subsídios*

Os subsídios atribuídos a fundo perdido à Instituição após 1 de Janeiro de 1990, para financiamento de immobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das immobilizações corpóreas subsidiadas (Nota 50). Os subsídios à exploração são reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os custos das acções e actividades subsidiadas (Notas 46 e 47).

h) Pensões de reforma

Os encargos com complementos e pensões de reforma com reformados no âmbito da Caixa Privativa da Instituição e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 31) são registados na demonstração de resultados do exercício como segue: (i) os encargos com reformados abrangidos pela Caixa Privativa são registados na demonstração de resultados, na rubrica “Custos com o pessoal - Pensões”, no exercício anterior àquele em que são pagos, mantendo a Instituição uma provisão registada na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” (Nota 34), para esse efeito; (ii) os encargos com reformados abrangidos pela Caixa Geral de Aposentações são registados na rubrica “Custos com o pessoal - Pensões” no exercício em que os pagamentos são adiantados aos reformados pela Caixa Geral de Aposentações e posteriormente reclamados por aquela Caixa à Instituição. Deste modo, as demonstrações financeiras anexas não contemplam uma provisão, com excepção da parcela a curto prazo, para fazer face às responsabilidades totais por serviços passados dos reformados, conforme acima referido, nem existe constituído um fundo para fazer face a essa situação.

Actualmente, a Instituição não assume quaisquer responsabilidades por complementos de pensões com empregados no activo.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos (basicamente aplicações financeiras) expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

6. Impostos

De acordo com a Declaração da Direcção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de Fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos até 1998 e dez anos para a Segurança Social) e deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 1997 a 2001 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

7. Número Médio de Pessoal

Durante os exercícios de 2001 e 2000, o número médio de pessoal foi o seguinte:

| | 2001 | 2000 |
|---|------|------|
| Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz” | 508 | 504 |
| Departamentos Centrais e Restantes Estabelecimentos | 499 | 512 |
| | 1007 | 1016 |

10. Movimento do Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

| | Activo Bruto | | | | Saldo final |
|---|----------------|--------------|-------------|-----------------------|----------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Alienações | Transferênc. e abates | |
| IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | | | | | |
| Despesas de investimento e de desenvolvimento | 5.062,21 | - | - | - | 5.062,21 |
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 39.405.822,95 | - | - | - | 39.405.822,95 |
| Edifícios e outras construções | 93.839.534,55 | 47.783,69 | - | 118.921,07 | 94.006.239,31 |
| Equipamento básico | 10.618.160,23 | 237.937,87 | - | - | 10.856.098,10 |
| Equipamento de transporte | 646.297,98 | 19.707,50 | (48.468,89) | - | 617.536,59 |
| Ferramentas e utensílios | 99.224,22 | 4.171,31 | - | - | 103.395,53 |
| Equipamento administrativo | 3.380.370,98 | 76.053,69 | - | - | 3.456.424,67 |
| Taras e vasilhame | 7.072,76 | - | - | - | 7.072,76 |
| Outras imobilizações corpóreas | 10.179.863,44 | 9.682,02 | - | - | 10.189.545,46 |
| Imobilizações em curso | 4.234.088,58 | 7.681.930,44 | - | 791.777,18 | 12.707.796,20 |
| Adiantamentos por conta de imob. corpóreas | 193.479,74 | - | - | (24.941,02) | 168.538,72 |
| | 162.603.915,43 | 8.077.266,52 | (48.468,89) | 885.757,23 | 171.518.470,29 |
| INVESTIMENTOS FINANCEIROS: | | | | | |
| Participações de capital | 222.118,14 | - | - | - | 222.118,14 |
| Obrigações e títulos de participação | 7.865,29 | - | - | - | 7.865,29 |
| Investimentos em imóveis | 70.356.141,68 | - | - | - | 70.356.141,68 |
| Outras aplicações financeiras | 94.676,83 | - | - | - | 94.676,83 |
| Adiant. por conta invest. financeiros | 2.022.694,96 | 77.255,53 | - | (1.738.589,53) | 361.360,96 |
| | 72.703.496,90 | 77.255,53 | - | (1.738.589,53) | 71.042.162,90 |

| Rubricas | Amortizações acumuladas | | | Saldo final |
|--|-------------------------|---------------------|--------------------|----------------------|
| | Saldo inicial | Reforços | Alienações | |
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS: | | | | |
| Despesas de investigação e desenvolvimento | 2.952,99 | 1.012,45 | - | 3.965,44 |
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS: | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 51.351,91 | 24.842,28 | - | 76.194,19 |
| Edifícios e outras construções | 11.242.779,79 | 1.093.140,06 | - | 12.335.919,85 |
| Equipamento básico | 8.083.059,77 | 614.635,45 | - | 8.697.695,22 |
| Equipamento de transporte | 353.420,38 | 61.332,33 | (32.655,39) | 382.097,32 |
| Ferramentas e utensílios | 72.538,29 | 11.884,16 | - | 84.422,45 |
| Equipamento administrativo | 2.193.553,98 | 253.535,65 | - | 2.447.089,63 |
| Taras e vasilhame | 1.831,69 | 238,05 | - | 2.069,74 |
| Outras imobilizações corpóreas | 165.312,19 | 29.079,95 | - | 194.392,14 |
| | <u>22.163.848,00</u> | <u>2.088.687,93</u> | <u>(32.655,39)</u> | <u>24.219.880,54</u> |
| INVESTIMENTOS FINANCEIROS: | | | | |
| Investimentos em imóveis | 567.879,23 | 115.576,66 | - | 683.455,89 |

Do montante relativo às transferências da rubrica “Imobilizações Corpóreas - Imobilizações em curso”, € 852.832 foram transferidos para a rubrica “Acréscimos e diferimentos – Custos diferidos, conservação e reparação de edifícios e parques e jardins” (Notas 3.c) e 50).

A 31 de Dezembro de 2001 a Instituição transferiu da rubrica “Investimentos financeiros - adiantamentos por conta de investimentos financeiros” para a rubrica “Imobilizações corpóreas – imobilizações em curso” € 1.738.589,53 referente a adiantamentos efectuados em 2000 pela Instituição para a concepção e construção de 146 fogos de habitação social e cuja facturação ocorreu em 2001. O valor global do investimento ascende a aproximadamente a € 7.700.000, do qual à data já se encontra realizado € 7.502.157,72. Este investimento está a ser participado, a fundo perdido, no montante de € 1.845.921,32, (valor já recebido a 31 de Dezembro de 2001-Nota 50) e através de bonificação de taxa de juro (Nota 53) pelo Instituto Nacional de Habitação.

A repartição das imobilizações em curso, em 31 de Dezembro de 2001, por projecto de investimento é como segue:

| | |
|--|----------------------|
| Habitação Social (Quinta Seca) | 7.502.157,72 |
| Colégio Barão Nova Sintra | 1.946.294,71 |
| Hospital de S. Lázaro | 742.740,39 |
| Remodelação /Ampliação Consulta Externa do Hospital da Prelada | 535.132,68 |
| Bar Departamentos Centrais | 329.231,23 |
| Mulheres Vitimas de Violência | 332.965,00 |
| Rua de Currais (Lote 2) | 157.412,20 |
| Hospital Conde Ferreira | 121.780,51 |
| Quinta do H.C. Ferro | 100.319,00 |
| Outros projectos | 939.762,76 |
| | <u>12.707.796,20</u> |

Em 31 de Dezembro de 2001 o valor dos activos fixos adquiridos anteriormente a 1 de Janeiro de 1990 que não estão a ser amortizados têm o seguinte detalhe:

| | |
|--------------------------|--------------------|
| Imobilizações corpóreas | 78.061.871 |
| Investimentos em imóveis | 64.324.245 |
| | <u>142.386.116</u> |

A Instituição é “auto-seguradora” para todos os imóveis não incluídos nas apólices de seguros contratadas (cujo âmbito incide sobre cerca de 60 edifícios, incluindo o Hospital da Prelada "Dr. Domingos Braga da Cruz”), o que teoricamente significa que a Instituição “auto-segura” todos os imóveis com valor atribuído unitário inferior ou igual a aproximadamente € 150.000 (Nota 34).

12. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas (legislação)

Para além das reavaliações extraordinárias já referidas na Nota 3.a), a Instituição procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável de acordo com o Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro, o qual provocou um acréscimo dos capitais próprios de € 9.727.327, apresentado na rubrica “Reservas de reavaliação”.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

O detalhe desta rubrica a 31 de Dezembro de 2001 era como se segue:

| | Curto prazo |
|--|---------------------------|
| Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF) | 14.818.201,98 |
| Outros clientes de cobrança duvidosa | 26.588,23 |
| | <hr/> 14.844.790,21 |
| Utentes de cobrança duvidosa | 12.685,41 |
| Outros devedores de cobrança duvidosa | 173.639,48 |
| | <hr/> 15.031.115,10 |
| Provisão existente para clientes de cobrança duvidosa | (4.395.408,94) |
| Provisão para utentes e outros devedores | (226.097,70) |
| Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2001 | <hr/> <hr/> 10.409.608,46 |

A Instituição celebrou em exercícios anteriores um acordo com o Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF) para regularização de € 7.481.968,46 relativo a parte do saldo que o Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz” tem a receber daquela Instituição relativo a serviços prestados à mesma em exercícios anteriores (facturação efectuada até Dezembro de 1997), nesse acordo ficou estabelecido o pagamento da dívida em 48 prestações mensais iguais, com início em Janeiro de 1999. A 31 de Dezembro de 2001 relativamente aos montantes acordados está ainda por receber o montante de € 1.870.492,11 o qual se vence em 2002. O saldo remanescente refere-se a facturação efectuada nos exercícios de 1998 a 2001 e para o qual existe confirmação do Ministério da Saúde referente aos montantes por receber relativos ao exercício de 1998 e 1999 no montante de € 3.320.776,93, mas ainda não existe um acordo regularização da mesma.

Em 31 de Dezembro de 2001 o saldo da rubrica “Outros devedores de cobrança duvidosa” está incluído no balanço na rubrica “Outros devedores”.

31. Compromissos Financeiros Assumidos e não Incluídos no Balanço

Os encargos com complementos de pensões de reforma, referem-se apenas a empregados já reformados, abrangidos pela Caixa Privativa da Instituição ou pela Caixa Geral de Aposentações, como segue:

Pensões - Caixa Privativa

Na ausência de um regime de Previdência Social até 1959, a Instituição assumia, até àquela data, o compromisso de conceder aos seus empregados, inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma. Contudo, não existe disponível um estudo actuarial que permita a quantificação das responsabilidades da Instituição relativamente a estas pensões, registando a Instituição estas responsabilidades conforme descrito na política contabilística enunciada na nota 3.h).

Pensões - Caixa Geral de Aposentações

Com as nacionalizações dos Hospitais propriedade da Instituição, ocorridas na década de 70, os funcionários que estavam integrados nos seus quadros passaram a ser funcionários do Estado. No entanto, a Instituição mantém a responsabilidade pelos anos em que esses ex-funcionários estiveram ao seu serviço, relativamente às pensões que lhes são devidas. Os pagamentos dessas pensões são adiantados, na totalidade, pela Caixa Geral de Aposentações, a qual requer posteriormente à Instituição a liquidação desses encargos, existindo em 31 de Dezembro de 2001 uma conta a pagar àquela entidade (Nota 51) relativamente à parcela de diversos exercícios já adiantados pela Caixa Geral de Aposentações. Contudo, dado não existir igualmente um estudo actuarial que permita a quantificação das responsabilidades totais da Instituição pelo pagamento destas pensões, não são reflectidas no balanço quaisquer provisões para fazer face a estas responsabilidades.

Os encargos registados na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, relativos às pensões de reforma acima referidas ascenderam a, aproximadamente, € 1.346.100 (aproximadamente € 1.371.700 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2000), dos quais € 1.052.500 se referem à Caixa Privativa e € 293.600 à Caixa Geral de Aposentações.

32. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2001, a responsabilidade da Instituição por garantias prestadas ascendia a € 312.029,95 dos quais € 248.352,02 eram para execução de obras, sendo o remanescente distribuído da seguinte forma: (i) € 14.344,69 - EN - Electricidade do Norte S.A., (ii) € 2.432,31 - INGA e (iii) € 46.900,93 - Tribunal Trabalho.

34. Movimento Ocorrido nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

| | Saldo inicial | Aumentos | Utilizações | Reposições | Saldo final |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Cobranças duvid./Outros devedores | 4.016.960,90 | 2.013.193,39 | (151.895,74) | (1.256.751,91) | 4.621.506,64 |
| Outros riscos e encargos | 4.669.605,56 | 89.469,24 | (485.874,04) | - | 4.273.200,76 |
| Investimentos financeiros | 27.358,37 | - | - | - | 27.358,37 |
| | <u>8.713.924,83</u> | <u>2.102.662,63</u> | <u>(637.769,78)</u> | <u>(1.256.751,91)</u> | <u>8.922.065,77</u> |

A rubrica “Provisões para cobranças duvidosas” refere-se, (i) € 4.368.821,14 à provisão para fazer face aos débitos do Ministério da Saúde por liquidar à data do balanço, referente a facturação por serviços prestados (dos quais € 1.975.239,67 corresponde a um reforço do exercício) e, (ii) € 252.685,50 para fazer face a

devedores diversos (dos quais € 37.953,72 corresponde a um reforço do exercício). Adicionalmente, durante os exercícios de 1999 a 2001 a Instituição efectuou a reposição de parte da provisão para cobranças duvidosas no montante de € 1.243.615 em cada ano, associado aos montantes recebidos nesses exercícios (€ 1.870.492,11 em cada ano) ao abrigo do acordo com o Ministério da Saúde, a qual foi relevada directamente na rubrica “Resultados Transitados” (Nota 40).

A “Provisão para outros riscos e encargos” inclui: (i) € 1.110.686,08 para fazer face às pensões a liquidar no exercício de 2001, no âmbito da Caixa Privativa (Nota 31); (ii) estimativa das responsabilidades associadas ao “auto-seguro” numa parcela dos imóveis no montante de € 2.546.057,61 (Nota 10); e (iii) € 596.505,07 e € 19.952 para outros riscos e encargos relacionados com o Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz” e Santa Casa Misericórdia do Porto, respectivamente.

36. Fundo Social

O valor do Fundo Social foi apurado em 1989, quando da adopção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de Março, que aprovou o “Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social”. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus activos de acordo com os princípios contabilísticos referidos acima (Notas 3.a e 3.b) e do registo dos seus passivos.

40. Variação nas Outras Rubricas do Capital Próprio

O movimento ocorrido nas outras rubricas do capital próprio durante o exercício de 2001 foi como segue:

| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
|--------------------------------|------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| Fundo Social | 146.824.394,58 | - | - | - | 146.824.394,58 |
| Reservas de reavaliação | 48.358.882,93 | - | - | - | 48.358.882,93 |
| Reservas especiais | 105.931,72 | - | - | - | 105.931,72 |
| Resultados transitados | 16.207.274,64 | 1.302.842,21 | (1.638.248,67) | 219.604,25 | 16.091.472,43 |
| Resultado líquido do exercício | 219.604,25 | 551.927,55 | - | (219.604,25) | 551.927,55 |

O aumento verificado na rubrica “Resultados transitados” reflecte basicamente, (i) a reversão parcial da provisão criada em exercícios anteriores para fazer face à dívida do Ministério da Saúde ao Hospital da Prelada no valor de € 1.243.615 (Nota 34), (ii) a correcção favorável efectuada pelo Ministério da Saúde relativamente à facturação em aberto do Ministério da Saúde relativo ao exercício de 1998 no montante de € 35.643 e (iii) € 25.584 relativo a outras correcções de exercícios anteriores.

A diminuição verificada na rubrica “Resultados transitados” refere-se a (i) acertos salariais relativos a exercícios anteriores resultante de um processo litigioso com os médicos e técnicos da saúde do Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga”, no montante de € 1.183.916, (ii) regularização de subsídios à exploração reconhecidos em exercícios anteriores pela Santa Casa da Misericórdia do Porto no montante de € 348.020, e (iii) custos diversos incorridos pelo Hospital da Prelada no montante de € 106.311, 67.

41. Custo das Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas (matérias-primas subsidiárias e de consumo) no exercício de 2001, foi determinado como segue:

| | |
|------------------------------|---------------------|
| Existências iniciais | 576.729,08 |
| Compras | 5.206.391,18 |
| Regularização de existências | (11.784,07) |
| Existências finais | (578.852,10) |
| | <u>5.192.484,09</u> |

42. Variação da Produção

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2001 é como segue:

| | |
|----------------------|------------------|
| Existências finais | 57.968,56 |
| Existências iniciais | (45.828,15) |
| | <u>12.140,41</u> |

44. Prestações de Serviço por Actividade

As prestações de serviços em 2001, por tipo de actividade distribuem-se da seguinte forma:

| | |
|--------------------|----------------------|
| Serviços de saúde | 27.727.075,46 |
| Serviços a utentes | 1.943.416,86 |
| Outros | 269.481,01 |
| | <u>29.939.973,33</u> |

45. Demonstrações de Resultados Financeiros

Nos exercícios de 2001 e 2000, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

| | 2001 | 2000 |
|---|---------------------|---------------------|
| <i>Custos e perdas:</i> | | |
| Juros suportados | 54.884,02 | 3.640,74 |
| Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 3.b) e 10) | 115.576,66 | 115.576,67 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | - | 8,03 |
| Outros custos e perdas financeiras | 3.186,87 | 3.763,47 |
| | <u>173.647,55</u> | <u>122.988,91</u> |
| Resultados financeiros | 3.986.740,22 | 4.012.209,50 |
| | <u>4.160.387,77</u> | <u>4.135.198,41</u> |
| <i>Proveitos e ganhos:</i> | | |
| Rendimentos de participações | 18.456,22 | 84.627,29 |
| Juros obtidos | 181.032,39 | 188.160,70 |
| Rendimentos de imóveis | 3.905.395,32 | 3.793.445,81 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 23,08 | 1.601,59 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 55.480,76 | 67.363,02 |
| | <u>4.160.387,77</u> | <u>4.135.198,41</u> |

Os “Rendimentos de imóveis” dizem basicamente respeito às rendas obtidas pelo aluguer dos imóveis que não estão afectos à actividade da Instituição.

46. Demonstrações de Resultados Extraordinários

Nos exercícios de 2001 e 2000, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

| | 2001 | 2000 |
|--|---------------------|---------------------|
| <i>Custos e perdas:</i> | | |
| Acções de formação financiadas pelo FSE (Nota 3.g) | 631.635,54 | 588.375,56 |
| Donativos | 827,66 | 3.848,45 |
| Dívidas incobráveis | 54.419,32 | 2.699,72 |
| Perdas em existências | 427,79 | 4.141,56 |
| Perdas em imobilizações | 97.839,21 | - |
| Multas e penalidades | 2.800,50 | 49,88 |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 192.479,80 | 265.383,27 |
| Outros custos e perdas extraordinários | 206.927,00 | 142.820,91 |
| | <u>1.187.356,82</u> | <u>1.007.319,35</u> |
| Resultados extraordinários | (106.525,57) | 317.879,81 |
| | <u>1.080.831,25</u> | <u>1.325.199,16</u> |

Proveitos e ganhos:

| | | |
|--|---------------------|---------------------|
| Acções de formação financiadas pelo FSE (Nota 3.g) | 580.360,20 | 578.011,07 |
| Recuperação de dívidas | - | 1.704,12 |
| Ganhos em existências | 6.157,56 | 9.888,83 |
| Ganhos em immobilizações | 10.480,64 | 13.382,69 |
| Reduções de amortizações e provisões (Nota 34) | 13.136,83 | 50.075,99 |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 57.920,73 | 110.307,12 |
| Subsídios para investimentos (Nota 50) | 283.467,27 | 404.741,42 |
| Outros proveitos e ganhos extraordinários | 129.308,02 | 157.087,92 |
| | <u>1.080.831,25</u> | <u>1.325.199,16</u> |

De acordo com os requisitos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que supervisiona os subsídios atribuídos pelo Fundo Social Europeu (FSE), todos os custos e proveitos relacionados com as acções de formação financiadas são registados em contas autónomas. A Instituição tem suportado custos, em termos líquidos, por ter incorrido em custos ligeiramente superiores aos orçamentados e aprovados por esta entidade.

A rubrica “ Outros proveitos e ganhos extraordinários” no exercício de 2001 e 2000 inclui, donativos recebidos de terceiros pela Instituição no montante de € 72.550 e € 92.200, respectivamente.

47. Comparticipações e Subsídios à Exploração

As comparticipações e subsídios à exploração no exercício de 2001 têm a seguinte composição:

Centro Regional de Segurança Social do Porto:

| | |
|--------------------------|---------------------|
| Infância e juventude | 922.626,11 |
| Terceira idade | 1.065.531,21 |
| Família e comunidade | 202.046,90 |
| Invalidez e reabilitação | 423.614,68 |
| | <u>2.613.818,90</u> |
| Outros | 22.283,59 |
| | <u>2.636.102,49</u> |

As comparticipações de Centro Regional de Segurança Social do Porto estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidas de acordo com o número de utentes dos serviços comparticipados por esta entidade (Nota 51).

49. Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2001, os saldos com o Sector Público Administrativo tinham a seguinte composição:

| | |
|---|-------------------|
| Saldos devedores: | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos | 639.972,36 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenção na fonte | 38.816,89 |
| | <u>678.789,25</u> |
| Saldos credores: | |
| Contribuições para a Segurança Social | 415.360,47 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenção na fonte | 336.940,54 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 13.486,14 |
| Outros | 15.502,60 |
| | <u>781.289,75</u> |

50. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2001, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

| | |
|---|---------------------|
| Acréscimos de proveitos: | |
| Comparticipações a receber: | |
| Instituto do Emprego e Formação Profissional | 50.613,57 |
| Facturação a emitir (Hospital da Prelada) | 191.738,62 |
| Outros acréscimos de proveitos | 12.791,37 |
| | <u>255.143,56</u> |
| Custos diferidos: | |
| Conservação e reparação de edifícios (Nota 3.c) | 802.902,78 |
| Conservação de Parques e Jardins | 46.106,63 |
| Outros | 12.636,48 |
| | <u>861.645,89</u> |
| Acréscimos de custos: | |
| Férias e subsídio de férias | 2.365.130,10 |
| Outras remunerações | 552.626,23 |
| Outros | 142.702,61 |
| | <u>3.060.458,94</u> |
| Proveitos diferidos: | |
| Subsídios ao investimento (Nota 3.g) | 6.436.710,63 |
| Jóias de admissão (Nota 3.f) | 442.019,51 |
| Rendas | 127.540,54 |
| Outros | 3.643,34 |
| | <u>7.009.914,02</u> |

A rubrica “Subsídios ao investimento” pode ser resumida como segue:

| Descrição | Subsídio atribuído | Subsídio reconhecido até 1999 | Subsídio reconhecido em 2000 | Subsídio diferido |
|---|---------------------|-------------------------------|------------------------------|---------------------|
| PIDDAC | 2.338.096,38 | 754.506,64 | 139.041,45 | 1.444.548,29 |
| IFADAP | 328.078,88 | 103.749,96 | 30.814,97 | 193.513,95 |
| Câmara Municipal do Porto | 44.885,81 | 32.197,40 | 1.986,73 | 10.701,68 |
| Fundo de Socorro Social | 746.497,83 | 268.443,05 | 85.527,11 | 395.527,67 |
| Recria | 405.794,79 | 236.963,92 | - | 168.830,87 |
| Centro Regional de Seg. Social do Porto | 561.399,09 | 34.875,95 | 29.097,01 | 497.426,13 |
| ARS Norte | 2.094.953,26 | 214.712,54 | - | 1.880.240,72 |
| Instituto Nacional de Habitação (Nota 10) | 1.845.921,32 | - | - | 1.845.921,32 |
| | <u>8.365.627,36</u> | <u>1.645.449,46</u> | <u>283.467,27</u> | <u>6.436.710,63</u> |

Os subsídios reconhecidos durante o exercício de 2001 foram registados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários – subsídios para investimentos (Nota 46),

Existem subsídios que não estão ainda a ser reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados por ainda se encontrarem em curso os investimentos e acções a que estes subsídios se destinam.

51. Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2001, estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

| | Curto Prazo | Médio e Longo Prazo |
|---|-------------------|---------------------|
| Outros devedores | | |
| Inquilinos | 179.198,95 | - |
| Projecto Recria | 101.927,27 | - |
| IFADAP | 21.384,72 | - |
| Centro Regional Segurança Social do Porto (Nota 47) | 43.898,80 | - |
| Instituto de Emprego e Formação Profissional | 128.162,98 | - |
| Juros a receber de aplicações de tesouraria | 11.315,20 | - |
| Depósito Caução | - | 43.021,78 |
| Outros devedores | 403.222,92 | 3.022,72 |
| | <u>889.110,84</u> | <u>46.044,50</u> |

| | Curto Prazo | Médio e Longo Prazo |
|--|-------------------|---------------------|
| Outros credores | | |
| Caixa Geral de Aposentações (Nota 31) | 219.039,35 | 1.115.178,66 |
| Soc. Construções Fernando M. Fernandes, Lda. | - | 598.557,48 |
| Utentes c/ Depósito | 40.959,49 | - |
| Outros credores | 175.187,29 | 30.083,41 |
| | <u>435.186,13</u> | <u>1.743.819,55</u> |

O plano de amortização da parcela registada a médio e longo prazo da dívida à Caixa Geral de Aposentações, corresponde a seis prestações anuais e iguais, com vencimento em Fevereiro de cada ano. Adicionalmente, a dívida à Sociedade de Construções Fernando M. Fernandes, Lda. diz respeito a um adiantamento já recebido pela Instituição, para liquidação parcial de uma transacção respeitante à alienação de uma parcela de terreno, a qual será regularizada aquando da celebração da escritura, que não se prevê que venha a ser realizada no curto prazo, por estar pendente da conclusão de um empreendimento habitacional em curso.

52. Depósitos Bancários

A rubrica “Depósitos bancários” a 31 de Dezembro de 2001, inclui € 997,596 referente a excedentes de tesouraria aplicados em depósitos a prazo com vencimentos inferiores a um ano, cujas taxas de remuneração eram equivalentes às taxas normais de mercado.

53. Dívidas a Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2001 esta rubrica refere-se a dois empréstimos obtidos na Caixa Geral de Depósitos (CGD) no âmbito do Programa Especial de Realojamento na Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (“PER”). De acordo com os investimentos efectuados pela Instituição na construção de 146 fogos na Quinta Seca destinados à habitação social (Nota 10), o desdobramento desta rubrica entre curto e médio e longo prazo é como segue:

| | Curto Prazo | Médio e Longo Prazo | Total |
|------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Contrato nº 6510012824820027 | 65.096,00 | 1.780.825,33 | 1.845.921,33 |
| Contrato nº 6510012824820019 | 75.604,28 | 2.068.298,91 | 2.143.903,19 |
| | <u>140.700,28</u> | <u>3.849.124,24</u> | <u>3.989.824,52</u> |

Ambos os empréstimos têm prazo de reembolso de 20 anos, com amortizações trimestrais iguais e sucessivas, a primeira das quais, vence-se em Fevereiro de 2002. Adicionalmente os empréstimos beneficiam de uma

bonificação de taxa de juro a incorrer pelo Instituto Nacional da Habitação (INH) no montante de 75% e de 60% da taxa de referência, respectivamente para cada um dos contratos. A taxa de juro a suportar pela Instituição corresponde à taxa de juro contratual aplicada em cada período deduzida da bonificação do INH.

Adicionalmente está previsto nos contratos de empréstimos a atribuição de uma procuração notarial irrevogável a favor da CGD para garantia do capital global, a qual confere poderes à CGD, (numa situação de incumprimento por parte da Instituição das obrigações dos empréstimos), para constituir hipoteca sobre os prédios onde vão ser construídos os fogos objecto de financiamento.

4.3. Certificação Legal das Contas

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001, que evidencia um total de € 235.564.388 e capitais próprios de € 211.932.609, incluindo um resultado líquido de € 551.928, as Demonstrações de resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa da Instituição a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

3. Excepto quanto ao referido nos parágrafos 4 a 7 abaixo, o nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

4. A ausência de um cadastro e um detalhe de bens incluídos nas rubricas “Imobilizações corpóreas” e “Investimentos financeiros - Investimentos em imóveis”, afectos aos Departamentos centrais e restantes estabelecimentos adquiridos, doados ou herdados anteriormente a 1 de Janeiro de 1990, resultou na impossibilidade de confirmar a titularidade e validar os respectivos valores, conforme constam nos registos contabilísticos da Instituição em 31 de Dezembro de 2001, os quais foram obtidos através de avaliações internas, sem suporte técnico adequado, nos montantes de aproximadamente € 78.062.000 e € 64.095.000, respectivamente (Notas 3.a e 3.b). Adicionalmente e devido a este facto, a Instituição não está a calcular e registar qualquer amortização destes bens, não sendo consequentemente possível determinar o impacto desta situação nos seus capitais próprios em 31 de Dezembro de 2001 e nos resultados do exercício findo nesta data.

5. A Instituição é “auto-seguradora” para todos os bens imóveis que não estão incluídos nas apólices de seguros contratadas, nomeadamente para os imóveis com valor atribuído unitário inferior a aproximadamente € 150.000 (Notas 10). No entanto, dadas as limitações mencionadas no parágrafo 4 acima, bem como quanto à determinação dos bens imóveis incluídos, ou não, nas apólices contratadas, e na ausência de um estudo económico que suporte a provisão registada nas demonstrações financeiras da Instituição em 31 de Dezembro de 2001 para este fim (€ 2.546.058 - Nota 34), não é possível concluir quanto à razoabilidade deste valor para fazer face aos riscos associados.
6. Conforme mencionado na Nota 31, a Instituição assumiu em anos anteriores o compromisso de conceder aos seus empregados actualmente reformados e inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma, bem como mantém a responsabilidade de conceder pensões e complementos de pensões aos empregados dos organismos de saúde de sua propriedade que, durante a década de 70, passaram a ser geridos pela Administração Pública, pelos anos em que aqueles estiveram ao seu serviço. Contudo, apesar de a Instituição apresentar nas suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001 provisões para fazer face a parte destes compromissos assumidos com pensões e complementos de pensões, nos montantes de € 1.110.686 (Nota 34) e € 1.334.218 (Nota 51), face à ausência de um estudo actuarial que quantifique a totalidade daquelas responsabilidades, não nos é possível avaliar o seu impacto nos capitais próprios da Instituição em 31 de Dezembro de 2001 e nos resultados do exercício findo nesta data.
7. Dado não termos obtido resposta de um dos advogados da Instituição ao nosso pedido de confirmação de informações, não é possível quantificar o efeito, se algum, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001, de eventuais pleitos judiciais ou extrajudiciais que envolvam a Instituição e que, por via disso, afectem a sua situação financeira.
8. Em 31 de Dezembro de 2001 a Instituição tem uma conta a receber do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF) no montante total de € 14.818.202 relativo à diferença entre os montantes facturados no exercício e em exercícios anteriores ao IGIF e os valores mensalmente adiantados por este Instituto. Do saldo total por receber, acima referido, € 5.191.269 já foram objecto de aprovação e confirmação por parte do IGIF, dos quais apenas € 1.870.492 já têm plano de pagamento mensal acordado (Nota 23) e o saldo remanescente aguarda o correspondente processo de aprovação e confirmação por parte do IGIF. Para fazer face a eventuais parcelas incobráveis do saldo a receber acima referido, a Instituição mantém uma provisão cujo saldo em 31 de Dezembro de 2001 ascende a € 4.368.821 (Nota 34). A referida provisão foi objecto de reposição no exercício de 2001 pelo montante de € 1.243.615, directamente registada na rubrica dos capitais próprios “Resultados transitados”, não afectando assim o apuramento do resultado do exercício (Nota 40), tendo ainda sido objecto de reforço, por contrapartida de resultado do exercício, no montante de € 1.975.240 (Nota 34). No entanto, não existe informação objectiva que nos permita analisar a razoabilidade do saldo em 31 de Dezembro de 2001 da provisão acima referida, nem a reposição da mesma, por “resultados transitados”, está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.
9. Em 31 de Dezembro de 2001, as imobilizações corpóreas afectas ao Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”, incorporam reavaliações extraordinárias do terreno, uma efectuada em 1993, com base numa avaliação levada a cabo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de aproximadamente € 36.145.000 e outra realizada posteriormente nos restantes bens afectos no montante de aproximadamente € 2.257.000 (Nota 3.a) (i)). Dado que estas reavaliações extraordinárias não respeitam os princípios de contabilidade geralmente aceites, por alterarem o princípio do custo histórico e por não corresponderem às reavaliações previstas na legislação aplicável, em 31 de Dezembro de 2001 as imobilizações corpóreas e os capitais próprios encontram-se sobreavaliados em, aproximadamente, € 37.334.000 e os resultados do exercício de 2001 subavaliados em, aproximadamente, € 155.000.

10. A Instituição não efectuou o registo como custo do exercício relativamente à parcela dos encargos com prémios de produtividade de 2001 a pagar em 2002, cujo montante deverá ascender a aproximadamente € 450.000. Adicionalmente, registou directamente como uma redução da rubrica de capital próprio – resultados transitados, o montante de € 454.332 (Nota 40), os quais, contudo, deveriam ter afectado, como custo, o apuramento dos resultados do exercício. Consequentemente, caso a Instituição tivesse utilizado os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, o resultado líquido viria diminuído em aproximadamente € 904.332, o capital próprio, rubrica “resultados transitados” e o passivo viriam aumentados em € 454.332 e € 450.000 respectivamente.

OPINIÃO

11. Em nossa opinião, excepto para os efeitos dos eventuais ajustamentos, que poderiam ter sido identificados, caso não existissem as limitações mencionadas nos parágrafos 4 a 7 acima e, excepto para os efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 8 a 10 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Porto em 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASE

12. A Instituição efectuou no exercício de 2001 a regularização da insuficiência da provisão para “Outros riscos e encargos”, associada ao desfecho de um processo litigioso com médicos do Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”, relativo a remunerações e encargos similares de exercícios anteriores, no montante € 1.183.916, a qual foi registada directamente na rubrica do capital próprio “Resultados transitados” (Nota 40).
13. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa Certificação Legal das Contas datada de 15 de Março de 2001, contém diversas reservas relativas aos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 9 acima e à ênfase mencionada no parágrafo anterior.

Porto, 22 de Março de 2002



MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

4.4. Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”

4.4. 1. Balanço

| Código das Contas | ACTIVO | 2001 | | | 2000 | |
|---|--|-----------------------|----------------------|----------------------|------|----------------------|
| | | AB | AP | AL | AL | AL |
| IMOBILIZADO | | | | | | |
| Imobilizações Incorpóreas | | | | | | |
| 432 | Despesas de Investigação e Desenvolvimento | 5,062.21 | 3,965.44 | 1,096.77 | | 2,109.21 |
| | | 5,062.21 | 3,965.44 | 1,096.77 | | 2,109.21 |
| Imobilizações Corpóreas | | | | | | |
| 421 | Terrenos e Recursos Naturais | 36,145,389.61 | | 36,145,389.61 | | 36,145,389.61 |
| 422 | Edifícios e Outras Construções | 22,068,795.81 | 11,320,517.73 | 10,748,278.08 | | 11,509,040.60 |
| 423 | Equipamento Básico | 8,726,143.07 | 7,690,667.33 | 1,035,475.74 | | 1,219,732.87 |
| 424 | Equipamento de Transporte | 66,499.55 | 64,064.56 | 2,434.99 | | 4,827.58 |
| 425 | Ferramentas e Utensílios | 37,324.26 | 35,240.55 | 2,083.71 | | 3,512.44 |
| 426 | Equipamento Administrativo | 2,105,408.09 | 1,711,757.78 | 393,650.31 | | 485,801.39 |
| 427 | Taras e Vasilhame | | | | | |
| 429 | Outras Imobilizações Corpóreas | 55,473.74 | 45,098.69 | 10,375.05 | | 14,395.29 |
| 441/2 | Imobilizações em Curso | 571,645.68 | | 571,645.68 | | 653,422.09 |
| | | 69,776,679.81 | 20,867,346.64 | 48,909,333.17 | | 50,036,121.87 |
| Investimentos Financeiros | | | | | | |
| 411 | Participações de Capital | | | | | |
| 412 | Obrigações e Títulos de Participação | | | | | |
| 414 | Investimentos em Imóveis | | | | | |
| 415 | Outras Aplicações Financeiras | | | | | |
| | | 0.00 | 0.00 | 0.00 | | 0.00 |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Existências | | | | | | |
| 36 | Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo | 231,864.33 | | 231,864.33 | | 255,463.27 |
| 34 | Subprodutos, Desperdícios, Resíduos, Refugos | | | | | |
| 33 | Produtos Acabados e Intermédios | | | | | |
| | | 231,864.33 | 0.00 | 231,864.33 | | 255,463.27 |
| Dívidas de Terceiros-Médio e Longo Prazo | | | | | | |
| 218 | Clientes de Cobrança Duvidosa | | | | | 626,877.09 |
| 268 | Outros Devedores | | | | | |
| | | 0.00 | 0.00 | 0.00 | | 626,877.09 |
| Dívidas de Terceiros-Curto Prazo | | | | | | |
| 2111 | Clientes c/c | 1,624,768.10 | | 1,624,768.10 | | 2,437,849.61 |
| 2121/2 | Utentes c/c | | | | | |
| 218 | Clientes de Cobrança Duvidosa | 14,844,790.21 | 4,395,408.94 | 10,449,381.27 | | 5,804,837.54 |
| 2619 | Adiantamentos Fornecedores Imobilizado | | | | | |
| 24 | Sector Público Administrativo | 215.92 | | 215.92 | | 215.84 |
| 262+265/8 | Outros Devedores | 14,465,147.99 | | 14,465,147.99 | | 14,392,574.38 |
| +221 | | 30,934,922.22 | 4,395,408.94 | 26,539,513.28 | | 22,635,477.37 |
| Títulos Negociáveis | | | | | | |
| 18 | Outras Aplicações de Tesouraria | | | | | |
| | | 0.00 | 0.00 | 0.00 | | 0.00 |
| Depósitos Bancários e Caixa | | | | | | |
| 12+13+14 | Depósitos Bancários | 68,693.68 | | 68,693.68 | | 59,418.46 |
| 11 | Caixa | 3,640.38 | | 3,640.38 | | 4,734.77 |
| | | 72,334.06 | 0.00 | 72,334.06 | | 64,153.23 |
| DIFERIMENTOS | | | | | | |
| 271 | Diferimentos de Receitas | 191,738.66 | | 191,738.66 | | 238,001.16 |
| 272 | Despesas com Custo Diferido | | | | | |
| | | 191,738.66 | 0.00 | 191,738.66 | | 238,001.16 |
| | Total Amortizações | | 20,871,312.08 | | | |
| | Total Provisões | | 4,395,408.94 | | | |
| | Total do Activo | 101,212,601.29 | 25,266,721.02 | 75,945,880.27 | | 73,858,203.20 |

| Código das Contas | SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO | EXERCÍCIO DE 2001 | EXERCÍCIO DE 2000 |
|--------------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| | FUNDO SOCIAL, RESERV. E RES.TRANSITADOS | | |
| 51 | Fundo Social | | |
| 55 | Reservas de Reavaliação | 48,130,173.27 | 48,130,173.27 |
| 59 | Resultados Transitados | 21,453,121.32 | 20,181,122.07 |
| | | <hr/> | <hr/> |
| | | 69,583,294.59 | 68,311,295.34 |
| 88 | Resultado Líquido do Exercício | 1,980,040.02 | 1,259,384.92 |
| | Total da Situação Líquida | <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> |
| | | 71,563,334.61 | 69,570,680.26 |
| 29 | PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS | | |
| | | 596,505.07 | 1,082,379.12 |
| | | <hr/> | <hr/> |
| | | 596,505.07 | 1,082,379.12 |
| | DIVIDAS A TERCEIROS-Médio e Longo Prazo | | |
| 231 | Dívidas a Instituições de Crédito | | |
| 239 | Outros Empréstimos Obtidos | | |
| 262/8 | Outros Credores | | |
| | | <hr/> | <hr/> |
| | | 0.00 | 0.00 |
| | DIVIDAS A TERCEIROS-Curto Prazo | | |
| 231+12 | Dívidas a Instituições de Crédito | | |
| 269 | Adiantamento por Conta de Vendas | | |
| 221 | Fornecedores c/c | 1,594,194.06 | 1,293,404.44 |
| 228 | Fornecedores Facturas em Recepção e Conferência | | |
| 219 | Adiantamentos de Clientes | 2,006.73 | 2,790.08 |
| 239 | Outros Empréstimos Obtidos | | |
| 2611 | Fornecedores de Imobilizado c/c | 22,761.37 | 97,368.31 |
| 24 | Sector Público Administrativo | 322,409.33 | 227,179.20 |
| 262/3+267/8 | Outros Credores | 58,531.75 | 47,619.31 |
| +2121/2 | | <hr/> | <hr/> |
| | | 1,999,903.24 | 1,668,361.34 |
| | DIFERIMENTOS | | |
| 273 | Diferimentos de Despesas | 1,786,137.35 | 1,536,782.48 |
| 274 | Receitas com Provento Diferido | | |
| | | <hr/> | <hr/> |
| | | 1,786,137.35 | 1,536,782.48 |
| | Total do Passivo | <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> |
| | | 4,382,545.66 | 4,287,522.94 |
| | Total Situação Líquida e do Passivo | <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> |
| | | 75,945,880.27 | 73,858,203.20 |

4.4. 2. Demonstração dos Resultados

| Código das Contas | | EXERCÍCIO DE 2001 | | EXERCÍCIO DE 2000 | |
|------------------------|--|---------------------|----------------------------|-------------------|----------------------------|
| CUSTOS E PERDAS | | | | | |
| 61 | CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS | | 4,421,548.37 | | 4,301,481.62 |
| 62 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | | 4,066,362.82 | | 3,848,948.79 |
| 64 | CUSTOS COM O PESSOAL | | | | |
| 641 | Remunerações | | | | |
| 6411 | Remunerações Certas | 7,797,706.33 | | 7,305,104.05 | |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 3,787,126.94 | | 3,295,387.52 | |
| | Encargos Sociais | | | | |
| 643 | Formação Profissional | 4,081.40 | | 18,036.79 | |
| 644 | Pensões | | | | |
| 645 | Encargos sobre Remunerações | 2,025,830.37 | | 1,813,828.52 | |
| 646/8 | Outros | <u>222,837.32</u> | 13,837,582.36 | <u>206,254.78</u> | 12,638,611.66 |
| 66 | AMORTIZAÇÕES | 1,443,535.07 | | 1,438,373.26 | |
| 67 | PROVISÕES | <u>1,975,242.66</u> | 3,418,777.73 | <u>777,950.29</u> | 2,216,323.55 |
| 63 | IMPOSTOS | 92.27 | | 96.93 | |
| 65 | BENEFICIOS PROCESSADOS E OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS | | | | |
| 651 | Benefícios Processados | | | | |
| 652+653 | Outros Custos Operacionais | 17,956.68 | 18,048.95 | 17,956.72 | 18,053.65 |
| | (A) | | 25,762,320.23 | | 23,023,419.27 |
| 683+684 | Amortizações e Provisões de Aplicações Investimentos Financeiros | | | | |
| 681+685/8 | Juros e Custos Assimilados | 206.84 | 206.84 | 294.40 | 294.40 |
| | (C) | | 25,762,527.07 | | 23,023,713.67 |
| 69 | CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS | | | | |
| 690 | Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E. | | | | |
| 691/8 | Outros | 225,775.06 | 225,775.06 | 185,874.53 | 185,874.53 |
| | (E) | | 25,988,302.13 | | 23,209,588.20 |
| 88 | RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO | | <u>1,980,040.02</u> | | <u>1,259,384.92</u> |
| | | | 27,968,342.15 | | 24,468,973.12 |

| Código das Contas | | EXERCÍCIO DE 2001 | | EXERCÍCIO DE 2000 | |
|---------------------------|---|----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|
| PROVEITOS E GANHOS | | | | | |
| 71 | VENDAS | | 179.28 | | 211.85 |
| 72 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VARIACÃO DA PRODUÇÃO | <u>27,727,075.46</u> | 27,727,254.74 | <u>24,205,253.88</u> | 24,205,465.73 |
| 75 | TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO | | | | |
| 758 | Autoconsumos | | 16,505.59 | | 17,628.29 |
| 751/7 | Outros | | | | |
| 73 | PROVEITOS SUPLEMENTARES | | 132,606.88 | | 135,739.85 |
| 74 | COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO | | | | |
| 741 | Do Sector Público Administrativo | | | | |
| 7411 | Do Centro Regional Segurança Social | | | | |
| 7414/8 | De Outros | | | | |
| 742/8 | De Outras Entidades | | | | |
| 76 | OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS | <u>21,352.35</u> | 170,464.82 | <u>8,778.84</u> | 162,146.98 |
| | (B) | | 27,897,719.56 | | 24,367,612.71 |
| 78 | PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS | <u>56,811.45</u> | 56,811.45 | <u>67,363.03</u> | 67,363.03 |
| | (D) | | 27,954,531.01 | | 24,434,975.74 |
| 79 | PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS | | | | |
| 790 | Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E. | | | | |
| 791/8 | Outros | <u>13,811.14</u> | 13,811.14 | <u>33,997.38</u> | 33,997.38 |
| | (F) | | <u>27,968,342.15</u> | | <u>24,468,973.12</u> |

RESUMO:

| | | | | |
|--------------------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| Resultados Operacionais | :(B) - (A) | 2,135,399.33 | :(B) - (A) | 1,344,193.44 |
| Resultados Financeiros | :(D - B) - (C - A) | 56,604.61 | :(D - B) - (C - A) | 67,068.63 |
| Resultados Correntes | :(D) - (C) | 2,192,003.94 | :(D) - (C) | 1,411,262.07 |
| Resultado Líquido do Exercício | :(F) - (E) | 1,980,040.02 | :(F) - (E) | 1,259,384.92 |

4.5. Departamentos Centrais e Restantes Estabelecimentos

4.5. 1. Balanço

| Código das Contas | ACTIVO | 2001 | | | 2000 |
|---|--|------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | | AB | AP | AL | AL |
| IMOBILIZADO | | | | | |
| Imobilizações Corpóreas | | | | | |
| 421 | Terrenos e Recursos Naturais | 3,260,433.34 | 76,194.19 | 3,184,239.15 | 3,209,081.42 |
| 422 | Edifícios e Outras Construções | 71,937,443.50 | 1,015,402.12 | 70,922,041.38 | 71,087,714.17 |
| 423 | Equipamento Básico | 2,129,955.03 | 1,007,027.89 | 1,122,927.14 | 1,315,367.59 |
| 424 | Equipamento de Transporte | 551,037.04 | 318,032.76 | 233,004.28 | 288,050.01 |
| 425 | Ferramentas e Utensílios | 66,071.27 | 49,181.90 | 16,889.37 | 23,173.50 |
| 426 | Equipamento Administrativo | 1,351,016.58 | 735,331.85 | 615,684.73 | 701,015.62 |
| 427 | Taras e Vasilhame | 7,072.76 | 2,069.74 | 5,003.02 | 5,241.08 |
| 429 | Outras Imobilizações Corpóreas | 10,134,071.72 | 149,293.45 | 9,984,778.27 | 10,000,155.97 |
| 441/6 | Imobilizações em Curso | 12,136,150.52 | | 12,136,150.52 | 3,580,666.50 |
| 448 | Adiant. p/ Conta Imob. Corporeas | 168,538.72 | | 168,538.72 | 193,479.74 |
| | | <u>101,741,790.48</u> | <u>3,352,533.90</u> | <u>98,389,256.58</u> | <u>90,403,945.60</u> |
| Investimentos Financeiros | | | | | |
| 411 | Participações de Capital | 222,118.14 | 27,358.37 | 194,759.77 | 194,759.77 |
| 412 | Obrigações e Títulos de Participação | 7,865.29 | | 7,865.29 | 7,865.29 |
| 414 | Investimentos em Imóveis | 70,356,141.68 | 683,455.89 | 69,672,685.79 | 69,788,262.46 |
| 415 | Outras Aplicações Financeiras | 94,676.83 | | 94,676.83 | 94,676.83 |
| 447 | Adiant. p/ Conta Investimentos Financeiros | 361,360.96 | | 361,360.96 | 2,022,694.96 |
| | | <u>71,042,162.90</u> | <u>710,814.26</u> | <u>70,331,348.64</u> | <u>72,108,259.31</u> |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Existências | | | | | |
| 36 | Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo | 346,987.77 | | 346,987.77 | 321,265.81 |
| 34 | Subprodutos, Desperdícios, Resíduos, Refugos | | | | |
| 33 | Produtos Acabados e Intermédios | 57,968.56 | | 57,968.56 | 45,828.15 |
| | | <u>404,956.33</u> | <u>0.00</u> | <u>404,956.33</u> | <u>367,093.96</u> |
| Dívidas de Terceiros-Médio e Longo Prazo | | | | | |
| 268 | Outros Devedores | 46,044.50 | | 46,044.50 | 37,790.93 |
| | | <u>46,044.50</u> | <u>0.00</u> | <u>46,044.50</u> | <u>37,790.93</u> |
| Dívidas de Terceiros-Curto Prazo | | | | | |
| 2111 | Clientes c/c | 89,049.48 | | 89,049.48 | 84,332.76 |
| 2112 | Clientes - Títulos a Receber | | | | |
| 2121/2 | Utentes c/c | 39,204.72 | | 39,204.72 | 28,574.25 |
| 2118 | Utentes de Cobrança Duvidosa | 12,685.41 | 12,685.41 | | |
| 229 | Adiantamentos Fornecedores | | | | |
| 2619 | Adiantamentos Fornecedores Imobilizado | | | | 13,896.51 |
| 24 | Sector Público Administrativo | 678,573.33 | | 678,573.33 | 297,721.99 |
| 262+265/8 | Outros Devedores | 875,509.09 | 213,412.29 | 662,096.80 | 650,363.06 |
| 2611+221 | | <u>1,695,022.03</u> | <u>226,097.70</u> | <u>1,468,924.33</u> | <u>1,074,888.57</u> |
| Títulos Negociáveis | | | | | |
| 18 | Outras Aplicações de Tesouraria | | | | 2,992,787.38 |
| | | <u>0.00</u> | <u>0.00</u> | <u>0.00</u> | <u>2,992,787.38</u> |
| Depósitos Bancários e Caixa | | | | | |
| 12+13+14 | Depósitos Bancários | 2,471,288.49 | | 2,471,288.49 | 1,792,962.41 |
| 11 | Caixa | 33,184.57 | | 33,184.57 | 6,399.07 |
| | | <u>2,504,473.06</u> | <u>0.00</u> | <u>2,504,473.06</u> | <u>1,799,361.48</u> |
| DEFERIMENTOS | | | | | |
| 271 | Deferimentos de Receitas | 63,404.90 | | 63,404.90 | 562,051.56 |
| 272 | Despesas com Custo Diferido | 861,645.89 | | 861,645.89 | 844,453.49 |
| | | <u>925,050.79</u> | <u>0.00</u> | <u>925,050.79</u> | <u>1,406,505.05</u> |
| | Total Amortizações | | <u>4,035,989.79</u> | | |
| | Total Provisões | | <u>253,456.07</u> | | |
| Total do Activo | | <u>178,359,500.09</u> | <u>4,289,445.86</u> | <u>174,070,054.23</u> | <u>170,190,632.28</u> |

| Código das Contas | SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO | EXERCÍCIO DE 2001 | EXERCÍCIO DE 2000 |
|--------------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| | FUNDO SOCIAL, RESERV. E RES.TRANSITADOS | | |
| 51 | Fundo Social | 146,824,394.58 | 146,824,394.58 |
| 55 | Reservas de Reavaliação | 228,709.66 | 228,709.66 |
| 57 | Reservas Especiais | 105,931.72 | 105,931.72 |
| 59 | Resultados Transitados | -5,361,648.89 | -3,973,847.43 |
| | | <u>141,797,387.07</u> | <u>143,185,188.53</u> |
| 88 | Resultado Líquido do Exercício | -1,428,112.47 | -1,039,780.67 |
| | Total da Situação Líquida | <u>140,369,274.60</u> | <u>142,145,407.86</u> |
| 29 | PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS | <u>3,676,695.69</u> | <u>3,587,226.44</u> |
| | | <u>3,676,695.69</u> | <u>3,587,226.44</u> |
| | DIVIDAS A TERCEIROS-Médio e Longo Prazo | | |
| 231 | Dívidas a Instituições de Crédito | 3,849,124.24 | |
| 239 | Outros Empréstimos Obtidos | | |
| 262/8 | Outros Credores | 1,743,819.55 | 1,934,517.10 |
| | | <u>5,592,943.79</u> | <u>1,934,517.10</u> |
| | DIVIDAS A TERCEIROS-Curto Prazo | | |
| 231+12 | Dívidas a Instituições de Crédito | 140,700.28 | 20,035.38 |
| 269 | Adiantamento por Conta de Vendas | | |
| 221 | Fornecedores c/c | 160,574.28 | 147,095.41 |
| 228 | Fornecedores Facturas Recepção e Conferência | | |
| 222 | Fornecedores -Títulos a pagar | | |
| 2612 | Fornecedores de Imobilizado-Títulos a Pagar | | |
| 2119 | Adiantamentos de Clientes | | |
| 239 | Outros Empréstimos Obtidos | | |
| 2611 | Fornecedores de Imobilizado c/c | 558,548.94 | 105,272.94 |
| 24 | Sector Público Administrativo | 458,880.42 | 335,388.48 |
| 262/6+267/8 | Outros Credores | 14,828,200.62 | 14,658,271.90 |
| +2121/2 | | <u>16,146,904.54</u> | <u>15,266,064.11</u> |
| | DIFERIMENTOS | | |
| 273 | Diferimentos de Despesas | 1,274,321.59 | 1,160,362.10 |
| 274 | Receitas com Provento Diferido | 7,009,914.02 | 6,097,054.67 |
| | | <u>8,284,235.61</u> | <u>7,257,416.77</u> |
| | Total do Passivo | <u>33,700,779.63</u> | <u>28,045,224.42</u> |
| | Total Situação Líquida e do Passivo | <u>174,070,054.23</u> | <u>170,190,632.28</u> |

4.5. 2. Demonstração dos Resultados

| Código das Contas | | EXERCÍCIO DE 2001 | EXERCÍCIO DE 2000 |
|------------------------|--|----------------------|----------------------|
| CUSTOS E PERDAS | | | |
| 61 | CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS | 799,388.05 | 788,502.56 |
| 62 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | 2,048,539.62 | 2,273,296.11 |
| 64 | CUSTOS COM O PESSOAL | | |
| 641 | Remunerações | | |
| 6411 | Remunerações Certas | 4,400,107.32 | 4,128,525.85 |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 906,887.92 | 862,642.56 |
| | Encargos Sociais | | |
| 643 | Formação Profissional | 392.05 | 2,637.23 |
| 644 | Pensões | 1,355,761.24 | 1,373,840.05 |
| 645 | Encargos Sobre Remunerações | 890,203.37 | 839,716.98 |
| 646/8 | Outros | <u>147,250.41</u> | <u>142,291.09</u> |
| | | 7,700,602.31 | 7,349,653.76 |
| 66 | AMORTIZAÇÕES | 646,165.31 | 666,979.50 |
| 67 | PROVISÕES | <u>127,419.97</u> | <u>194,983.18</u> |
| | | 773,585.28 | 861,962.68 |
| 63 | IMPOSTOS | 8,982.37 | 9,147.12 |
| 65 | BENEFICIOS PROCESSADOS E OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS | | |
| 651 | Benefícios Processados | | |
| 652+653 | Outros Custos Operacionais | 20,614.57 | 21,955.69 |
| | | 29,596.94 | 31,102.81 |
| | (A) | 11,351,712.20 | 11,304,517.92 |
| 683+684 | Amortizações e Provisões de Aplicações Investimentos Financeiros | 115,576.66 | 115,576.67 |
| 681+685/8 | Juros e Custos Assimilados | 57,864.05 | 7,117.85 |
| | | 173,440.71 | 122,694.52 |
| | (C) | 11,525,152.91 | 11,427,212.44 |
| 69 | CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIS | | |
| 690 | Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E. | 631,635.54 | 588,375.56 |
| 691/8 | Outros | 329,946.22 | 233,069.26 |
| | | 961,581.76 | 821,444.82 |
| | (E) | 12,486,734.67 | 12,248,657.26 |
| 88 | RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO | <u>-1,428,112.47</u> | <u>-1,039,780.67</u> |
| | | 11,058,622.20 | 11,208,876.59 |

| Código das Contas | | EXERCÍCIO DE 2001 | | EXERCÍCIO DE 2000 | |
|-------------------------|--|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | PROVEITOS E GANHOS | | | | |
| 71 | VENDAS | 178,890.62 | | 174,557.04 | |
| 72 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | <u>2,212,897.87</u> | 2,391,788.49 | <u>2,118,747.72</u> | 2,293,304.76 |
| | VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO | | 12,140.40 | | -1,272.58 |
| 75 | TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO | | | | |
| 758 | Autoconsumos | 69,982.97 | | 69,903.57 | |
| 751/7 | Outros | 449,456.76 | | 481,442.00 | |
| 73 | PROVEITOS SUPLEMENTARES | 293,601.40 | | 309,836.81 | |
| 74 | COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO | | | | |
| 741 | Do Sector Público Administrativo | | | | |
| 7411 | Do Centro Regional Segurança Social | 2,613,818.90 | | 2,409,567.69 | |
| 7413/8 | De Outros | 11,372.60 | | 21,666.52 | |
| 742/8 | De Outras Entidades | 10,910.99 | | 230,516.90 | |
| 76 | OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS | <u>34,953.26</u> | 3,484,096.88 | <u>34,873.75</u> | 3,557,807.24 |
| | (B) | | 5,888,025.77 | | 5,849,839.42 |
| 78 | PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS | 4,103,576.32 | 4,103,576.32 | 4,067,835.39 | 4,067,835.39 |
| | (D) | | 9,991,602.09 | | 9,917,674.81 |
| 79 | PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS | | | | |
| 790 | Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E. | 580,360.20 | | 578,011.09 | |
| 791/8 | Outros | 486,659.91 | 1,067,020.11 | 713,190.69 | 1,291,201.78 |
| | (F) | | 11,058,622.20 | | 11,208,876.59 |

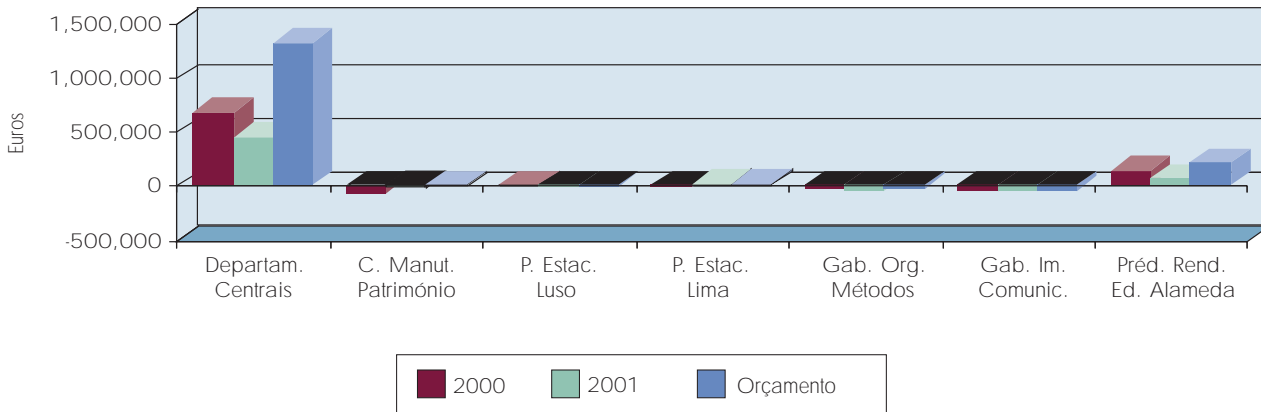
RESUMO

| | | | | |
|--------------------------------|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| Resultados Operacionais | :(B) - (A) | -5,463,686.43 | :(B) - (A) | -5,454,678.50 |
| Resultados Financeiros | :(D - B) - (C - A) | 3,930,135.61 | :(D - B) - (C - A) | 3,945,140.87 |
| Resultados Correntes | :(D) - (C) | -1,533,550.82 | :(D) - (C) | -1,509,537.63 |
| Resultado Líquido do Exercício | :(F) - (E) | -1,428,112.47 | :(F) - (E) | -1,039,780.67 |

4.6. Exploração Departamental

4.6. 1. Área dos Departamentos Centrais

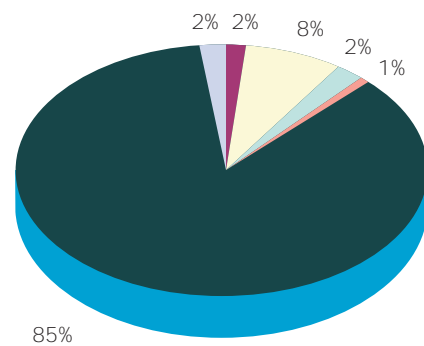
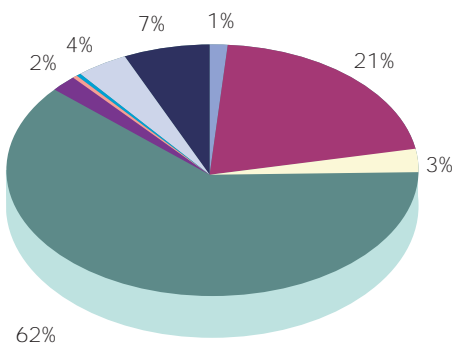
Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

| Descrição | Valor (€) |
|------------------------|-------------|
| C. M. Vend. Mat. Cons. | 64 401 € |
| Forn. Serv. Externos | 909 684 € |
| Amortizações | 114 693 € |
| Custos C/ Pessoal | 2 672 959 € |
| Provisões | 98 696 € |
| Impostos | 6 570 € |
| Ben. Proc. O.C. Oper. | 16 648 € |
| Custos Financeiros | 173 114 € |
| Custos Extraordinários | 308 246 € |

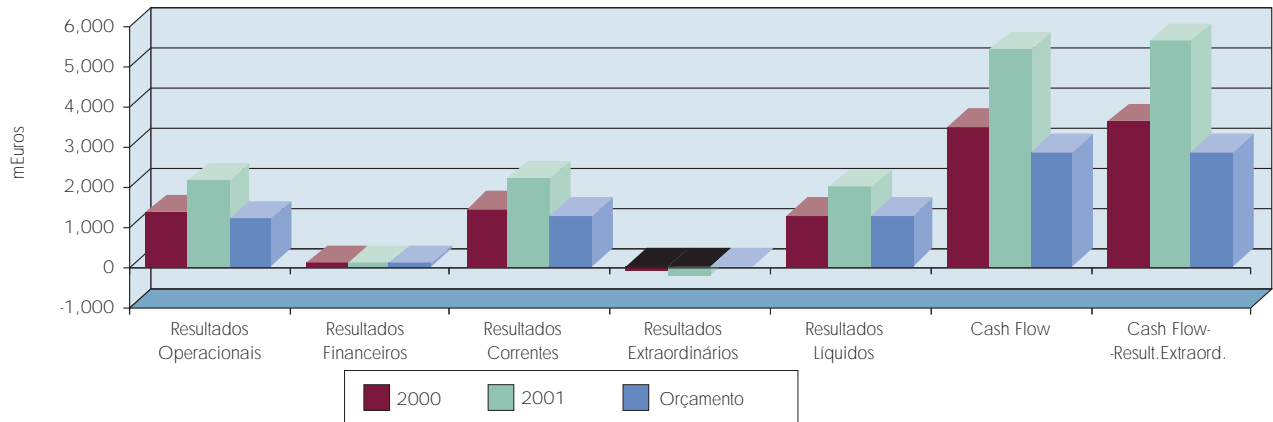
| Descrição | Valor (€) |
|---------------------------|-------------|
| Vendas | 1 206 € |
| Prestação Serviços | 82 837 € |
| Trab. p/ próp. Inst. | 379 695 € |
| Proveitos Suplement. | 107 596 € |
| Comp. Sub. Exploração | 4 301 € |
| Out. Prov. Operacionais | 34 953 € |
| Proveitos Financeiros | 4 052 711 € |
| Proveitos Extraordinários | 101 526 € |



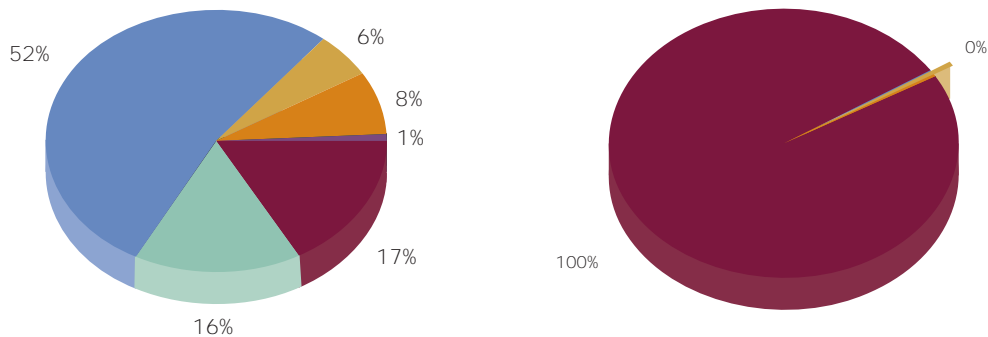
| CONTA | Posição em Dezembro de 2001 | VARIACÃO | | | |
|----------|--|------------------|------------------|-----------------|------------|
| | | 2001 | 2000 | VALOR | (%) |
| 71 | Vendas | 1,206 | 1,287 | -81 | -6 |
| 72 | Prestação de Serviços | 82,837 | 85,544 | -2,707 | -3 |
| 721 | Matriculas e Mensalidades | 0 | 0 | | |
| 722/9 | Outras | 82,837 | 85,544 | -2,707 | -3 |
| 75 | Trabalhos para a Própria Instituição | 379,695 | 383,690 | -3,995 | -1 |
| 758 | Para Autoconsumos | 0 | 3,556 | -3,556 | -100 |
| 751/5 | Para Outros | 379,695 | 380,134 | -439 | 0 |
| 73 | Proveitos Suplementares | 107,596 | 119,776 | -12,180 | -10 |
| 74 | Comparticipações e Subsídios à Exploração | 4,301 | 214,713 | -210,412 | -98 |
| 7411 | Do Centro Regional de Segurança Social | 0 | 0 | | |
| 7412/8 | Outros | 0 | 0 | | |
| 742/9 | De Outros Sectores | 4,301 | 214,713 | -210,412 | -98 |
| 76 | Outros Proveitos Operacionais | 34,953 | 34,876 | 77 | 0 |
| | Variacão da Produção | 0 | 0 | | |
| | Total dos Proveitos Operacionais (1) | 610,588 | 839,886 | -229,298 | -27 |
| 61 | Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas | 64,401 | 93,001 | -28,600 | -31 |
| 61611 | Géneros Alimentares | 0 | 354 | -354 | -100 |
| 61-61611 | Outros | 64,401 | 92,647 | -28,246 | -30 |
| 62 | Fornecimentos e Serviços Externos | 909,684 | 1,089,326 | -179,642 | -16 |
| 6211 | Subcontratos/Exploração de Refeitórios | 0 | 0 | | |
| 6212 | Subcontratos/Lavandaria | 1,134 | 2,185 | -1,051 | -48 |
| 6221/4 | Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos | 60,728 | 57,447 | 3,281 | 6 |
| 62217 | Material de Escritório | 1,107 | 948 | 159 | 17 |
| * | Outros Fornecimentos Externos | 846,715 | 1,028,746 | -182,031 | -18 |
| 64 | Custos com o Pessoal | 2,672,959 | 2,653,595 | 19,364 | 1 |
| 6411 | Remunerações Certas | 927,720 | 904,979 | 22,741 | 3 |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 150,095 | 140,227 | 9,868 | 7 |
| 643 | Formação Profissional | 199 | 938 | -739 | -79 |
| 644 | Pensões | 1,350,086 | 1,368,652 | -18,566 | -1 |
| 645 | Encargos Sobre Remunerações | 187,349 | 181,333 | 6,016 | 3 |
| 646 | Seguros | 11,277 | 10,325 | 952 | 9 |
| 647/8 | Outros Custos com o Pessoal | 46,233 | 47,141 | -908 | -2 |
| 66 | Amortizações | 114,693 | 123,727 | -9,034 | -7 |
| 67 | Provisões | 98,696 | 170,778 | -72,082 | -42 |
| 63 | Impostos | 6,570 | 7,123 | -553 | -8 |
| 65 | Benefícios Processados Outros Custos Operacionais | 16,648 | 18,326 | -1,678 | -9 |
| 652 | Outros Custos Operacionais | 16,648 | 18,326 | -1,678 | -9 |
| | Total dos Custos Operacionais (2) | 3,883,651 | 4,155,876 | -272,225 | -7 |
| 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros (4) | 4,052,711 | 4,032,262 | 20,449 | 1 |
| 68 | Custos e Perdas Financeiros (5) | 173,114 | 122,330 | 50,784 | 42 |
| 79 | Proveitos e Ganhos Extraordinários (7) | 101,526 | 211,820 | -110,294 | -52 |
| 69 | Custos e Perdas Extraordinários (8) | 308,246 | 171,806 | 136,440 | 79 |
| 81 | Resultados Operacionais (1)-(2)=(3) | -3,273,063 | -3,315,990 | 42,927 | 1 |
| 82 | Resultados Financeiros (4)-(5)=(6) | 3,879,597 | 3,909,932 | -30,335 | -1 |
| 83 | Resultados Correntes (3)+(6) | 606,534 | 593,942 | 12,592 | 2 |
| 84 | Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9) | -206,720 | 40,014 | -246,734 | -617 |
| 88 | Resultados Líquidos (3)+(6)+(9) | 399,814 | 633,956 | -234,142 | -37 |

4.6. 2. Área da Saúde

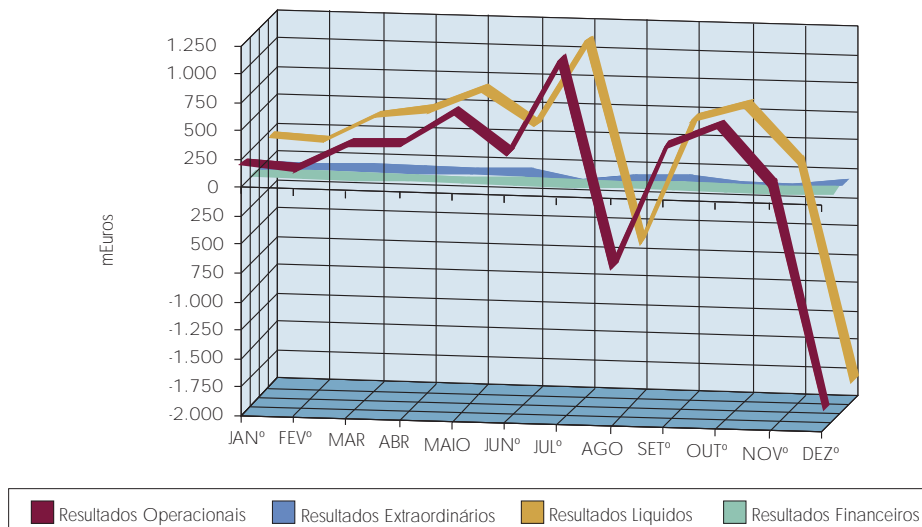
Análise Comparativa dos Resultados Acumulados



Análise da Estrutura de Custos e Proveitos



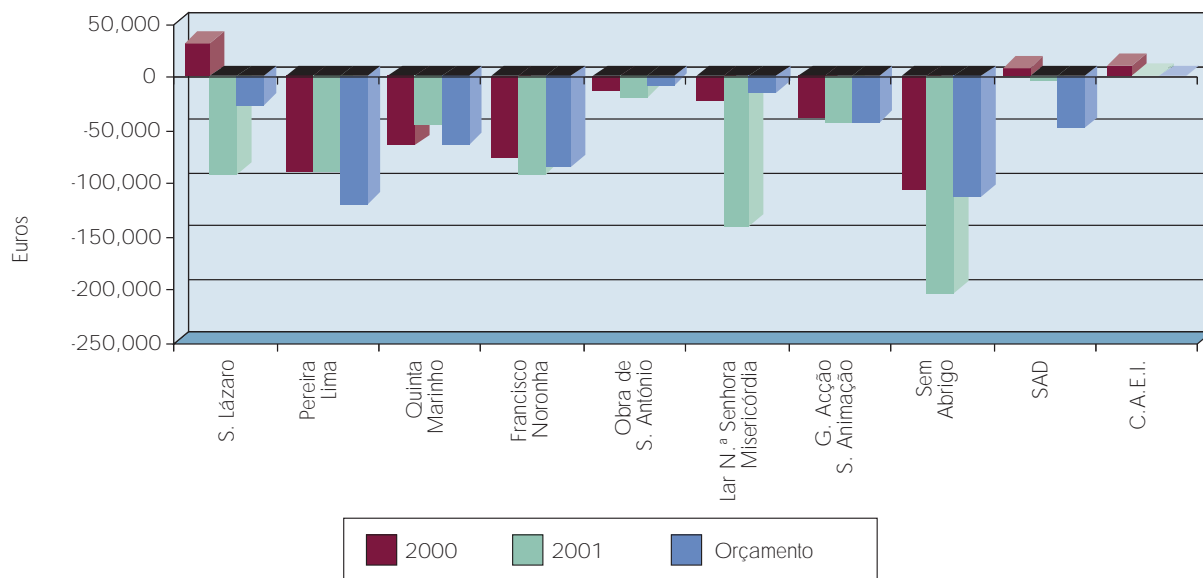
Análise Evolutiva de Resultados



| CONTA | Posição em Dezembro de 2001 | VARIACÃO | | | |
|----------|--|-------------------|-------------------|------------------|-----------|
| | | 2001 | 2000 | VALOR | (%) |
| 71 | Vendas | 180 | 210 | -30 | -14 |
| 72 | Prestação de Serviços | 27,727,068 | 24,205,255 | 3,521,813 | 15 |
| 721 | Matriculas e Mensalidades | 0 | 0 | | |
| 722/9 | Outras | 27,727,068 | 24,205,255 | 3,521,813 | 15 |
| 75 | Trabalhos para a Própria Instituição | 16,505 | 17,628 | -1,123 | -6 |
| 758 | Para Autoconsumos | 16,505 | 17,628 | -1,123 | -6 |
| 751/5 | Para Outros | 0 | 0 | | |
| 73 | Proveitos Suplementares | 132,605 | 135,738 | -3,133 | -2 |
| 74 | Comparticipações e Subsídios à Exploração | 0 | 0 | | |
| 7411 | Do Centro Regional de Segurança Social | 0 | 0 | | |
| 7412/8 | Outros | 0 | 0 | | |
| 742/9 | De Outros Sectores | 0 | 0 | | |
| 76 | Outros Proveitos Operacionais | 21,354 | 8,779 | 12,575 | 143 |
| | Variacão da Produção | 0 | 0 | | |
| | Total dos Proveitos Operacionais (1) | 27,897,712 | 24,367,610 | 3,530,102 | 14 |
| 61 | Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas | 4,421,549 | 4,301,483 | 120,066 | 3 |
| 61611 | Géneros Alimentares | 0 | 0 | | |
| 61-61611 | Outros | 4,421,549 | 4,301,483 | 120,066 | 3 |
| 62 | Fornecimentos e Serviços Externos | 4,066,360 | 3,848,949 | 217,411 | 6 |
| 6211 | Subcontratos/Exploração de Refeitórios | 891,347 | 822,049 | 69,298 | 8 |
| 6212 | Subcontratos/Lavandaria e Outros | 1,131,653 | 1,056,898 | 74,755 | 7 |
| 6221/4 | Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos | 526,556 | 512,949 | 13,607 | 3 |
| 62217 | Material de Escritório | 1,092 | 11,018 | -9,926 | -90 |
| * | Outros Fornecimentos Externos | 1,515,712 | 1,446,035 | 69,677 | 5 |
| 64 | Custos com o Pessoal | 13,837,582 | 12,638,612 | 1,198,970 | 9 |
| 6411 | Remunerações Certas | 7,797,708 | 7,305,105 | 492,603 | 7 |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 3,787,118 | 3,295,389 | 491,729 | 15 |
| 643 | Formação Profissional | 4,080 | 18,037 | -13,957 | -77 |
| 644 | Pensões | 0 | 0 | | |
| 645 | Encargos Sobre Remunerações | 2,025,833 | 1,813,829 | 212,004 | 12 |
| 646 | Seguros | 149,944 | 138,241 | 11,703 | 8 |
| 647/8 | Outros Custos com o Pessoal | 72,899 | 68,011 | 4,888 | 7 |
| 66 | Amortizações | 1,443,536 | 1,438,374 | 5,162 | 0 |
| 67 | Provisões | 1,975,245 | 777,950 | 1,197,295 | 154 |
| 63 | Impostos | 95 | 95 | 0 | 0 |
| 65 | Benefícios Processados Outros Custos Operacionais | 17,957 | 17,957 | 0 | 0 |
| 652 | Outros Custos Operacionais | 17,957 | 17,957 | 0 | 0 |
| | Total dos Custos Operacionais (2) | 25,762,324 | 23,023,420 | 2,738,904 | 12 |
| 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros (4) | 56,813 | 67,363 | -10,550 | -16 |
| 68 | Custos e Perdas Financeiros (5) | 205 | 294 | -89 | -30 |
| 79 | Proveitos e Ganhos Extraordinários (7) | 13,807 | 33,998 | -20,191 | -59 |
| 69 | Custos e Perdas Extraordinários (8) | 225,766 | 185,872 | 39,894 | 21 |
| 81 | Resultados Operacionais (1)-(2)=(3) | 2,135,388 | 1,344,190 | 791,198 | 59 |
| 82 | Resultados Financeiros (4)-(5)=(6) | 56,608 | 67,069 | -10,461 | -16 |
| 83 | Resultados Correntes (3)+(6) | 2,191,996 | 1,411,259 | 780,737 | 55 |
| 84 | Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9) | -211,959 | -151,874 | -60,085 | -40 |
| 88 | Resultados Líquidos (3)+(6)+(9) | 1,980,037 | 1,259,385 | 720,652 | 57 |

4.6. 3. Área Social

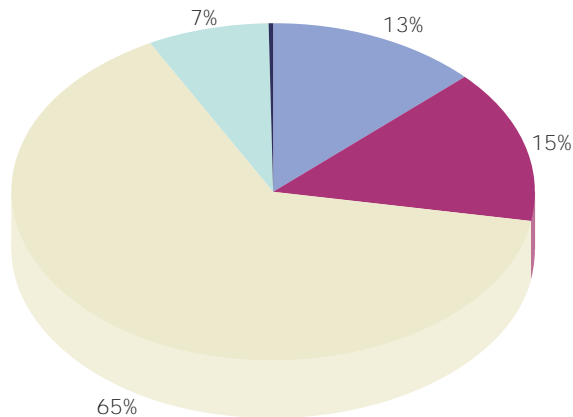
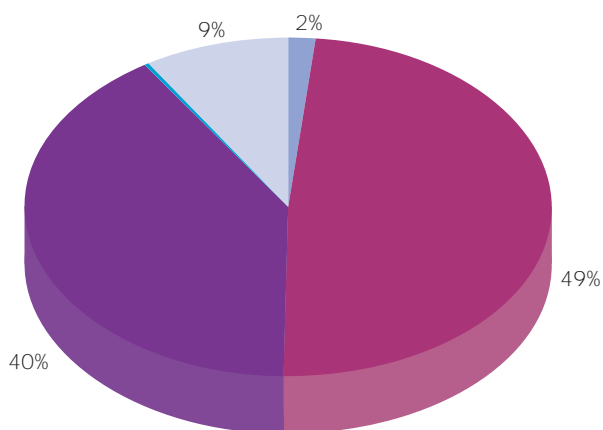
Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

| Descrição | Valor (€) |
|-----------------------|-------------|
| Vendas | 43 349 € |
| Prestação Serviços | 1 292 847 € |
| Trab. p/ Próp.Inst. | 795 € |
| Proveitos Suplement. | 3 015 € |
| Comp.Sub.Exploração | 1 075 987 € |
| Out.Prov Operacionais | 0 € |
| Proveitos Financeiros | 7 958 € |
| Prov. Extraordinários | 237 080 € |

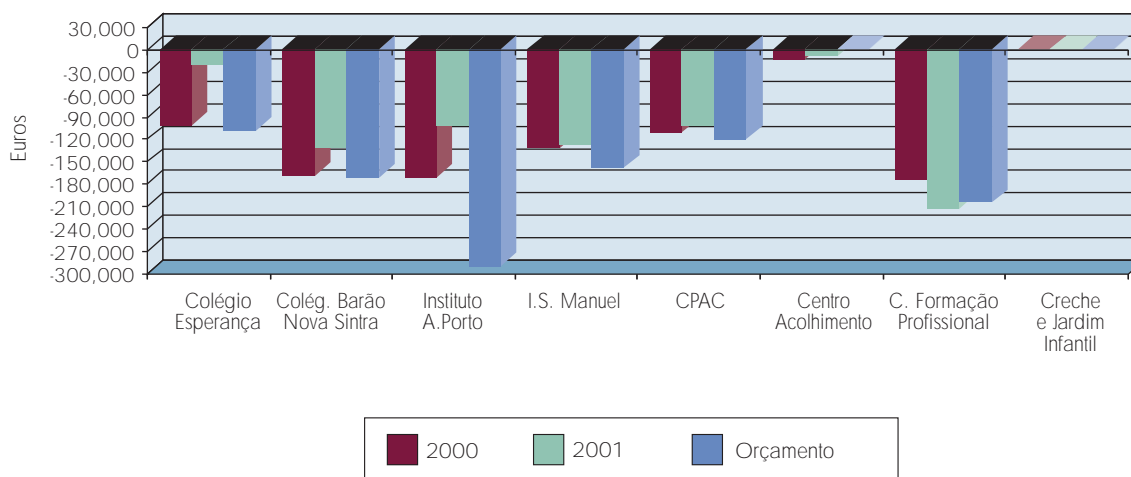
| Descrição | Valor (€) |
|------------------------|-------------|
| C.M.Vend.Mat.Cons. | 443 378 € |
| Forn.Serv. Externos | 499 052 € |
| Custos C/ Pessoal | 2 187 755 € |
| Amortizações | 252 807 € |
| Provisões | 0 € |
| Impostos | 1 336 € |
| Ben.Proc. O.C.Oper. | 2 161 € |
| Custos Financeiros | 218 € |
| Custos Extraordinários | 5 368 € |



| CONTA | Posição em Dezembro de 2001 | VARIACÃO | | | |
|----------|--|------------------|------------------|----------------|-----------|
| | | 2001 | 2000 | VALOR | (%) |
| 71 | Vendas | 43,349 | 28,047 | 15,302 | 55 |
| 72 | Prestação de Serviços | 1,292,847 | 1,252,043 | 40,804 | 3 |
| 721 | Matriculas e Mensalidades | 1,290,650 | 1,250,058 | 40,592 | 3 |
| 722/9 | Outras | 2,197 | 1,985 | 212 | 11 |
| 75 | Trabalhos para a Própria Instituição | 795 | 1,347 | -552 | -41 |
| 758 | Para Autoconsumos | 0 | 0 | | |
| 751/6 | Para Outros | 795 | 1,347 | -552 | -41 |
| 73 | Proveitos Suplementares | 3,015 | 8,300 | -5,285 | -64 |
| 74 | Comparticipações e Subsídios à Exploração | 1,075,987 | 1,187,149 | -111,162 | -9 |
| 7411 | Do Centro Regional de Segurança Social | 1,075,987 | 1,187,149 | -111,162 | -9 |
| 7412/8 | Outros | 0 | 0 | | |
| 742/9 | De Outros Sectores | 0 | 0 | | |
| 76 | Outros Proveitos Operacionais | 0 | 0 | | |
| | Variacão da Produção | 0 | 0 | | |
| | Total dos Proveitos Operacionais (1) | 2,415,993 | 2,476,886 | -60,893 | -2 |
| 61 | Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas | 443,378 | 394,715 | 48,663 | 12 |
| 61611 | Géneros Alimentares | 288,137 | 253,460 | 34,677 | 14 |
| 61-61611 | Outros | 155,241 | 141,255 | 13,986 | 10 |
| 62 | Fornecimentos e Serviços Externos | 499,052 | 462,326 | 36,726 | 8 |
| 6211 | Subcontratos/Exploração de Refeitórios | 0 | 0 | | |
| 6212 | Subcontratos/Lavandaria e Outros | 41,528 | 15,398 | 26,130 | 170 |
| 6221/4 | Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos | 138,753 | 127,872 | 10,881 | 9 |
| 62217 | Material de Escritório | 162 | 145 | 17 | 12 |
| * | Outros Fornecimentos Externos | 318,609 | 318,911 | -302 | 0 |
| 64 | Custos com o Pessoal | 2,187,755 | 2,035,112 | 152,643 | 8 |
| 6411 | Remunerações Certas | 1,417,089 | 1,331,736 | 85,353 | 6 |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 408,348 | 369,579 | 38,769 | 10 |
| 643 | Formação Profissional | 5 | 539 | -534 | -99 |
| 644 | Pensões | 3,616 | 3,492 | 124 | 4 |
| 645 | Encargos Sobre Remunerações | 305,532 | 283,597 | 21,935 | 8 |
| 646 | Seguros | 18,844 | 16,959 | 1,885 | 11 |
| 647/8 | Outros Custos com o Pessoal | 34,321 | 29,210 | 5,111 | 17 |
| 66 | Amortizações | 252,807 | 250,137 | 2,670 | 1 |
| 67 | Provisões | 0 | 6,085 | -6,085 | -100 |
| 63 | Impostos | 1,336 | 953 | 383 | 40 |
| 65 | Benefícios Processados Outros Custos Operacionais | 2,161 | 2,289 | -128 | -6 |
| 652 | Outros Custos Operacionais | 2,161 | 2,289 | -128 | -6 |
| | Total dos Custos Operacionais (2) | 3,386,489 | 3,151,617 | 234,872 | 7 |
| 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros (4) | 7,958 | 1,112 | 6,846 | 616 |
| 68 | Custos e Perdas Financeiros (5) | 218 | 135 | 83 | 61 |
| 79 | Proveitos e Ganhos Extraordinários (7) | 237,080 | 317,545 | -80,465 | -25 |
| 69 | Custos e Perdas Extraordinários (8) | 5,368 | 5,232 | 136 | 3 |
| 81 | Resultados Operacionais (1)-(2)=(3) | -970,496 | -674,731 | -295,765 | -44 |
| 82 | Resultados Financeiros (4)-(5)=(6) | 7,740 | 977 | 6,763 | 692 |
| 83 | Resultados Correntes (3)+(6) | -962,756 | -673,754 | -289,002 | -43 |
| 84 | Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9) | 231,712 | 312,313 | -80,601 | -26 |
| 88 | Resultados Líquidos (3)+(6)+(9) | -731,044 | -361,441 | -369,603 | -102 |

4.6. 4. Área do Ensino e Formação Profissional

Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



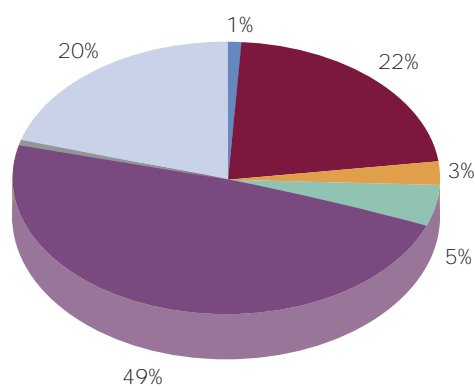
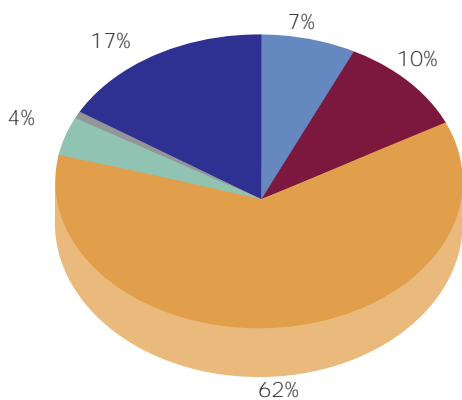
Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

Custos

| | |
|------------------------|-------------|
| C.M.Vend. Mat.Cons. | 280 870 € |
| Forn.Serv. Externos | 381 113 € |
| Custos C/ Pessoal | 2 452 499 € |
| Amortizações | 154 413 € |
| Provisões | 0 € |
| Impostos | 814 € |
| Ben.Proc. O.C.Oper. | 599 € |
| Custos Financeiros | 94 € |
| Custos Extraordinários | 646 857 € |

Proveitos

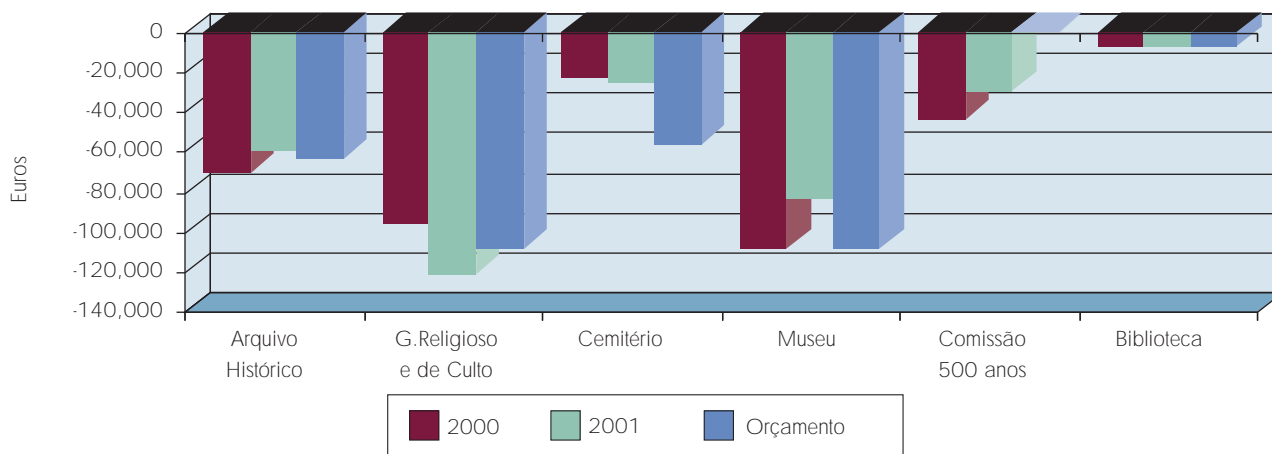
| | |
|---------------------------|-------------|
| Vendas | 38 637 € |
| Prestação Serviços | 690 020 € |
| Trab. p/ Próp. Inst. | 87 373 € |
| Proveitos Suplement. | 166 315 € |
| Comp.Sub. Exploração | 1 553 024 € |
| Out.Prov Operacionais | 0 € |
| Proveitos Financeiros | 12 543 € |
| Proveitos Extraordinários | 654 125 € |



| CONTA | Posição em Dezembro de 2001 | VARIACÃO | | | |
|----------|--|------------------|------------------|----------------|-----------|
| | | 2001 | 2000 | VALOR | (%) |
| 71 | Vendas | 38,637 | 42,762 | -4,125 | -10 |
| 72 | Prestação de Serviços | 692,020 | 641,135 | 50,885 | 8 |
| 721 | Matriculas e Mensalidades | 652,750 | 616,170 | 36,580 | 6 |
| 722/9 | Outras | 39,270 | 24,965 | 14,305 | 57 |
| 75 | Trabalhos para a Própria Instituição | 87,373 | 106,114 | -18,741 | -18 |
| 758 | Para Autoconsumos | 69,983 | 66,345 | 3,638 | 5 |
| 751/5 | Para Outros | 17,390 | 39,769 | -22,379 | -56 |
| 73 | Proveitos Suplementares | 166,315 | 162,892 | 3,423 | 2 |
| 74 | Comparticipações e Subsídios à Exploração | 1,553,024 | 1,257,579 | 295,445 | 23 |
| 7411 | Do Centro Regional de Segurança Social | 1,537,832 | 1,222,419 | 315,413 | 26 |
| 7412/8 | Outros | 11,373 | 19,353 | -7,980 | -41 |
| 742/9 | De Outros Sectores | 3,819 | 15,807 | -11,988 | -76 |
| 76 | Outros Proveitos Operacionais | 0 | 0 | | |
| | Variacão da Produção | 0 | 0 | | |
| | Total dos Proveitos Operacionais (1) | 2,537,369 | 2,210,482 | 326,887 | 15 |
| 61 | Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas | 280,870 | 283,262 | -2,392 | -1 |
| 61611 | Géneros Alimentares | 131,971 | 142,287 | -10,316 | -7 |
| 61-61611 | Outros | 148,899 | 140,975 | 7,924 | 6 |
| 62 | Fornecimentos e Serviços Externos | 381,113 | 398,495 | -17,382 | -4 |
| 6211 | Subcontratos/Exploração de Refeitórios | 0 | 0 | | |
| 6212 | Subcontratos/Lavandaria e Outros | 0 | 0 | | |
| 6221/4 | Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos | 63,186 | 71,433 | -8,247 | -12 |
| 62217 | Material de Escritório | 261 | 344 | -83 | -24 |
| * | Outros Fornecimentos Externos | 317,666 | 326,718 | -9,052 | -3 |
| 64 | Custos com o Pessoal | 2,452,499 | 2,303,429 | 149,070 | 6 |
| 6411 | Remunerações Certas | 1,778,167 | 1,643,220 | 134,947 | 8 |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 296,756 | 296,421 | 335 | 0 |
| 643 | Formação Profissional | 188 | 1,162 | -974 | -84 |
| 644 | Pensões | 2,059 | 1,696 | 363 | 21 |
| 645 | Encargos Sobre Remunerações | 346,658 | 329,077 | 17,581 | 5 |
| 646 | Seguros | 21,248 | 19,473 | 1,775 | 9 |
| 647/8 | Outros Custos com o Pessoal | 7,423 | 12,380 | -4,957 | -40 |
| 66 | Amortizações | 154,413 | 161,950 | -7,537 | -5 |
| 67 | Provisões | 0 | 0 | | |
| 63 | Impostos | 814 | 673 | 141 | 21 |
| 65 | Benefícios Processados Outros Custos Operacionais | 599 | 0 | 599 | |
| 652 | Outros Custos Operacionais | 599 | 0 | 599 | |
| | Total dos Custos Operacionais (2) | 3,270,308 | 3,147,809 | 122,499 | 4 |
| 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros (4) | 12,543 | 4,404 | 8,139 | 185 |
| 68 | Custos e Perdas Financeiros (5) | 94 | 229 | -135 | -59 |
| 79 | Proveitos e Ganhos Extraordinários (7) | 654,125 | 700,497 | -46,372 | -7 |
| 69 | Custos e Perdas Extraordinários (8) | 646,857 | 644,028 | 2,829 | 0 |
| 81 | Resultados Operacionais (1)-(2)=(3) | -732,939 | -937,327 | 204,388 | 22 |
| 82 | Resultados Financeiros (4)-(5)=(6) | 12,449 | 4,175 | 8,274 | 198 |
| 83 | Resultados Correntes (3)+(6) | -720,490 | -933,152 | 212,662 | 23 |
| 84 | Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9) | 7,268 | 56,469 | -49,201 | -87 |
| 88 | Resultados Líquidos (3)+(6)+(9) | -713,222 | -876,683 | 163,461 | 19 |

4.6. 5. Área do Culto e Cultura

Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



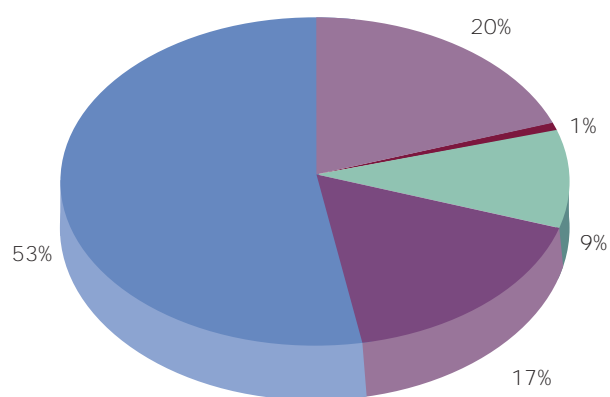
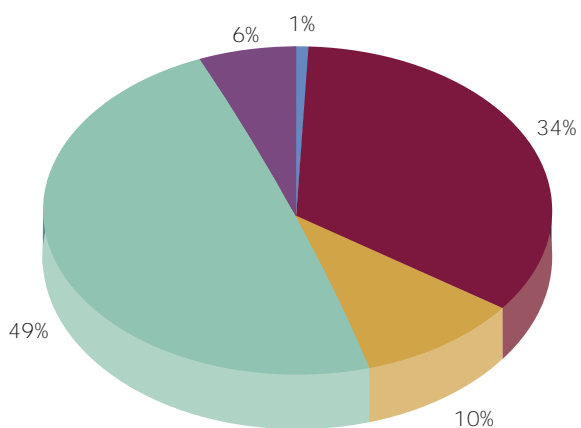
Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

Custos

| | |
|------------------------|-----------|
| C.M. Vend. Mat. Cons. | 2 905 € |
| Forn. Serv. Externos | 116 006 € |
| Amortizações | 35 772 € |
| Custos C/ Pessoal | 166 611 € |
| Provisões | 20 310 € |
| Impostos | 262 € |
| Ben. Proc. O.C. Oper. | 0 € |
| Custos Financeiros | 0 € |
| Custos Extraordinários | 114 € |

Proveitos

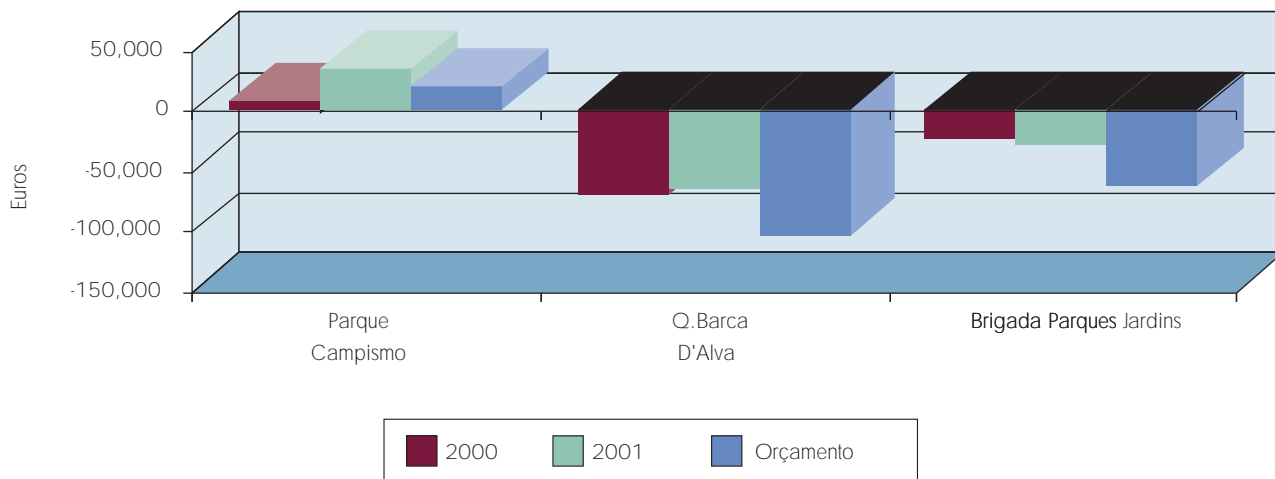
| | |
|---------------------------|---------|
| Vendas | 3 346 € |
| Prestação Serviços | 122 € |
| Trab. p/ Próp. Inst. | 0 € |
| Proveitos Supplement. | 1 582 € |
| Comp. Sub. Exploração | 2 791 € |
| Out. Prov Operacionais | 0 € |
| Proveitos Financeiros | 0 € |
| Proveitos Extraordinários | 8 822 € |



| CONTA | Posição em Dezembro de 2001 | 2001 | 2000 | VARIACÃO | |
|----------|--|----------------|----------------|----------------|-----------|
| | | | | VALOR | (%) |
| 71 | Vendas | 3,346 | 3,352 | -6 | 0 |
| 72 | Prestação de Serviços | 122 | 5 | 117 | 2,340 |
| 721 | Matriculas e Mensalidades | 0 | 0 | | |
| 722/9 | Outras | 122 | 5 | 117 | 2,340 |
| 75 | Trabalhos para a Própria Instituição | 0 | 0 | | |
| 758 | Para Autoconsumos | 0 | 0 | | |
| 751/5 | Para Outros | 0 | 0 | | |
| 73 | Proveitos Suplementares | 1,582 | 2,978 | -1,396 | -47 |
| 74 | Comparticipações e Subsídios à Exploração | 2,791 | 0 | 2,791 | |
| 7411 | Do Centro Regional de Segurança Social | 0 | 0 | | |
| 7412/8 | Outros | 0 | 0 | | |
| 742/9 | De Outros Sectores | 2,791 | 0 | 2,791 | |
| 76 | Outros Proveitos Operacionais | 0 | 0 | | |
| | Variacão da Produção | 0 | 0 | | |
| | Total dos Proveitos Operacionais (1) | 7,841 | 6,335 | 1,506 | 24 |
| 61 | Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas | 2,905 | 4,873 | -1,968 | -40 |
| 61611 | Géneros Alimentares | 20 | 45 | -25 | -56 |
| 61-61611 | Outros | 2,885 | 4,828 | -1,943 | -40 |
| 62 | Fornecimentos e Serviços Externos | 116,006 | 164,902 | -48,896 | -30 |
| 6211 | Subcontratos/Exploração de Refeitórios | 0 | 0 | | |
| 6212 | Subcontratos/Lavandaria e Outros | 0 | 0 | | |
| 6221/4 | Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos | 2,473 | 1,581 | 892 | 56 |
| 62217 | Material de Escritório | 29 | 0 | 29 | |
| * | Outros Fornecimentos Externos | 113,504 | 163,321 | -49,817 | -31 |
| 64 | Custos com o Pessoal | 166,611 | 152,638 | 13,973 | 9 |
| 6411 | Remunerações Certas | 124,864 | 112,080 | 12,784 | 11 |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 20,282 | 21,259 | -977 | -5 |
| 643 | Formação Profissional | 0 | 0 | | |
| 644 | Pensões | 0 | 0 | | |
| 645 | Encargos Sobre Remunerações | 19,415 | 17,353 | 2,062 | 12 |
| 646 | Seguros | 1,517 | 1,387 | 130 | 9 |
| 647/8 | Outros Custos com o Pessoal | 533 | 559 | -26 | -5 |
| 66 | Amortizações | 35,772 | 39,934 | -4,162 | -10 |
| 67 | Provisões | 20,310 | 0 | 20,310 | |
| 63 | Impostos | 262 | 239 | 23 | 10 |
| 65 | Benefícios Processados Outros Custos Operacionais | 0 | 0 | | |
| 652 | Outros Custos Operacionais | 0 | 0 | | |
| | Total dos Custos Operacionais (2) | 341,866 | 362,586 | -20,720 | -6 |
| 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros (4) | 0 | 0 | | |
| 68 | Custos e Perdas Financeiros (5) | 0 | 0 | | |
| 79 | Proveitos e Ganhos Extraordinários (7) | 8,822 | 7,382 | 1,440 | 20 |
| 69 | Custos e Perdas Extraordinários (8) | 114 | 25 | 89 | 356 |
| 81 | Resultados Operacionais (1)-(2)=(3) | -334,025 | -356,251 | 22,226 | 6 |
| 82 | Resultados Financeiros (4)-(5)=(6) | 0 | 0 | | |
| 83 | Resultados Correntes (3)+(6) | -334,025 | -356,251 | 22,226 | 6 |
| 84 | Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9) | 8,708 | 7,357 | 1,351 | 18 |
| 88 | Resultados Líquidos (3)+(6)+(9) | -325,317 | -348,894 | 23,577 | 7 |

4.6. 6. Área de Bem-Estar e Ambiente

Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



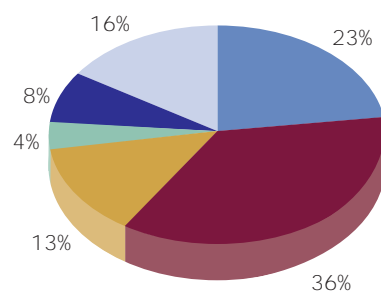
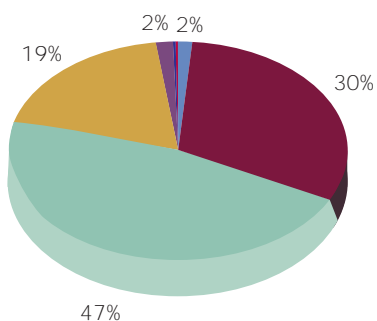
Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

Custos

| | |
|------------------------|-----------|
| C.M.Vend.Mat.Cons. | 7 834 € |
| Forn.Serv. Externos | 142 685 € |
| Amortizações | 88 480 € |
| Custos C/ Pessoal | 220 778 € |
| Provisões | 8 414 € |
| Impostos | 0 € |
| Ben.Proc. O.C.Oper. | 1 207 € |
| Custos Financeiros | 15 € |
| Custos Extraordinários | 997 € |

Proveitos

| | |
|---------------------------|-----------|
| Vendas | 92 353 € |
| Prestação Serviços | 145 071 € |
| Trab. p/ próp.Inst. | 51 577 € |
| Proveitos Suplement. | 15 093 € |
| Comp.Sub. Exploração | 0 € |
| Out.Prov Operacionais | 0 € |
| Proveitos Financeiros | 30 364 € |
| Proveitos Extraordinários | 65 467 € |



| CONTA | Posição em Dezembro de 2001 | 2001 | 2000 | VARIACÃO | |
|----------|--|----------------|----------------|----------------|-----------|
| | | | | VALOR | (%) |
| 71 | Vendas | 92,353 | 99,101 | -6,748 | -7 |
| 72 | Prestação de Serviços | 145,071 | 140,023 | 5,048 | 4 |
| 721 | Matriculas e Mensalidades | 0 | 0 | | |
| 722/9 | Outras | 145,071 | 140,023 | 5,048 | 4 |
| 75 | Trabalhos para a Própria Instituição | 51,577 | 60,190 | -8,613 | -14 |
| 758 | Para Autoconsumos | 0 | 0 | | |
| 751/5 | Para Outros | 51,577 | 60,190 | -8,613 | -14 |
| 73 | Proveitos Suplementares | 15,093 | 15,892 | -799 | -5 |
| 74 | Comparticipações e Subsídios à Exploração | 0 | 2,314 | -2,314 | -100 |
| 7411 | Do Centro Regional de Segurança Social | 0 | 0 | | |
| 7412/8 | Outros | 0 | 2,314 | -2,314 | -100 |
| 742/9 | De Outros Sectores | 0 | 0 | | |
| 76 | Outros Proveitos Operacionais | 0 | 0 | | |
| | Variacão da Produção | 12,140 | -1,272 | 13,412 | 1,054 |
| | Total dos Proveitos Operacionais (1) | 316,234 | 316,248 | -14 | 0 |
| 61 | Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas | 7,834 | 12,649 | -4,815 | -38 |
| 61611 | Géneros Alimentares | 902 | 1,501 | -599 | -40 |
| 61-61611 | Outros | 6,932 | 11,148 | -4,216 | -38 |
| 62 | Fornecimentos e Serviços Externos | 142,685 | 158,249 | -15,564 | -10 |
| 6211 | Subcontratos/Exploração de Refeitórios | 0 | 0 | | |
| 6212 | Subcontratos/Lavandaria e Outros | 0 | 0 | | |
| 6221/4 | Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos | 32,009 | 37,799 | -5,790 | -15 |
| 62217 | Material de Escritório | 36 | 40 | -4 | -10 |
| * | Outros Fornecimentos Externos | 110,640 | 120,410 | -9,770 | -8 |
| 64 | Custos com o Pessoal | 220,778 | 204,886 | 15,892 | 8 |
| 6411 | Remunerações Certas | 152,267 | 136,516 | 15,751 | 12 |
| 6412 | Remunerações Adicionais | 31,407 | 35,150 | -3,743 | -11 |
| 643 | Formação Profissional | 0 | 0 | | |
| 644 | Pensões | 0 | 0 | | |
| 645 | Encargos Sobre Remunerações | 31,249 | 28,362 | 2,887 | 10 |
| 646 | Seguros | 1,628 | 1,491 | 137 | 9 |
| 647/8 | Outros Custos com o Pessoal | 4,227 | 3,367 | 860 | 26 |
| 66 | Amortizações | 88,480 | 91,230 | -2,750 | -3 |
| 67 | Provisões | 8,414 | 18,116 | -9,702 | -54 |
| 63 | Impostos | 0 | 155 | -155 | -100 |
| 65 | Benefícios Processados Outros Custos Operacionais | 1,207 | 1,342 | -135 | -10 |
| 652 | Outros Custos Operacionais | 1,207 | 1,342 | -135 | -10 |
| | Total dos Custos Operacionais (2) | 469,398 | 486,627 | -17,229 | -4 |
| 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros (4) | 30,364 | 30,058 | 306 | 1 |
| 68 | Custos e Perdas Financeiros (5) | 15 | 0 | 15 | |
| 79 | Proveitos e Ganhos Extraordinários (7) | 65,467 | 53,960 | 11,507 | 21 |
| 69 | Custos e Perdas Extraordinários (8) | 997 | 354 | 643 | 182 |
| 81 | Resultados Operacionais (1)-(2)=(3) | -153,164 | -170,379 | 17,215 | 10 |
| 82 | Resultados Financeiros (4)-(5)=(6) | 30,349 | 30,058 | 291 | 1 |
| 83 | Resultados Correntes (3)+(6) | -122,815 | -140,321 | 17,506 | 12 |
| 84 | Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9) | 64,470 | 53,606 | 10,864 | 20 |
| 88 | Resultados Líquidos (3)+(6)+(9) | -58,345 | -86,715 | 28,370 | 33 |

Relatório de Actividades e Contas

PARECER DO DEFINITÓRIO

A normalização do processo de eleição dos Corpos Administrativos é naturalmente o acontecimento mais importante do período em análise. Tendo sido eleitos por três anos, os Corpos Gerentes foram obrigados, por circunstâncias de todos conhecidas, a permanecer em funções por um período duplo do normal. Esta situação, indesejável a todos os títulos, terminou felizmente com a eleição, em lista única, duma nova equipe que inclui Irmãos com prestígio e com provas dadas de capacidade e de dedicação ao serviço da Instituição.

A informação contida no Relatório de Actividades permite verificar que alguns objectivos propostos no Plano de Actividades não foram atingidos, uns por razões atribuíveis a entidades oficiais (burocracia e morosidade nos casos do Hospital de S. Lázaro, Creche, Lar Pereira de Lima, Rua das Flores), outros por alterações de circunstâncias entretanto ocorridas (Centro de Formação, Hospital Conde de Ferreira, Hospital da Prelada). Cumpriram-se assim cerca de 66% (6 milhões) do denominado Orçamento de Investimento que reflecte as intenções de investimento do Plano de Actividades de 2001, no total de 9 milhões de euros.

Através da descrição das acções realizadas em cada Estabelecimento verifica-se que a acção assistencial em si mesma e a acção de suporte das estruturas administrativa e técnica, embora omissas no Plano, prosseguiram sem quaisquer quebras e com a qualidade habitual.

Porque esta é a parte mais importante da missão da Misericórdia e porque foi cumprida integralmente, sem nunca ter reflectido a crise governativa que perdurou por vários anos na Instituição, exprime o Definitório a sua gratidão a todos os colaboradores funcionários desta Santa Casa, especialmente àqueles com quem trabalhou e de quem recebeu preciosa ajuda, e saúda os membros da Administração pelo trabalho que realizaram em condições tão difíceis.

O Relatório Financeiro documenta bem as actividades anteriormente referidas que se reflectem no Balanço e nas Contas de Exploração como é o caso do Hospital da Prelada onde o aumento de produtividade é bem visível nos seus efeitos sobre os resultados do individuais da unidade e sobre os resultados consolidados da Instituição nos quais assume um peso decisivo.

Considerando que foram efectuadas provisões e amortizações superiores em dois milhões de euros sobre o previsto no Plano, pode verificar-se que o Orçamento foi integralmente cumprido nos custos e ultrapassado nos proveitos.

Verifica-se também que os pressupostos adoptados na preparação do Orçamento se mostraram correctos.

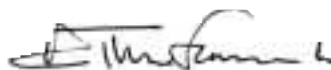
Através das notas e explicações dos textos é possível seguir a vida da Instituição e comprovar o cuidado com que os seus interesses têm sido salvaguardados através duma gestão financeira cuidada.

O Definitório que exerceu funções no ano a que respeitam os documentos em apreciação aprova, nos termos do Compromisso, o Relatório de Actividades e Contas de 2001 apresentado pelo Provedor à Irmandade, e congratula-se com o nível da sua execução.

Propõe ainda à Assembleia um voto de louvor aos membros da Administração em exercício no período a que respeita este Relatório pela acção desenvolvida e pelos resultados obtidos.

Desejando aos novos Corpos Gerentes as maiores felicidades no exercício da sua generosa missão o Definitório cessante despede-se encerrando assim um gratificante período de actividade de 6 anos ao serviço desta Santa Casa.

O Presidente do Definitório



António Sarmento

Produção

LOJA DAS IDEIAS

Coordenação

Fernando Malheiros

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SECTOR GRÁFICO